

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VICTOR TAVARES BARBOSA

**RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: o envolvimento chinês em Moçambique em
perspectiva**

Recife
2021

VICTOR TAVARES BARBOSA

**RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: o envolvimento chinês em Moçambique em
perspectiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

B238r Barbosa, Victor Tavares
 Relações sino-africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em
 perspectiva / Victor Tavares Barbosa – 2021.
 117f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Recife, 2021.
 Inclui referências.

 1. Ciência Política. 2. República popular da China. 3. Países africanos.
 4. República de Moçambique – Moçambique – Condições sociais. 5. Relação
 Sino - Moçambicana. I. Lima, Marcos Ferreira da Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-097)

VICTOR TAVARES BARBOSA

**“RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: o envolvimento chinês
em Moçambique em perspectiva”**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência Política.
Área de concentração: Relações
Internacionais.

Aprovada em: 26/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Marcos Ferreira da Costa Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Renan Holanda Montenegro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof(a). Dr(a). Joyce Helena Ferreira da Silva (Examinadora Externa)
Faculdade Damas da Instrução Cristã

Dedico essa dissertação aquela que sempre me alicerçou: minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras nem espaço suficientes para expressar aqui a minha gratidão pelo apoio na realização dessa pesquisa. Meu obrigado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo indispensável suporte; ao meu orientador, Prof. Marcos Costa Lima, por todos os aprendizados, ao PPGCP-UFPE, aos amigos que fiz nesse percurso – Natália, Tatiane, Carol, Danillo, Anderson e tantos outros.

A todos que me ajudaram até aqui, aquele abraço!

“To be young, gifted and black is where it’s at” (SIMONE, 1970).

RESUMO

O presente estudo busca analisar as relações entre China e Moçambique pondo em perspectiva o tipo de relação que está sendo construído e uma possibilidade de diferenciação entre o envolvimento dos países africanos com a China e com parceiros do Norte global. Com um recorte temporal que corresponde de 2000 até 2018, nossa intenção é responder à questão de pesquisa: as relações sino-moçambicanas seguem o padrão de relação Norte-Sul? A resposta de tal questão exige um enfoque analítico que permita examinar as políticas, paradigmas e estratégias das relações sino-moçambicanas. A análise descritiva de dados e a revisão bibliográfica foram utilizadas como métodos da pesquisa.

Palavras-chave: China; África; Moçambique; Relação Norte-Sul.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the relations between China and Mozambique, putting in perspective the type of relationship that is being built and a possibility of differentiation between the involvement of African countries with China and with partners in the global North. With a time frame from 2000 to 2018, our intention is to answer the research question: do Sino-Mozambican relations follow the North-South relationship pattern? The answer to this question requires an analytical approach that allows examining the policies, paradigms, and strategies of Sino-Mozambican relations. Descriptive data analysis and bibliographic review were used as research methods.

Keywords: China; Africa; Mozambique; North-South relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	República de Moçambique	66
Gráfico 1 –	PIB <i>per capita</i> moçambicano (2000-2019)	67
Quadro 1 –	Megaprojetos aprovados pelo Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (1997-2009)	69
Quadro 2 –	Principais países de origem de investimento externo direto em Moçambique (2010-2016, primeiro semestre)	72
Gráfico 2 –	Distribuição por província do IED chinês em Moçambique (2006-2017)	81
Gráfico 3 –	Distribuição por setor do investimento chinês em Moçambique (2008-2017)	82
Quadro 3 –	Principais produtos exportados de Moçambique para a China (2000-2018)	83
Quadro 4 –	Principais produtos importados por Moçambique da China (2000-2018)	83
Gráfico 4 –	Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique (2008-2017)	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI –	<i>American Enterprise Institute</i>
APIEX –	Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Moçambique
ASEAN –	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CCCE –	<i>Caisse Centrale de Coopération Économique</i>
CCOM –	<i>Caisse centrale de la France d’outre-mer</i>
CEMAC –	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
EUA –	Estados Unidos da América
FAC –	<i>Fonds d'Aide et de Coopération</i>
FIDES –	<i>Fonds d'investissement pour le développement économique et social</i>
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
FRELIMO –	Frente de Libertação de Moçambique
MANU –	União Nacional de Moçambique
OECD –	<i>Organization of Economic Complexity</i>
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB –	Produto Interno Bruto
RENAMO –	Resistência Nacional Moçambicana
RPC –	República Popular da China
UDENAMO –	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI –	União Africana de Moçambique Independente
UNCTAD –	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MARCO TEÓRICO: A ÁFRICA ENTRE AS EXPERIÊNCIAS COLONIAIS E A DEPENDÊNCIA	22
2.1	COLONIALISMO	22
2.2	KWAME NKRUMAH E O NEOCOLONIALISMO	24
2.3	INTERSECÇÃO DO CONCEITO DE NEOCOLONIALISMO COM AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA	30
2.3.1	Samir Amin e a dependência africana	32
2.3.2	O impacto da dominação colonial sobre a configuração socioeconômica africana	37
3	CHINA EM ÁFRICA	41
3.1	PRIMEIRA FASE (1949-1980)	41
3.2	SEGUNDA FASE (1980-1990)	43
3.3	TERCEIRA FASE (1990-)	45
3.4	A ÁFRICA ENTRE A CHINA E O OCIDENTE	48
3.5	DEBATES SOBRE O ENVOLVIMENTO CHINÊS EM ÁFRICA	51
4	RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS EM PERSPECTIVA	56
4.1	PANORAMA HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE	56
4.1.1	O período colonial	56
4.1.2	O período de libertação nacional	58
4.1.3	A independência	60
4.1.4	A guerra civil	61
4.1.5	Virada para o Ocidente	63
4.2	PANORAMA ECONÔMICO DE MOÇAMBIQUE	65
4.3	O PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA MOÇAMBICANA	71
4.4	RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS	76
4.4.1	Presença chinesa em Moçambique	80
4.4.2	A madeira moçambicana e a China	85
4.4.3	A China no setor de construções moçambicano	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	101

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário internacional, a China passou para a posição de principal receptor das exportações africanas bem como, em termos de cooperação, um dos principais parceiros do continente (CHEMANE, 2019). A África, com toda sua riqueza em recursos naturais, se estabeleceu enquanto o destino prioritário das corporações chinesas (CHEMANE, 2019). A consolidação do caráter estratégico das relações sino-africanas pode ser visualizada com a criação do Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, por exemplo.

A terceira Cúpula do FOCAC aconteceu em 2018 (a primeira foi em 2006 e a seguinte em 2015)¹. Nela ficou clara que a questão do desenvolvimento do continente africano é uma prioridade, atrelada a projetos como a “Nova Rota da Seda” (CHEMANE, 2019). Assim, com mecanismos como o FOCAC, as relações entre China e os países africanos têm se moldado em uma dinâmica que coloca, de um lado, a África ávida pelo investimento chinês, e do outro, a China e sua busca pelos recursos naturais africanos (MUIANGA; NORFOLK, 2017). Em uma perspectiva bilateral, entre Moçambique e China, segue-se essa mesma linha, na qual cabe aos moçambicanos fornecer recursos primários (minerais, agrícolas, pesqueiros, florestais) enquanto os chineses provêm o investimento e construção de infraestruturas (CORREIRA, 2010).

Com um relacionamento de longa data, Moçambique tem desfrutado de uma aceleração em seu crescimento econômico e fluxo de investimento estrangeiro direto a partir dos seus laços com os chineses. No entanto, a cooperação sino-moçambicana pode não ser totalmente positiva para o país, uma vez que tem levantado um debate acerca de alguns elementos importantes, como a exploração vertiginosa de recursos naturais como madeira e oriundos da pesca, por exemplo, além da exploração da força de trabalho (MABUCUNHANE, 2015). Chemane (2019) expõe que há fortes evidências de que as relações sino-moçambicanas trouxeram um aumento na capacidade produtiva da economia de Moçambique, por meio do fornecimento da infraestrutura necessária para o crescimento econômico. Mas, em contrapartida a esses ganhos, o endividamento de Moçambique se mostra como um dos efeitos das assimetrias que caracterizam essa relação (CHEMANE, 2019).

O investimento chinês em África tem encontrado em Moçambique um dos seus principais destinos. Mais de 100 empresas chinesas se desdobram nos mais variados setores econômicos moçambicanos, não se resumindo apenas à área de recursos primários, mas

¹ É válido destacar que as reuniões ministeriais são a principal ferramenta da instituição e ocorrem a cada três anos. Desde a sua criação, já aconteceram 7 reuniões ministeriais.

englobando searas como as telecomunicações, turismo, serviços, dentre outros (JAFAR, 2017). É na complexidade dessa relação que reside uma das justificativas da escolha de Moçambique enquanto objeto deste estudo e não outro Estado africano. Por não se resumir ao carro-chefe das relações China-África – o setor energético, e envolver áreas como a agricultura, infraestrutura e indústria, as relações sino-moçambicanas se mostram como um recorde adequado para se visualizar a política chinesa de cooperação com a África.

No entanto, é importante ressaltar que a diversidade temática que as relações sino-africanas englobam é apresentada nos laços da China com diversos países de África. Apesar disso, Moçambique ainda se mostra um caso relevante a ser estudado, pois é um país dependente que tem o seu setor de extração de matéria prima já dominado por empresas ocidentais (CONCEIÇÃO, 2015). Essa conjuntura possibilita visualizar o relacionamento dos chineses com o continente africano para além da dinâmica dicotômica apontada pela literatura – Muianga e Norfolk (2017), por exemplo – caracterizada pela busca chinesa pelos recursos naturais africanos e o interesse dos países de África no investimento chinês.

Observar como a China se comporta em uma relação em que o que seria o seu principal interesse no continente africano está “bloqueado” enriquece o debate sobre as relações sino-africanas e, de forma mais abrangente, sobre a postura chinesa no cenário internacional, pois traz uma nova perspectiva a respeito do comportamento de uma potência com capacidade de virar o próximo *hegemon*. Se a China não está investindo em Moçambique em troca de acesso aos recursos naturais do país, então, por que e como está investindo? Portanto, a oportunidade de aprofundar o entendimento das ações de uma potência com a capacidade de transformar as conjunturas internacionais reforça a justificativa da escolha de estudo das relações sino-moçambicanas.

Há uma quantidade considerável de pesquisas sobre o envolvimento chinês na área de recursos naturais africanos. Para citar apenas alguns: Naidu e Davies (2006), Alden e Alves (2009) e Klare e Volman (2006). No entanto, análises que vão além dessa questão ainda são incipientes. Então, Moçambique, com seus laços fortes e históricos com as potências ocidentais, se mostra um caso relevante, pois propicia esse tipo de análise, bem como possibilita uma perspectiva comparativa da forma como a China e os países do Norte mantêm relações com o país.

Ecoa nos discursos oficiais de ambas as partes que essa é uma relação benéfica e auspiciosa para os dois atores, no entanto, questiona-se o tipo de relação que está sendo construído. Então, o objetivo dessa pesquisa é responder: as relações sino-moçambicanas seguem o padrão de relação Norte-Sul? A resposta de tal questão exige um enfoque analítico

que permita examinar as políticas, paradigmas e estratégias que moldam a atuação chinesa em Moçambique, bem como de Moçambique para a China. O recorte temporal será de 2000 a 2018.

No pós-revolução de 1949, as relações chinesas com o continente africano têm uma complexidade marcante. Em um primeiro momento, como mostram Lanteigne (2009) e Taylor (2006), o foco da relação estava no campo ideológico – notadamente em oposição ao colonialismo e imperialismo. Com o fim do período maoísta e a chegada de Deng Xiaoping ao poder, complementam Ashan (2008) e Alden (2007), as justificativas ideológicas para os laços com a África desapareceram e a China virou sua atenção apenas para o fortalecimento de sua economia. Em sintonia com os autores supracitados, Dent (2011), Obiorah (2007) e António e Ma (2015) ressaltam que a partir dos anos 1990, o continente africano voltou a figurar como uma das prioridades para o governo chinês, no entanto, as relações China-África ganharam uma postura mais pragmática, muito ligada a questões econômicas e comerciais, mas enfatizando benefícios mútuos.

O acelerado processo de industrialização chinês gerou uma demanda em grandes proporções por recursos naturais e combustíveis tanto dentro do território chinês quanto fora. E a África se caracteriza por deter abundante reserva desses recursos capazes de alimentar esse processo de industrialização, a exemplo de grandes quantidades de minérios metálicos – cobalto, cobre etc. (DENT, 2011). Assim, em termos geoestratégicos, a África está em uma posição de suma importância para a China, o que levanta debates sobre as intenções chinesas no continente.

Em uma perspectiva mais enfática, Zakaria (2011) e Jacques (2012) observam que a ascensão de atores do Sul global, como a China, caracteriza uma ameaça à prevalência econômica e geopolítica dos países centrais. De acordo com os autores, essa ameaça causada pelo crescimento da importância dos Estados do Sul no cenário internacional também se estende ao campo da segurança nacional e a crescente presença da China em África, por exemplo, exige uma resposta por parte das potências ocidentais.

No entanto, em um outro viés voltado a novas formas de imperialismos, autores como Moyo (2012) e Southall e Melber (2012) argumentam que a cada vez maior presença chinesa em África, bem como de outros atores do Sul – Brasil e Índia, por exemplo, constitui uma nova configuração de imperialismo. Assim, para esses autores, os objetivos de China seriam apenas a extração dos recursos de seu interesse de África e não a promoção do desenvolvimento do continente.

Por outro lado, partindo de um entendimento que compreende a presença chinesa em África mais como uma oportunidade do que como uma ameaça, autores como Mohan e Lampert (2013) e Mohan e Power (2018) defendem que a crescente presença chinesa no continente simboliza uma nova possibilidade para os países africanos conseguirem trilhar um caminho para o desenvolvimento, para além da tradicional ajuda oferecida pelos Estados ocidentais. Autores como Haifang (2010) destacam que a política chinesa para a África se baseia em uma cooperação de benefícios mútuos e co-desenvolvimento. Já outros, como Alden (2007) e Rotberg (2008) acreditam que, para além dos discursos dos representantes chineses, a real intenção do país é a aquisição de recursos naturais e oportunismo comercial.

Dentre os estudos voltados a África, existe um entendimento de que as relações e parcerias tradicionais do continente com o Ocidente não ajudaram e, em alguns casos, agravaram a marginalização econômica de África (ROCHA, 2007). Em contrapartida, as relações sino-africanas partem da premissa de benefícios mútuos. Chidaushe (2007) expõe que a abordagem chinesa se mostra mais propensa a beneficiar o continente de forma eficiente que a ocidental, uma vez que a China optou por concentrar-se em grandes investimentos em infraestrutura, produção e comércio e menos em caridade e nos setores sociais.

Porém, problematizando a política externa chinesa em África, Keet (2010) ressalta que uma cooperação *win-win* (de benefícios mútuos) não pode ser alcançada por meio de relações entre países com níveis de desenvolvimento substancialmente distintos e com capacidades também diferentes de se beneficiar de tais interações. Apesar da afirmação enfática, a autora não apresenta uma comprovação empírica que as relações sino-africanas não correspondem propriamente a uma cooperação *win-win*.

Por sua vez, Rocha (2007) afirma que os investimentos chineses em África estão tendo e podem continuar a ter alguns impactos positivos, como na reconstrução de infraestruturas e assistência a setores essenciais. No entanto, como destaca o autor, os países de África se alinharem completamente com Pequim se mostra como algo negativo, uma vez que põe os países em uma posição de dependência e consequente vulnerabilidade. Outros elementos, como a questão da empregabilidade, também colocam em evidência o lado negativo das relações sino-africanas, uma vez que a contratação excessiva de mão de obra chinesa não ajuda a África a superar os altos índices de desemprego e pobreza, por exemplo (ROCHA, 2007). No entanto, a análise de Rocha (2007) não apresenta quantos trabalhadores moçambicanos estão ou foram empregados em investimentos chineses no país ou que os trabalhadores vindos da China gastariam seus salários no mercado moçambicano – impulsionando assim a economia local, por exemplo, o que limita a argumentação do autor.

No que tange a Moçambique, as relações entre China e o país em questão datam dos anos 1960, quando Pequim apoiou o movimento revolucionário moçambicano (CHICHAHA, 2008). Encarada como um parceiro estratégico para Moçambique, um Estado substancialmente carente e deveras dependente do apoio prestado pela comunidade internacional, o governo moçambicano tem conferido ampla importância ao envolvimento com a China (CHICHAHA, 2012). Desde os anos 1990, a relação entre os dois países tem se diversificado, englobando cooperação nas áreas militar, saúde, educação, agricultura (destaca-se a construção do Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologias Agrícolas, em Maputo), infraestrutura, dentre outros, além de apoios concedidos sob forma de donativos, de assistência técnica, de empréstimos sem juros ou com juros bonificados (CHICHAHA, 2008).

Assim como em um aspecto mais geral de análise do envolvimento chinês com o continente africano supracitado, ao falar de Moçambique também se questiona se os benefícios dessa relação realmente são mútuos. Na visão de Chemane (2019), as posições da cooperação sino-moçambicana podem ser comparadas às de uma cooperação de tipo Norte-Sul, onde a função de Moçambique é fornecer produtos primários e ser receptor de produtos industrializados e crédito – dívida. Por sua vez, a China fornece os recursos financeiros, os produtos industrializados, a mão de obra especializada e a tecnologia (CHEMANE, 2019). Apesar disso, o debate ainda é incipiente e demais estudos precisam ser realizados.

A noção de “cooperação”, apontada por Soares (1994), com seus sentidos éticos e de equidade, está ligada a ideia de ganhos-mútuos. E na raiz da cooperação internacional está o acordo entre nações a partir de interesses comuns, como aponta Caixeta (2014). Esse tipo de relação entre os Estados vem sendo empregada a datar do século XVII, quando os Estados-nações alcançaram o patamar de atores internacionais em uma suposta “comunidade de nações” (CAIXETA, 2014, p. 20).

A afluência temática entre desenvolvimento e cooperação internacional resulta na chamada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que, por sua vez, parte da hipótese que existe um dever coletivo de todos os atores internacionais de atingir uma situação de bem-estar geral. Essa modalidade de cooperação pode ser operacionalizada de diferentes formas: como cooperação técnica, científica, tecnológica, educacional, humanitária, cultural, econômica, financeira, e até com configurações híbridas, a depender do que foi acordado pelos Estados envolvidos (CAIXETA, 2014, p. 21).

A institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento – CID, a partir da criação e organização de normas e práticas bem definidas, data do período do fim da Segunda Guerra Mundial. Um dos fatores determinantes para o início desse processo de

institucionalização é o contexto da Guerra Fria, ajuda à Europa com o Plano Marshall e a onda de descolonização dos países africanos, asiáticos e caribenhos (1950-1970) e o avanço dos projetos nacional-desenvolvimentistas, em especial na América Latina. Então, nesse primeiro momento, a CID engloba os países do Norte – os doadores tradicionais, e os países do Sul – os beneficiários, países pobres ou de renda média, dando corpo a chamada cooperação Norte-Sul (MILANI, 2014). A estrutura política-institucional que apoiou o quadro Norte-Sul se formou em torno do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (LACERDA, RIBEIRO, LYRA, 2020).

Os Estados Unidos da América (EUA) exerceram um papel importante na institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento, sobretudo no tocante à ajuda bilateral. No entanto, ao mesmo tempo que foram um dos primeiros países a criar programas nacionais de ajuda internacional, os EUA começaram a criar restrições a alguns países, como é o caso de Cuba. Os estadunidenses também instigaram outros Estados, principalmente, da Europa, a repartir com eles as responsabilidades políticas e financeiras (MILANI, 2014).

É válido ressaltar que no contexto da Guerra Fria, até a queda do muro de Berlim, no geral, a cooperação internacional foi utilizada como um mecanismo de influência tanto pelos estadunidenses e seus aliados, quanto pelos soviéticos e as nações socialistas (CONCEIÇÃO, 2015). No entanto, em termos geopolíticos, a CID foi utilizada não só como uma ferramenta anticomunista pelas potências ocidentais, mas como um difusor à nível internacional dos seus valores, práticas e modelos para os países beneficiários no Sul global (MILANI, 2014).

A partir dos anos 1970, o fim do padrão ouro-dólar, crises do petróleo (1973 e 1979), aumento do descontentamento dos países recém-independentes, formaram um cenário que colocou a cooperação internacional para o desenvolvimento em xeque. Surgiram questionamentos sobre os impactos, interesses e práticas por ela difundidos (MILANI, 2014).

Nos anos 1980, os programas de ajuste estrutural começaram a fazer parte das agendas da CID e, conseqüentemente, das relações Norte-Sul. Devido ao aprofundamento das disparidades socioeconômicas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, deixou-se de lado a retórica de mudança das estruturas das relações Norte-Sul e as condicionalidades passaram a ser figura central. Eles entendiam que as burocracias estatais dos países eram inadequadas para o desenvolvimento (LASSOU; HOPPER, 2016).

Então, para receber a ajuda oficial ao desenvolvimento fornecida pelos países doadores, as nações do Sul tinham que se submeter a uma série de condicionalidades. Isto é, austeridade fiscal, econômica e financeira, baseada na ideia de Estado mínimo; bem como uma diminuição

do setor público e adoção de políticas macroeconômicas definidas pelas Instituições de Bretton Woods, que consistiam em abertura ao capital e comércio internacional e abdicação dos planos nacionais-desenvolvimentistas (MILANI, 2014). Tendo em vista as fragilidades socioeconômicas que os países beneficiários se encontravam, ou eles aceitavam todas as condicionalidades para receber a ajuda ou continuavam a enfrentar fortes dificuldades sociais e econômicas (CONCEIÇÃO, 2015).

As autoras Antonini e Hirst (2009), em seu livro sobre a cooperação Norte-Sul para o desenvolvimento, apontam que, além das condicionalidades políticas, os países do Norte atrelavam o fornecimento de ajuda à utilização de empresas e serviços oriundos desses Estados. Em outras palavras, os países beneficiários têm que aceitar as condicionalidades referentes às reformas estruturais e utilizar o capital recebido na ajuda na contração de empresas e serviços dos países doadores.

No espectro Norte-Sul, à luz das teorias da dependência², existe uma configuração a qual, a partir da divisão internacional do trabalho, os países do Norte – as nações desenvolvidas – detêm o capital, as tecnologias de ponta e os meios mais avançados de produção. Já aos países do Sul, que consistem nas nações em desenvolvimento, caberia o fornecimento de mão de obra barata e matéria-prima (DUTRA, 2011). Isso não diz respeito, necessariamente, a cooperação Norte-Sul enquanto uma estrutura institucionalizada, mas faz parte de um espectro mais abrangente de relacionamento entre os países do Norte e do Sul.

Então, tendo em vista que a noção de “cooperação” está, essencialmente, ligada a ideia de ganhos-mútuos (SOARES, 1994), neste trabalho, utilizaremos “relações Norte-Sul” enquanto uma expressão guarda-chuva que engloba tanto a cooperação Norte-Sul institucionalizada (com as condicionalidades na oferta de ajuda, exigência de contratação de empresas e serviços dos países do Norte e vínculos verticalizados) quanto a ideia de trocas desiguais entre o Norte e o Sul global apontada pelos *dependentistas*.

Dentro das relações internacionais, outra possibilidade é a Cooperação Sul-Sul. Conceitualmente, o “Sul” está conectado aos países emergentes, em detrimento do “Norte”, voltado aos países desenvolvidos. Esta nomenclatura Sul/Norte acabou gerando contradições para o conceito, uma vez que alguns Estados em desenvolvimento pertencem ao norte geográfico, como é o caso do México, e alguns países desenvolvidos, como a Austrália, fazem parte do sul. Para Boaventura de Souza Santos (2007), o Sul é idealizado enquanto um campo de desafios epistêmicos que busca consertar as lesões causadas no decorrer da história pelo

² Abordadas no capítulo 1.

capitalismo em seu trato colonial com o mundo (SANTOS, 2007, p. 22). Dessa forma, o Sul não se refere a um sul geográfico, mas sobrepõe-se a ele, uma vez que nele está localizada grande parte dos Estados que passaram pelo colonialismo europeu e não atingiram os mesmos níveis de desenvolvimento econômico encontrados nos países do Norte Global – Europa e América do Norte, com exceção da Austrália e Nova Zelândia, por exemplo.

Nessa mesma perspectiva, Morin (2011) destaca que, no tocante da cooperação Sul-Sul, o “Sul” e o “Norte” não dizem respeito às posições geográficas, mas a uma visão sobre a configuração da sociedade global, em que de um lado estão os Estados associados ao atraso e ao subdesenvolvimento – o Sul, e do outro, as nações europeias e os Estados Unidos da América, ligados ao progresso socioeconômico e técnico-científico. E dentro do Sul, como explana Morin (2011), existem vários “suis”, distintos entre si, mas coletivamente sujeitados a concepção oriunda do Norte do atraso, do subdesenvolvimento, do imperativo do desenvolvimento e da modernização.

Então, a cooperação Sul-Sul acabou se concretizando enquanto um arcabouço de ideias que impulsionou um novo caminho para os laços entre os Estados nações, diferente do que vinha sendo tomado pela cooperação internacional para o desenvolvimento. Como discorre Caixeta (2014), a quantidade de colaborações entre países emergentes tem crescido consideravelmente, tornando as políticas externas desses países cada vez mais direcionadas para a cooperação Sul-Sul. Por conseguinte, se torna determinada e determinante da transformação do cenário internacional, pois, por um lado, é responsiva às investidas do Sul de balancear a política internacional e, por outro, é o próprio elemento transformador, uma vez que proporciona aos Estados do Sul as circunstâncias adequadas para apresentarem novas visões de mundo (CAIXETA, 2014, p. 25).

Diferente da cooperação Norte-Sul, a cooperação Sul-Sul é menos estruturada, isto é, ela apresenta um grau de institucionalização inferior. Consequentemente, ela ainda está em processo de definição, sem um consenso na literatura (MILANI; SUYAMA; LOPES, 2013). Em termos históricos, a Conferência de Bandung é vista como um marco. O encontro serviu para que países asiáticos e africanos, recém-independente, se unissem em nome do não-alinhamento na conjuntura da Guerra Fria. Além disso, havia a aspiração de construir um plano de cooperação que desse um fim a ordenação internacional que colocava os países mais pobres em uma posição de subordinação, com referência aos relacionamentos das nações afro-asiáticas com as potências internacionais, em especial a experiência colonial comum. Nesse viés, entendiam que apenas a ação conjunta dos países do Sul seria capaz de criar uma resistência contra a disputa de influência durante a Guerra Fria (CONCEIÇÃO, 2015).

Uma das possibilidades de definição da cooperação Sul-Sul foi debatida durante a Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, em Nairóbi. No evento, chegou-se ao consenso que: a cooperação Sul-Sul é uma manifestação de solidariedade entre as pessoas e países do Sul que contribui para o bem-estar nacional, a autossuficiência nacional e coletiva, e a realização das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente; a cooperação Sul-Sul e sua agenda têm que ser definidas pelos países do Sul e devem continuar a ser guiadas pelos princípios de respeito pela soberania nacional, propriedade nacional, independência, igualdade, não-condicionalidade, não-interferência em assuntos domésticos e benefícios mútuos; a cooperação Sul-Sul se apresenta de diferentes formas, incluindo o compartilhamento de conhecimento e experiência, treinamento, transferência de tecnologia, cooperação financeira e monetária e *in-kind contributions*; a proximidade de experiências é um catalizador chave na promoção do desenvolvimento de capacidades de países emergentes e, desse forma, acentua os princípios da cooperação Sul-Sul; cooperação Sul-Sul não deve ser vista como uma assistência oficial ao desenvolvimento, mas uma parceria entre iguais baseada em solidariedade (ONU, 2009, p. 107-108).

Então, no geral, a cooperação Sul-Sul parte da ideia de solidariedade, reciprocidade, horizontalidade, independência, não-interferência em assuntos domésticos e benefícios mútuos. É dada uma atenção especial a premência de se cooperar a partir da ideia de benefícios mútuos, em relações horizontais e recíprocas, pois as relações da cooperação Norte-sul são estruturadas em um viés hierárquico e vertical (CONCEIÇÃO, 2015).

A partir dessas observações, definimos que o objetivo principal dessa dissertação é analisar se as relações sino-moçambicanas se enquadram no padrão das relações Norte-Sul. Com a questão de pesquisa: as relações sino-moçambicanas seguem o padrão de relação Norte-Sul? Para responder à questão de pesquisa, optamos por uma metodologia focada na utilização da revisão de literatura enquanto método de investigação, tendo em vista o caráter exploratório e descritivo da pesquisa. Então, buscamos na literatura evidências para apoiar a construção dos nossos argumentos.

Adicionalmente, foram analisados, de forma manual, os conteúdos dos dois documentos oficiais da política africana da China. Também foram analisadas descritivamente, com a construção de gráficos e quadros, as variáveis: distribuição por província do investimento externo direto chinês em Moçambique (2006-2017); distribuição do investimento chinês por setor em Moçambique (2008-2017); principais produtos exportados por Moçambique para a China (2000-2018); principais produtos importados por Moçambique da China (2000-2018). Como os dados têm fontes distintas, a marcação temporal de cada variável acabou sendo

diferente. No entanto, o recorte temporal da dissertação é 2000-2018. Inicia em 2000, pois é um ano apontado pela literatura (CHICHAVA, 2010; CORREIA, 2010) como um marco para as relações sino-africanas, principalmente graças a formação do Fórum de Cooperação China-África e a concretizando do movimento que revigorou essa relação no decorrer dos anos 1990. E se encerra em 2018, pois esse é o ano mais recente com dados disponíveis.

O primeiro capítulo dessa dissertação discorre sobre a experiência colonial africana e os seus desdobramentos no arranjo social, político e econômico do continente; perpassando temáticas como colonialismo, neocolonialismo e teorias da dependência. No capítulo 2, nossa intenção é discutir mudanças históricas das relações sino-africanas, tendo em vista que um bom entendimento das variações e continuidades possibilitam uma melhor visualização dos objetivos chineses para os países de África. Abordaremos a evolução histórica dessa relação de 1949 até a atualidade, a questão da África entre os interesses e abordagens da China e do Ocidente, os debates ligados aos laços China. No capítulo 3, abordaremos, brevemente, o desenrolar histórico do período colonial até o século XX. Além de uma revisão do panorama econômico de Moçambique, do pragmatismo em sua política externa. As relações sino-moçambicanas também são analisadas, através dos detalhes da presença chinesa no país: principais áreas de investimento, trocas comerciais, envolvimento chinês no setor madeireiro e de construções do país africano.

2 MARCO TEÓRICO: A ÁFRICA ENTRE AS EXPERIÊNCIAS COLONIAIS E A DEPENDÊNCIA

Este capítulo foca no relacionamento do continente africano com os países do Norte a partir da perspectiva da experiência colonial e suas consequências sociais, políticas e econômicas para essa região. No decorrer deste segmento serão abordadas as temáticas do colonialismo, neocolonialismo e interseção entre neocolonialismo e a dependência.

2.1 COLONIALISMO

O colonialismo, enquanto um sistema de dominação, apresenta uma marcante desigualdade entre o país colonizador e o país colonizado e uma descontinuidade territorial e cultural entre os dois atores. Além disso, os projetos coloniais postos em prática pelos europeus têm três fundamentos comuns. Primeiro, o econômico, onde o colonizador procura acumular riquezas rapidamente por meio da exploração humana e dos recursos na região colonizada; segundo, o ideológico, a qual o colonizador busca uma legitimação para suas práticas, por meio da “salvação”, com um caráter religioso, e da “civilização” dos povos autóctones; e por último, político, através da construção de instrumentos administrativos, legislativos e judiciais para operacionalizar a dominação sobre os territórios e indivíduos das colônias (HENRIQUES, 2014, p. 49).

Então, a ocupação colonial está relacionada a apropriação, delimitação e afirmação de domínio físico e geográfico. Isto é, a introdução em um território de um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essas novas relações espaciais, que Mbembe (2018) chama de territorialização, dizem respeito “a produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão de regimes de propriedade existentes, a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias; a extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais” (MBEMBE, 2019, p. 39). É uma transformação dos espaços físicos e sociais em nome dos interesses dos colonizadores.

Frantz Fanon foi um dos notórios intelectuais que pensaram sobre o sistema colonial e formas para solucioná-lo. A produção acadêmica do autor, que coloca o homem colonizado no centro da análise da relação imperialista e colonial entre a Europa e a África, não focando apenas nos interesses das potências, produz uma compreensão da colonização vista por baixo (FONSECA, 2015). Em sua obra “Os Condenados da Terra”, de 1965, Fanon apresenta em detalhes a sua noção a respeito dos processos de colonização e descolonização, que entende a

violência como o elemento central do sistema colonial, tanto na relação dos colonos com os colonizados quanto na descolonização. E essa violência começa com a chegada dos colonos e seus objetivos de dominação sobre a terra e indivíduos, na exploração e repressão impostas nesses territórios.

A imposição da violência pelos colonos leva a conquista dos territórios e dos povos autóctones, mas continua a ser empregada como principal ferramenta para a dominação. Para Fanon (1965), nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colono e do regime de opressão é a polícia e o soldado. Essas figuras de poder e força representam o colono perante o colonizado. Diferentemente das sociedades nas metrópoles, onde elementos como a religião e princípios familiares passados de pais para filhos criam uma atmosfera de submissão que diminuem as forças utilizadas para manter a ordem; nas colônias, as forças militares mantêm um contato violento com os colonizados para garantir a ordem e o sucesso dos interesses dos colonos, o que torna o sistema colonial um regime de opressão e violência (FANON, 1965).

Vale ressaltar que a dominação colonial expôs uma potencialidade de violência exorbitante. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial foram uma extensão das técnicas anteriormente destinadas aos “selvagens” das colônias aos “civilizados” da Europa (MBEMBE, 2018, p. 32). Mbembe (2018) aponta que as colônias são exemplos de territórios onde os controles e garantias de ordem judicial podem ser interrompidos e a violência atua em nome da “civilização”. Essa possibilidade de governança nas colônias mesmo que na ausência de um ordenamento jurídico é oriunda do entendimento de que não há laços e traços que liguem o conquistador ao nativo. É uma noção que animaliza os povos autóctones e os transforma em outra forma de “vida selvagem” para os colonos (MBEMBE, 2018).

O poderio militar é utilizado como principal, mas não única ferramenta de dominação. De acordo com Fanon (1965), a dominação colonial também é instrumentalizada a partir de outros elementos, como a igreja cristã, por exemplo. Por muitos anos, missionários cristãos serviram como agentes coloniais que fomentavam a subjugação dos povos autóctones, através da desumanização, animalização e destruição dos costumes e tradições. Então, na perspectiva de Fanon (1965), a igreja nas colônias era uma igreja dos brancos, dos estrangeiros e não levava o homem colonizado no caminho de “Deus”, mas sim no caminho do opressor, funcionando como uma ferramenta de repressão.

É característico do colonialismo também uma separação dos espaços sociais entre os colonos e os colonizados, em África. Para os colonos, havia as cidades com boa qualidade de vida e infraestrutura. Aos povos autóctones restava a periferia, superpovoada e com acesso restrito a alimentação, saúde, vestuário e outros itens básicos. Essa divisão também ocorre por

uma questão racial, uma vez que se dá entre os brancos e negros (FANON, 1965). Em sincronia com Fanon, Mbembe (2018) levanta que a raça sempre foi um componente ligado ao pensamento e à prática das políticas ocidentais, em particular no que tange à idealização dos povos estrangeiros enquanto sujeitos não-humanos ou a dominação a ser praticada sobre eles. Para além da separação física dos espaços, a distinção entre colonos e colonizados perpassava o campo simbólico. Enquanto o colono era visto em uma posição de superioridade, os povos nativos eram encarados como criaturas sem valores, ética e moral. Então, para “salvar esses indivíduos da selvageria”, os colonos ditavam sua cultura e valores como obrigatórios (FANON, 1965).

Na perspectiva fanoniana, essa negação dos valores dos povos nativos e imposição dos princípios e padrões do colonizador servem para proporcionar um alargamento da dominação da população da colônia, englobando a questão da dominação psíquica. A violência seria utilizada de forma deliberada para internalizar nos colonizados um sentimento de inferioridade perante o colono. Com o passar dos anos, essa situação de violência levaria os povos colonizados a não mais resistir a sua subjugação, tornando-se mais propensos ao controle colonial (FANON, 1965).

Frente a violência multifacetada empregada pelo colonizador, Fanon (1965) defendia que o único meio de superação do sistema colonial era pelo confronto direto. A violência seria necessária para expurgar por completo os colonos e conseguir uma independência plena. Na análise de Fanon (1965), não poderia haver um processo de descolonização em que o colono fosse figura ativa e presente, era necessário que este deixasse integralmente a antiga colônia. Então, seria responsabilidade apenas do colonizado construir uma nova nação a partir de suas singularidades e interesses. De acordo com o autor, após o estabelecimento de um Estado independente, era preciso instaurar um regime socialista, tendo em vista que a independência seria a primeira fase de uma longa batalha contra a miséria, analfabetismo e subdesenvolvimento (FANON, 1965).

2.2 KWAME NKRUMAH E O NEOCOLONIALISMO

Essa seção discute a compreensão de Kwame Nkrumah sobre a nova forma de colonialismo imposta pelas potências ocidentais aos Estados que outrora foram colônias, chamada de neocolonialismo. O conceito é abordado em profundidade na obra “Neocolonialismo – último estágio do imperialismo”, escrita pelo autor em 1965 (e publicada no Brasil em 1967) e vista como um marco dos estudos sobre neocolonialismo. A intenção de

Nkrumah era apresentar a conjuntura do capitalismo no período pós-segunda guerra mundial e sua conexão com a configuração socioeconômica do continente africano. O cerne das reflexões teóricas do autor ganês diz respeito à preeminência das independências, às chagas da colonização, e à subjugação humana, econômica e política do continente africano (SCHERER, 2016).

Kwame Nkrumah, figura histórica importante, liderou Gana para a independência em 1957, a primeira ex-colônia “soberana” africana. Além de sua posição enquanto político, Nkrumah era um intelectual. Enquanto acadêmico, argumenta que o neocolonialismo reflete o imperialismo em sua fase derradeira e, em suas palavras, mais perigosa. O autor entende que, haja vista as idiosincrasias do sistema internacional no pós-segunda guerra mundial, as colônias poderiam continuar sendo dominadas por um longo tempo, mas que novas colônias não seriam criadas. Então, o colonialismo tradicional teve que dar lugar ao neocolonialismo como a ferramenta de maior relevância do capitalismo (NKRUMAH, 1967).

O ponto principal do neocolonialismo é que o Estado sob o domínio neocolonial segue todos os pressupostos e tem todas as características de uma nação soberana, mas seu sistema econômico e político é regulado por uma força exterior. Em outras palavras, o neocolonialismo é uma continuação do controle externo dos territórios africanos a partir de métodos de dominação mais brandos que os praticados durante o período colonial. Esse controle exterior pode ocorrer de diferentes formas: com maior frequência, pelo uso dos meios econômicos e monetários, através de pagamentos para custear a administração do Estado, fornecimento de funcionários para ocupar posições-chave dentro do Estado que lhes permitam impor ordens, controle do câmbio a partir da exigência de um sistema bancário que seja administrado pela nação imperialista, os Estados neocoloniais também podem ser compelidos a comprar, exclusivamente, os produtos manufaturados da potência imperialista; ou em casos mais raros, pelo uso do poderio militar no território de outro Estado para controlar o seu governo (NKRUMAH, 1967).

Ainda que os objetivos neocolonialistas sejam predominantemente econômicos, também utilizam mecanismos que vão além dessa esfera, por meio da infiltração religiosa, educacional e cultural, táticas marcantes do antigo colonialismo. Essas táticas são empregadas para diminuir a credibilidade do governo nacional dominado e seu sistema social. Em contrapartida, também são usadas para enaltecer o seu modelo de administração estatal (NKRUMAH, 1967, p. 40).

Então, a forma de atuação neocolonial é “por trás da cortina”. Isto é, o controle é efetuado atrás da criação de Estados-clientes³, estes com uma independência apenas nominal. Por não ser um domínio direto, a potência livra-se do estigma da dominação colonial (NKRUMAH, 2011). Então, os Estados africanos poderiam gozar de uma soberania legal, uma vez que foram reconhecidos internacionalmente enquanto Estados soberanos. No entanto, essa soberania não se concretiza em termos de uma soberania popular, a qual se tem a capacidade de exercer e realizar a autodeterminação de acordo com as necessidades sociais e econômicas dos seus cidadãos (NDLOVU-GATSHENI, 2013). Então, sob a influência do neocolonialismo, os Estados não poderiam alcançar desenvolvimento econômico e social, pois a sua política está direcionada aos interesses de forças exteriores e não às necessidades dos seus cidadãos (NKRUMAH, 2011).

Não coincidentemente, o pensamento de Nkrumah está em sintomia com Lênin (2012). Ao tratar da política colonial no período do imperialismo capitalista, o autor russo destaca que o capital financeiro e a própria política internacional, que se concretizam a partir da busca das grandes potências pela divisão política e econômica do mundo, criaram formas de dependência estatal. Então, nesta fase, existem as colônias, os Estados que possuem colônias e modelos diversos de países dependentes que, formalmente, são independentes, mas estão entrelaçados em um sistema de dependência econômica e diplomática (LÊNIN, 2012). O título de “Neocolonialismo, último estágio do imperialismo”, livro de Nkrumah, faz referência a “O imperialismo, fase superior do capitalismo” de Lênin.

O Estado por trás do domínio neocolonial corresponde, muitas vezes, a potência que dominava aquele território antes de sua independência. No entanto, isso não é uma regra. Um Estado ou um consórcio, ao qual não se é possível associar a qualquer Estado em particular, e que não exercia o governo colonial pode assumir essa posição de poder neocolonial. Em um sistema neocolonial, o capital estrangeiro é utilizado em prol do Estado que está exercendo o controle. Sendo assim, não é investido na melhora das condições da nação explorada, potencializando as disparidades socioeconômicas entre os países ricos e pobres (NKURMAH, 1967).

O neocolonialismo se desenvolveu no pós-segunda guerra mundial, pois era inviável regressar à situação socioeconômica vivenciada antes da guerra. No pré-guerra, as disparidades econômicas entre ricos e pobres era exorbitante. O momento de convulsões sociais internas nas nações ricas posterior a 1945, destaca Nkrumah (1967), ameaçou a sobrevivência dos países

³ Estados-clientes são países dependentes militar, política e economicamente de outros Estados, em sua maioria, grandes potências (FRY; GOLDSTEIN; LANGHORNE 2002, p. 9).

capitalistas, criando a necessidade de instauração do Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State*⁴. A implementação do Estado de Bem-Estar Social nos diferentes países não ocorreu de forma homogênea, pois os níveis de benefícios atribuídos aos cidadãos variaram de acordo com cada país. No entanto, era impraticável retornar ao desemprego generalizado e baixa qualidade de vida do período pré-guerra. Em resumo, no período anterior à guerra, a organização interna dos Estados fazia com que grande parte dos lucros conquistados com a exploração das colônias fosse direcionada para as classes sociais mais abastadas. No pós-guerra, essa situação mudou. Os dividendos colônias, no lugar de irem para as classes ricas, foram canalizados para o financiamento e custeio do Estado de Bem-Estar Social (NKRUMAH, 1967).

A ideia inicial era que isso poderia ser mantido com a continuidade do modelo colonial do pré-guerra. No entanto, percebeu-se que manter esse modelo traria consequências que diminuiriam os lucros, uma vez que a continuidade dos regimes colônias nos moldes do período anterior a segunda guerra mundial implicava em guerras com os movimentos de resistência e libertação nacional (NKRUMAH, 1967).

A edificação do neocolonialismo também está atrelada a balcanização⁵ dos territórios coloniais, isto é, a dispersão dos territórios coloniais que anteriormente se encontravam coligados. A prática consiste em criar pequenos Estados que, por variados motivos, são incapazes de funcionar por si só, precisando do apoio estrangeiro, em termos de segurança e econômicos. Na maioria das vezes, esse primeiro apoio vinha da antiga potência colonial. Esses pequenos Estados, em sua condição de fragilidade e dependência de ajuda exterior, recebem uma assistência acompanhada por perda de independência e soberania nacional (NKRUMAH, 2011).

E uma vantagem do sistema neocolonial – para a nação dominadora, é que os lucros são garantidos apenas com a inserção de uma parcela moderada do Estado na dinâmica neocolonial. Então, mesmo que não se tenha o controle de todas as esferas do Estado, a exploração neocolonial continua sendo proveitosa para as nações dominadoras (NKRUMAH, 1967). Além do mais, na formação do arranjo neocolonial, as potências – no recorte de Nkrumah (1967), os países europeus e os Estados Unidos da América, se beneficiavam com as trocas comerciais de mercado. Cabia aos Estados africanos vender produtos primários, como frutas e café, por

⁴ Para Esping-Anderson (1991), o conceito de Estado de Bem-Estar Social envolve cidadania social como ideia fundamental e garantia legal e inviolabilidade de direitos sociais. O Estado tem a responsabilidade de garantir o bem-estar básico dos seus cidadãos.

⁵ Nkrumah (2011) aponta que o termo balcanização foi criado para representar a política das nações poderosas que fracionaram a parte europeia do antigo Império Otomano e formaram na região da península balcânica Estados dependentes e rivais entre si (NKRUMAH, 2011, p. 287).

valores fixos definidos pelas potências, e importar desses países produtos com alto valor agregado. Assim, muitas vezes, os Estados africanos não conseguiam o melhor acordo, por estar importando produtos com valores maiores que os praticados no mercado, além de serem constrangidos a importarem uma quantidade específica desses produtos (SCHERER, 2016).

Com o objetivo de tornar as práticas neocolonialistas chamativas e cativantes para os Estados onde serão utilizadas, elas são retratadas como um meio de melhorar as condições de vida nesses países. No entanto, o objetivo real é manter essas condições em níveis precários, em benefício dos interesses das nações desenvolvidas. Quando as mazelas sociais levam a revolta popular, a nação dominadora neocolonial destina grandes fluxos monetários para que esses Estados os utilizem nos setores militares. Nkrumah (1967) argumenta que a ajuda militar é o último estágio do neocolonialismo, porque ocasionalmente o aparato militar passa para as mãos dos opositores do regime neocolonial e o conflito aprofunda o pauperismo.

Além da ajuda militar, o neocolonialismo faz uso de dispositivos econômicos para a sua manutenção, à exemplo do controle de preços a partir do capital internacional. Essa gerência engloba o controle dos preços dos produtos comprados e vendidos por ele. O preço da maioria das mercadorias primárias é, deliberadamente, diminuído, enquanto o valor da produção manufaturada e industrializada que os países africanos têm que comprar é aumentado. Isso faz com que o montante de capital estrangeiro injetado nas economias dos países africanos seja menor, independentemente da quantidade de produtos exportados (NKRUMAH, 2011).

Similarmente, o controle das taxas de juros também é utilizado como ferramenta do sistema neocolonial. As taxas juros dos empréstimos financeiros são conservadas em altos níveis. Isso faz com que o seu pagamento seja uma tarefa mais árdua e, conseqüentemente, que a dívida dos países africanos seja maior. No âmbito multilateral, o neocolonialismo usa os empréstimos através dos organismos multilaterais. Dessa forma, organizações como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial fornecem empréstimos a países em situação de debilidade socioeconômica, mas com condicionalidades que envolvem seguir as determinações desses órgãos (SCHERER, 2016).

Nkrumah (1967) destacou a força atrativa dos governos estrangeiros enquanto doadores de ajuda e como o dinheiro da ajuda contribuiria com o reestabelecimento do controle exterior sobre os territórios africanos. Essa ajuda fornecida pelas potências internacionais – os Estados europeus e os Estados Unidos da América, na análise do autor, não era vista como caridade altruísta que objetiva a melhoria da qualidade de vida dos povos africanos, mas sim como uma forma de garantir a complacência das elites africanas e preparar o terreno para empreendimentos econômicos futuros. Além disso, como mostra Nkrumah (1967), o dinheiro

da ajuda seria logo recuperado pelo doador a partir das vantagens econômicas inerentes ao sistema neocolonial. Então, a ajuda fornecida seria apenas um crédito rotativo que é pago pelo poder neocolonial, passa pelo Estado neocolonial e retorna à potência na forma de lucros.

Em um esforço para exemplificar as práticas neocolonialistas, Nkrumah (2011) expõe que, após a segunda guerra mundial, a França criou dois organismos financeiros internacionais: o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (em francês, *Fonds d'investissement pour le développement économique et social* - FIDES) e o Fundo Central para a França Ultramarina (em francês, *Caisse centrale de la France d'outre-mer* – CCOM). A retórica dos projetos era fornecer apoio ao desenvolvimento econômico dos seus territórios ultramarinos. Os benefícios concedidos pela CCOM eram destinados às antigas colônias francesas para o custeio da administração pública e do contingente militar francês nesses territórios. Quando os investimentos no campo do desenvolvimento econômico e social aconteciam, eles eram empregados de forma que os possibilitasse voltar à França, através do pagamento de serviços, materiais, comissões, juros bancários etc.. Além disso, grande parte dos projetos era relacionada aos serviços públicos e agricultura, sem buscar a industrialização ou diversificação da matriz produtiva (NKRUMAH, 2011, p. 289).

O FIDES e o CCOM foram transformados no Fundo de Ajuda e Cooperação (em francês, *Fonds d'Aide et de Coopération* – FAC) e Fundo Central de Cooperação Econômica (em francês, *Caisse Centrale de Coopération Économique* – CCCE). Apesar da mudança nos nomes, Nkrumah (2011) aponta que as práticas continuaram a seguir o mesmo padrão: os investimentos eram destinados à áreas-chave ligadas a exportação e às empresas francesas que receberiam esses produtos. Então, no escopo do neocolonialismo, mesmo que os Estados sejam independentes, permanecem em uma situação de subordinação, atuando como fornecedores de matéria-prima e sendo mercado exclusivo para os produtos da potência neocolonial. Diferente do colonialismo tradicional, essa relação pode tomar a forma de ajuda e solidariedade no neocolonialismo.

Nkrumah (1967) também lançou luz sobre o papel desempenhado pelas elites políticas africanas associadas às potências e corporações neocoloniais. Para o autor, essas elites não têm o interesse de promover a industrialização e desenvolvimento do país, porém estão empenhadas em dar continuidade ao *status quo* e conservar as relações que as mantêm no poder. Então, na perspectiva de Nkrumah (1967), o sistema neocolonial opera em dois níveis, um interno e outro externo. Por um lado, estão as corporações e potências internacionais impondo seu poder. Do outro, certas elites do continente africano que apelam às forças externas para se manterem em sua posição.

Concordando com Nkrumah, Fanon (1965) expõe que as potências coloniais tentariam preservar o seu controle político e econômico sobre o continente africano. Essa tentativa se concretizaria, de acordo com o autor, através da coerção por meio de pressão econômica sobre os Estados africanos que queriam ser independentes. Então, as elites políticas africanas que tinham o interesse de manter uma autonomia genuína, em termos políticos e econômicos, seriam obrigadas a instalar regimes de austeridade para os seus povos; o que seria uma resistência difícil frente a fome e a pobreza nesses países. No entanto, Fanon (1965) também destaca que algumas elites, por optarem por um caminho menos complicado, se associariam aos antigos poderes coloniais. Em troca de sua soberania genuína, essas elites sustentariam relações assimétricas de comércio e ajuda.

No geral, quanto ao funcionamento e práticas neocoloniais, a obra de Fanon (1965) é menos detalhada que a de Nkrumah. Enquanto psiquiatra, Fanon (1965) aborda com mais profundidade as questões psicológicas referentes ao neocolonialismo. O autor esclarece que, por causa dos anos de exploração, violência e exposição às visões de mundo racializada dos antigos colonos, os povos africanos – do cidadão médio às lideranças políticas, internalizaram um sentimento de inferioridade. Por conseguinte, certos grupos africanos observariam os europeus como “superiores”. Em termos práticos, como aponta Fanon (1965), essa visão deturpada teria ajudado a cooptar as elites africanas às pressões políticas e econômicas do neoliberalismo. E a superação ou libertação do sistema neocolonial implicaria, para o autor, em uma libertação do pensamento.

Enquanto um pan-africanista⁶, Kwame Nkrumah acreditava que, frente ao neocolonialismo e às suas práticas, a saída para os Estados africanos era a unidade política. Essa unidade política deveria se expressar a partir da construção de políticas externa, econômica e de defesa coletivas. Assim, o desenvolvimento do continente africano viria com políticas comuns a todos os Estados do continente. Na análise de Nkrumah (1967), o movimento contra o neocolonialismo não deveria isolar a África da economia mundial. De fato, o autor defende que o investimento estrangeiro é benéfico caso seja destinado a industrialização e mediado por um governo africano soberano focado nos interesses do seu povo.

2.3 INTERSECÇÃO DO CONCEITO DE NEOCOLONIALISMO COM AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

⁶ Nkrumah (1977, p. 107) entendia que o objetivo principal dos revolucionários do Mundo Negro deve ser a libertação e unificação da África sob a direção de um governo pan-africano socialista.

As teorias da dependência e sua crítica as relações Norte-Sul compartilham elementos e ideias com o conceito de neocolonialismo. Os teóricos da dependência buscaram dar destaque às estruturas econômicas mundiais e à dinâmica de comércio internacional que impediram os Estados recém-independentes de alcançar a industrialização e, conseqüentemente, o progresso econômico (LANGAN, 2018).

As teorias da dependência surgiram dentro de um debate teórico visando compreender as especificidades e alternativas do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Essencialmente, essa corrente teórica busca entender como o sistema capitalista cria mecanismos capazes de condicionar a economia de alguns países ao desenvolvimento de outros. Então, tendo surgido no contexto histórico dos anos 1960, onde muitos países ainda estavam entrando em processos de descolonização, principalmente, em África, as teorias da dependência representaram um empenho crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento que teve o seu início em um momento que a economia mundial já se encontrava sob o controle de grandes grupos econômicos e forças imperialistas (SANTOS, 2000, p. 26).

As teorias da dependência não observam o subdesenvolvimento e o desenvolvimento enquanto fases de um processo evolutivo. Na perspectiva dos *dependentistas*, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são arranjos, intrinsecamente, unidos e indistintos. Sendo o subdesenvolvimento resultado do desenvolvimento e expansão capitalista mundial, ou seja, não apenas uma fase anterior do desenvolvimento (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Nessa corrente teórica, as relações estruturais de dependência englobam tanto as trocas comerciais quanto o movimento internacional de capitais, principalmente no que tange aos investimentos diretos externos e à dependência tecnológica (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Com base na divisão internacional do trabalho, cabia a América Latina, enquanto periferia, a exportação de produtos primários ao centro. Porém, a partir dos anos 1950, com o aumento das multinacionais e uma “nova divisão internacional do trabalho”, a industrialização para a produção de bens destinados aos mercados internos latino-americanos não divergia dos interesses do capital internacional. Conseqüentemente, as barreiras comerciais impostas pela política de industrialização por substituição de importação e a procura por mão de obra mais barata elevaram a quantidade de investimentos estrangeiros na América Latina. Dessa forma, a natureza da dependência deixou de ser apenas industrial, mas também uma dependência tecnológica, pois no lugar de importar bens de consumo, essa periferia se viu na necessidade de importar maquinário, novas tecnologias, patentes e licenças (GROSFOGUEL, 2018). Além disso, a dependência não é encarada apenas como um fenômeno externo, mas se apresenta

através de diferentes maneiras na estrutura interna – social, ideológica e política (SANTOS, 2000).

Apesar desse compartilhamento de ideias comuns, as teorias da dependência e o conceito de neocolonialismo devem ser vistos de forma separada. A corrente teórica da dependência foca bastante em aspectos econômicos na explicação das contínuas desigualdades entre o Norte e o Sul. Perpassa o papel da tecnologia, o valor das trocas desiguais dos produtos primários por *commodities* industriais e o controle dos países ocidentais sobre bancos, por exemplo, para explicar as relações de dependência. Há também um relativo enfoque nas dinâmicas das elites internas, mas pouca atenção é dada às intervenções externas de doadores e corporações internacionais no aprofundamento da desigualdade nas relações. Em contraste, a literatura do neocolonialismo, com destaque a obra de Nkrumah – o principal teórico dessa vertente, dá bastante atenção aos laços entre as elites locais dos países em desenvolvimento e atores das corporações e/ou governos do Norte global; questionando se os Estados da periferia, em especial, os Estados africanos, são capazes de exercer, plenamente, a sua soberania e se as instituições estatais são ou não controladas por forças externas, fazendo os Estados da periferia atuarem em nome da maximização dos interesses estrangeiros, deixando os seus próprios interesses de lado (LANGAN, 2018, p. 15).

Pensando a América Latina e a produção intelectual do continente a respeito da dependência, Bresser-Pereira (2010) apresenta o que seria as três interpretações para a dependência. A versão da superexploração, ligada às obras de autores como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. A versão da dependência associada, referente a trabalhos como os de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. E a terceira variante da interpretação da dependência é a nacional-dependente, associada a Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. No entanto, são interpretações intrinsecamente ligadas às especificidades latino-americanas e brasileiras. Por pensar a ideia da dependência para além da América Latina, levando em consideração os aspectos históricos distintos da experiência colonial africana em sua análise, nós escolhemos seguir a visão de Samir Amin para a dependência.

2.3.1 Samir Amin e a dependência africana

O continente africano é comumente visto enquanto “marginal” dentro do sistema internacional. A consequência dessa marginalização, isto é, da não integração das economias africanas no sistema internacional seria as fragilidades socioeconômicas do continente. Em

contrapartida a essa visão, Samir Amin (2014) propõe que a África é tão ou mais integrada no sistema internacional que qualquer outra região desenvolvida ou em desenvolvimento.

A ideia por trás da posição marginal do continente africano é que suas exportações e importações representam apenas uma pequena parcela do comércio mundial. De acordo com Amin (2014), o conceito no qual um país ou região é considerado marginal com base no peso quantitativo que exerce na economia global assume, implicitamente, que a lógica de expansão da economia capitalista global procura a potencialização da produção e comércio. Para o autor, essa é uma concepção equivocada, pois as exportações africanas representarem apenas uma ínfima porção do comércio global não é algo relevante, tendo em vista que o sistema capitalista não se dispõe a maximizar a produção e a produtividade, mas sim seleciona os volumes e condições de produção que intensificam a taxa de lucro do capital. Então, na perspectiva aminiana, os denominados Estados marginalizados são, efetivamente, países superexplorados e empobrecidos, não nações localizadas à margem do sistema internacional (AMIN, 2014, p. 28).

No entanto, apesar de acreditar que a África e os países periféricos são integrados ao sistema internacional, Amin (2014) observa que essa integração se dá de forma assimétrica. Enquanto os países centrais são autocêntricos, ou seja, com a produção interna do país voltada para atender seu mercado doméstico, e integrados de maneira ativa no sistema internacional – ativa no sentido de que eles moldam o sistema global; os Estados periféricos têm economias extrovertidas voltadas para o mercado externo, por conseguinte, são integrados no sistema internacional de modo passivo, apenas se ajustando ao sistema. Então, na perspectiva de Amin (2014), o conceito tradicional de marginalização, referente ao peso quantitativo que os países exercem no mercado internacional, é um conceito falso. A preocupação deveria estar em “de que maneira” e não “em que nível” as regiões do planeta estão integradas no sistema internacional.

Na perspectiva aminiana, a economia mundial traduz-se em um conjunto de economias autocêntricas – o chamado “centro”, que determina, visando seus lucros e ganhos, uma especialização internacional desigual e trocas desiguais para as economias extrovertidas – a “periferia”. A transferência da periferia para o centro dos mecanismos multiplicadores causa a desarticulação das economias “subdesenvolvidas”, ocasionando o bloqueio do seu crescimento (AMIN, 1976). Para Amin (1976), uma economia autocêntrica diz respeito àquelas em que o processo de acumulação e as relações essenciais do sistema podem ser alcançados e continuados sem a necessidade de expansão externa. Por sua vez, é importante para essa acumulação autocêntrica um crescimento constante dos salários reais para superar a contradição entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo do sistema. Em contrapartida, uma

economia extrovertida corresponde àquelas em que a acumulação de capital é dependente dos mercados externos, pois o crescimento contínuo dos salários é inviável.

A periferia está nessa posição onde o seu crescimento é bloqueado, porque foi compelida a uma especialização desigual, em que o seu papel é abastecer o centro com uma força de trabalho de baixo custo, produtos agrícolas e matéria-prima. Por conseguinte, a mão de obra barata é o fator de integração dos Estados marginais no sistema internacional (AMIN, 1976). De acordo com Amin (1976), a diferença de salários entre o centro e a periferia é o que fundamenta o mecanismo de trocas desiguais. O seu argumento é que, apesar da tendência de a taxa de lucro ser equalizada internacionalmente, o mesmo não ocorre para os salários.

Ao traçar as origens históricas e as formas contemporâneas do subdesenvolvimento e dependência da África, Samir Amin (1972) divide a história do continente em quatro períodos distintos. O primeiro deles, o período pré-mercantilista, engloba os dias iniciais até o século XVII. Amin (1972) ressalta que nessa fase a África não estava, de forma alguma, em uma posição inferior ou mais fraca que o restante do que ele chama de Velho Mundo, se referindo a Europa. No segundo recorte, o período mercantilista, que vai do século XVII até o final do XVIII, tem como marco o comércio de escravizados e simboliza o início do retrocesso africano. Para além dos crimes contra a humanidade, o comércio de escravos afetou negativamente a força produtiva por todo o continente. Tendo em vista que a revolução industrial que transformou a Europa e a América do Norte não chegou a todos os cantos do globo ao mesmo tempo, esse segundo tipo de atividade mercantilista perdurou até anos depois de 1800. O terceiro momento (1800 até 1880-90) foi um breve período caracterizado por tentativas de se instituir uma nova forma de dependência em certas partes do mundo onde o capitalismo já estava enraizado devido a industrialização. O quarto período, o colonial, aprofundou as dinâmicas de dependência do continente. Amin (1972) usa esse período e seus efeitos como base para os seus argumentos.

Na fase mercantilista do início do capitalismo, a África foi integrada no sistema internacional. À época, o maior exemplo de periferia eram as Américas coloniais e nessas regiões foi implantada uma economia de exportação, orientada pelos interesses mercantes do Atlântico europeu. A matriz produtiva dessa economia era o algodão e o açúcar e alicerçava-se no trabalho de escravizados. Logo, através do comércio de escravizados, o continente africano, e em especial, a África Ocidental, foi integrada no sistema internacional de maneira deletéria, aponta Amin (2014).

Por volta de 1880 a 1960, o período colonial, representou o segundo momento de integração da África ao sistema global. A partir da lógica do capitalismo mundial, o continente

foi dividido com base nas potencialidades de recursos naturais de cada região. Essa divisão conversa com a categorização dos tipos de colonização criada por Amin. O intelectual egípcio expõe que a colonização em África funcionou de três maneiras distintas: “a economia comercial colonial” integrou um exíguo campesinato ao mercado internacional de produtos tropicais, tornando-os subalternos dos mercados de oligopólios, possibilitando a redução dos ganhos do trabalho camponês ao mínimo e o desperdício de terras; “a economia das reservas de trabalho” da África Austral ligada à mineração, abastecida com mão de obra barata oriunda das “reservas”, por sua vez utilizadas para dar continuidade a subsistência rural; “a economia de pilhagem” que as empresas concessionárias desenvolveram a partir da tributação dos empreendimentos voltados a exploração da mão de obra. Nesse terceiro modelo, as circunstâncias sociais locais não favoreciam o comércio e a quantidade de recursos minerais não era suficiente para fundamentar a criação de reservas de mão de obra em larga escala (AMIN, 2014, p. 30-31).

A revolução industrial transformou as dinâmicas do capitalismo, com o setor mercantil dando espaço para a indústria e permitindo a criação de novas facetas para dicotomia centro/periferia. Assim, a antiga periferia voltada para o setor agrícola nas Américas e sua periferia africana de comércio de escravizados deu lugar para uma nova periferia que tinha a função de fornecer matéria-prima e produtos agrícolas (AMIN, 1972). O fracionamento do continente na Conferência de Berlim aumentou as possibilidades de os colonialistas obterem capital no centro. O objetivo geral era a conquista de exportações baratas, para alcançá-lo era preciso se organizar no local e, então, explorar a mão de obra barata e os recursos naturais (AMIN, 1972).

Na “África das reservas de trabalho”⁷, região oriental e leste do continente africano que engloba países como Moçambique, Burundi, Zimbabué, Angola e Uganda, os países centrais precisavam de muitos trabalhadores à disposição, devido a exploração de minério e agricultura nessa área. Para garantir essa disponibilidade, os colonos expropriavam as terras das comunidades rurais africanas, intencionalmente os levando para locais pequenos e pobres. Dessa maneira, forçaram as sociedades “tradicionais” a serem fornecedoras de migrantes em larga escala. Pelas circunstâncias, esses migrantes eram transformados em força de trabalho barata, primeiro para as minas e fazendas, e depois para as indústrias europeias. A partir desse momento em diante, as reservas de trabalho que tinham a função de fornecer proletariado migrante extinguíram as “sociedades tradicionais” nessa parte da África (AMIN, 1972, 519).

⁷ Tendo em vista a complexidade do continente africano, Amin (1972) propõe a sua divisão em três macrorregiões: África da economia comercial colonial, África do concessionário e África das reservas de trabalho.

As potências coloniais foram capazes de criar um sistema em que foi possível a produção, em larga escala, de produtos agrícolas tropicais para exportação, dentro das condições que os mantinham vantajosos para os países centrais. Por exemplo, um dos procedimentos desse sistema era o valor pago à mão de obra local ser baixo ao ponto desses produtos custarem menos que qualquer outro possível substituto produzido nos países centrais (AMIN, 1972).

Esses mecanismos e a estrutura que eles deram origem são chamadas por Samir Amin (1972) de “África da economia do comércio colonial”. Em resumo, Amin (1972) expõe que esses processos políticos e econômicos dizem respeito: a organização de um monopólio comercial dominante das corporações de importação-exportação; a taxa dos camponeses em valores que os obrigavam a produzir o que os monopólios se ofereciam a comprar; ao apoio político para as camadas sociais que podiam se apropriar de territórios dos povos autóctones e que organizavam migrações; a alianças políticas com certos grupos sociais que estavam dispostos a comercializar tributos que cobravam de camponeses; e quando os procedimentos supracitados se mostravam ineficientes, recorriam ao uso do trabalho forçado (AMIN, 1972, P. 520).

A partir dessa conjuntura, a antiga África foi completamente transformada. A sua função principal se tornou produzir para o mercado mundial com base em condições que empobreciam o continente e impossibilitavam qualquer perspectiva de modernização. No entanto, esse processo de pauperização não foi homogêneo. O comércio colonial iniciou uma polarização socioeconômica à nível regional. O resultado da “riqueza” da região costeira era o empobrecimento do interior. A política colonial de alocar os recursos apenas nas regiões costeiras criou esse desequilíbrio regional (AMIN, 1972).

Portanto, a forma como a África foi inserida no capitalismo mundial reverberou na configuração sociopolítica e econômica africana contemporânea. Por exemplo, o início da revolução agrícola no continente africano foi retardado pela possibilidade de obtenção de um excedente a partir da exploração do trabalho dos camponeses e os recursos ofertados pela natureza. Sem a necessidade de investimentos de modernização, como maquinários; sem pagar, propriamente, pela mão de obra; e sem a garantia da manutenção das condições naturais de reprodução de riquezas, através da pilhagem dos solos agrários e florestas, criou-se um retardo no início da revolução agrícola no continente africano. Esse modelo de desenvolvimento baseado em recursos naturais estava integrado na divisão internacional desigual do trabalho e era contrário à formação de uma classe média local. Inclusive, sempre que o processo de criação de uma era iniciado, as autoridades colônias entravam em cena para extingui-lo (AMIN, 2014).

2.3.2 O impacto da dominação colonial sobre a configuração socioeconômica africana

A partir da ampla literatura com caráter histórico, como nas obras de Gallagher e Robinson (1953), Bairoch (1993) e Rodney (1981), que abordam o impacto do domínio colonial sobre a performance socioeconômica africana, percebe-se que o entendimento mais comum é que o colonialismo foi prejudicial para economias com passado colonial. Sem pormenorizar, características do sistema colonial, como o trabalho forçado, os juros sobre empréstimos, os impostos, as restrições de comércio e políticas educacionais deturpadas afetaram o potencial de crescimento das colônias. Além disso, a dominação colonial também é vista como responsável pela criação das instituições disfuncionais e os conflitos étnicos presentes no continente africano, por exemplo.

Uma perspectiva alternativa defende que as metrópoles, ou seja, os países centrais, estimularam o desenvolvimento das colônias, pois as integraram ao sistema econômico mundial, implantaram capital e as modernizaram. Sendo assim, o colonialismo teria um caráter benéfico. Indo de encontro a essa corrente que argumenta que, apesar da opressão e exploração, os governos coloniais trabalharam em benefício dos africanos e desenvolveram a África, Walter Rodney (1981), em seu livro “Como a Europa subdesenvolveu a África”, defende que essa é uma concepção falsa. A construção de escolas, hospitais, ferroviárias e afins seria o exemplo do que os colonos fizeram para o benefício dos povos africanos. No entanto, a soma total desses serviços na época da colonização era substancialmente pequena (RODNEY, 1981).

Durante o período colonial, os poucos serviços sociais no continente africanos foram partilhados de forma que espelhava o padrão de dominação e exploração, pois os colonos e expatriados brancos, que vieram da pobreza na Europa, almejavam o mesmo padrão de vida das classes sociais mais ricas das metrópoles. Em colônias como a África do Sul e Quênia, os brancos criaram infraestruturas para o seu bem-estar social. No entanto, as amenidades oferecidas nessas colônias não eram para o uso dos nativos, por isso não podem ser utilizadas como guias para o que os africanos ganharam com o colonialismo (RODNEY, 1981).

Para além dessa divisão do que era oferecido para colonizador e colonizado, também havia diferenças entre as regiões. A África rural fornecia a mão de obra e as safras comerciais que mantinham o sistema colonial funcionando, no entanto, os camponeses tiveram pouco contato com os supostos benefícios da colonização. Do início ao final do período colonial, saneamento moderno, estradas pavimentadas, eletricidades, água encanada, escolas e serviços médicos foram elementos raros nas regiões rurais do continente africano. Como os escassos

serviços sociais eram destinados a auxiliar a exploração, eles apenas eram disponibilizados para africanos que produziam excedentes para exportação. Dentro de cada território, existiam diferenças regionais notáveis, a depender do nível que cada parte da área estava integrada ao sistema internacional. Por exemplo, os recursos disponíveis na parte norte do Quênia não despertavam o interesse dos colonizadores, com isso a região foi ignorada pelo poder colonial quanto a construção de estradas, escolas e hospitais (RODNEY, 1981).

O padrão das infraestruturas econômicas, referente a estradas e ferrovias, das colônias africanas era voltado para a maximização dos ganhos do poder colonial. Então, seguia uma distribuição geográfica baseada no quanto certas regiões precisavam ser conectadas às atividades de importações e exportação. Dessa forma, caso a região não estivesse ligada a produção de materiais para a exportação, estradas e ferrovias não seriam construídas, a não ser em casos em que foram criadas para fins militares. Em resumo, essas infraestruturas não foram construídas levando em consideração os interesses africanos e de maneira a favorecer o desenvolvimento do continente, como conectando diferentes partes da mesma região ou de forma a facilitar o comércio interno das *commodities* africanas; elas foram construídas em nome das exportações e dos lucros do poder colonial (RODNEY, 1981).

As instituições financeiras da África colonial também negligenciaram os interesses dos povos nativos do continente. Enquanto as empresas de seguros atendiam, praticamente, apenas aos interesses dos colonos e suas empresas, os bancos emprestavam pouco localmente. Inclusive, a própria noção de “capital europeu” que foi investido em África é questionada por Rodney (1981), uma vez que, na África, o capital aplicado no comércio no século XIX era, em parte, oriundo do comércio de escravizados. Ou seja, o capital disponível para investimento era fruto da exploração do continente.

Por sua vez, os fundos de desenvolvimento para a África do período colonial, como o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES) - criado em 1946 para as colônias francesas, destinavam-se, em grande parte, à construção de infraestruturas e à prestação de determinados serviços sociais. Em sua maioria, esses fundos chegavam às colônias na forma de empréstimos para a construção de portos, ferrovias, usinas elétricas, oficinas, armazéns e outras obras necessárias para uma exploração mais eficiente a longo prazo. A curto prazo, essas obras possibilitavam o escoamento de aço, concreto, materiais elétricos e ferroviários europeus (RODNEY, 1981, p. 214).

Nas metrópoles, havia duas classes dominantes: a burguesia – detentora dos principais meios de produção e distribuição de riqueza, as fábricas e os bancos; e o proletariado que era a mão de obra disponível para as fábricas. O colonialismo não reproduziu essa configuração no

continente africano. Ou seja, não criou uma burguesia dona do capital, nem um proletariado urbanizado (em especial, fora da África do Sul). Portanto, o capitalismo na forma do colonialismo não transformou as relações sociais e as forças de produção em África da mesma maneira que ocorreu na Europa (RODNEY, 1981). O sistema colonial era contrário à instalação de indústrias em África que não fossem ligadas a agricultura, mineração e extração de madeira. Em sintonia com Amin (2014), Rodney (1981) expõe que sempre que as forças internas buscavam dar início a um processo de industrialização africana, os governos coloniais entravam em ação para impedir que isso acontecesse e para defender as indústrias das metrópoles.

Na Europa, as indústrias tiveram um papel essencial na promoção e multiplicação de técnicas científicas. Em África, como não havia indústrias no período colonial, não havia desenvolvimento de *know-how* e habilidades. No setor de mineração, as funções que exigiam técnicas avançadas tinham que ser executadas fora da África. O colonialismo também não mudou a tecnologia na produção agrícola africana, uma vez a enxada foi a principal ferramenta de produção do começo até o fim da dominação colonial. Em alguns poucos casos, era possível encontrar em fazendas maquinário agrícola, como o trator, por exemplo. No entanto, a enxada era a ferramenta dominante. Essa estagnação das ferramentas e técnicas agrícolas empregadas pelos camponeses africanos fazia parte do projeto dos colonos. Uma das características do colonialismo é a divisão internacional do trabalho, que coloca a qualificação nos centros e a mão de obra de baixo nível nas periferias (RODNEY, 1981).

Além de expor como a dominação colonial não “modernizou” a África, Walter Rodney (1981) discorre sobre o caráter negativo das consequências sociais, políticas e econômicas do colonialismo. Durante os séculos de comércio pré-colonial, a África foi capaz de manter alguns aspectos de controle sobre a vida social, política e econômica, mas com o colonialismo essa autoridade desapareceu. A dominação colonial implicou no domínio direto das instituições sociais africanas pelos europeus. Assim, o impacto negativo do colonialismo em termos políticos foi expressivo. Independentemente de serem grandes impérios ou pequenos governos, os Estados políticos africanos perderam seu poder e independência.

O colonialismo também impediu o desenvolvimento de laços comerciais saudáveis entre a África e outras regiões do globo para além da Europa e América do Norte, criando um desequilíbrio no continente que hoje faz parte do padrão de subdesenvolvimento e dependência. Apesar do tráfico de pessoas escravizadas e importação de produtos europeus, a maioria das indústrias de artesanato africanas ainda resistiam no início do período colonial, mesmo sem avanço tecnológico ou expansão. A dominação colonial eliminou as indústrias africanas, como as de tecido, sabão, sal e cerâmica (RODNEY, 1981).

A partir do sistema colonial, a monocultura também foi introduzida em África e essa concentração em uma ou duas safras comerciais teve muitos efeitos prejudiciais. Por vezes, as safras comerciais eram cultivadas com a exclusão da produção de alimentos essenciais, por conseguinte, causando fome. No entanto, a fome era apenas uma das desvantagens que colocava a África em uma posição de vulnerabilidade, já que toda produção poderia ser afetada de uma vez por fatores internos, como doenças e pragas, e externos, como a flutuação dos preços. Em resumo, o colonialismo aumentou a dependência africana da Europa em termos do número de aspectos da vida socioeconômica da África que derivavam sua existência a partir da sua conexão com a metrópole (RODNEY, 1981).

Em sintonia com a análise de Rodney (1981), que observa como a dominação colonial corroborou com a atual configuração socioeconômica dos países africanos, Bertocchi e Canova (2002) também partem da conjectura básica que a colonização pode ser a causa do baixo crescimento das taxas do produto interno bruto (PIB) *per capita* dos Estados africanos e, simultaneamente, das heterogeneidades sociais encontradas no continente. O colonialismo e a dominação colonial podem ter afetado o crescimento de outros países para além do continente africano, no entanto, há importantes diferenças entre a experiência colonial africana e a de outras regiões. Por exemplo, para a América do Sul e Central, o processo de colonização data ao século XVI e foi, praticamente, encerrado no século XX. Por isso, Bertocchi e Canova (2002) focam em África.

Ao pesquisar o impacto da colonização europeia do século XX no crescimento, os autores encontraram que a herança colonial, mediada pela identidade do colonizador e pelo grau de penetração econômica, é importante para a heterogeneidade dos desempenhos de crescimento econômico em África. Assim, os autores encontraram evidências de que a colonização exerceu um efeito direto sobre o padrão de crescimento dos países africanos e na acumulação de capital físico e humano. A partir de uma configuração bivariada – dois indicadores de herança colonial, o índice para o governante metropolitano (o país colonizador) e o grau de penetração econômica, Bertocchi e Canova (2002) explicam as diferenças nas taxas médias de crescimento dos países africanos em várias amostras. Apesar de não ter a dinâmica centro/periferia como núcleo de sua análise, Bertocchi e Canova (2002) chegam à conclusão de que o empobrecimento do continente africano está relacionado ao processo de colonização que foi empregado em África.

3 CHINA EM ÁFRICA

A evolução chinesa de uma nação agrícola para o *status* de potência internacional transpassa um longo percurso em termos políticos e de interesses internacionais, incluindo os laços sino-africanos. Nessa seção, nossa intenção é focar, brevemente, nas transformações históricas dessa relação, pois acreditamos que um bom entendimento das variações e continuidades possibilitam uma melhor visualização dos objetivos chineses para os países de África. Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, discutiremos as relações sino-africanas com um recorte histórico que parte da fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, até a contemporaneidade. Como a base lógica por trás da relação sino-africano mudou no decorrer do tempo, realizamos três subdivisões: 1949-1980, 1980-1990 e de 1990 até a contemporaneidade. Discutiremos também sobre a África entre os interesses e abordagens da China e do Ocidente e os debates relacionados aos laços China-África.

3.1 PRIMEIRA FASE (1949-1980)

Nos primeiros anos após a fundação da RPC, a política externa do país estava voltada a garantir a sobrevivência do novo Estado chinês, por meio da obtenção de reconhecimento e legitimidade internacional, proteção contra uma potencial ameaça estadunidense e desenvolvimento de relações amistosas com os países vizinhos. Por volta de 1955, alçou voos para além do bloco comunista e da Ásia, para a África, marcando assim uma grande mudança em sua política externa (DAS, 2016).

Nesse momento, os interesses chineses em estabelecer associações com o continente africano podem ser divididos em quatro pontos-chave: primeiro, era primordial para a República Popular da China conseguir o reconhecimento internacional e a legitimidade como a única autoridade soberana da China; segundo, a África era vista como uma arena na qual os chineses poderiam enfrentar os Estados Unidos da América e a coalização anti-China da época; terceiro, para as lideranças chinesas era importante efetuar uma diversificação de parceiros, afastando, assim, o país do isolamento político-econômico; quarto, a luta chinesa contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo no campo do “Terceiro Mundo” era um elemento central na agenda política do país (DAS, 2016, p. 285).

A relação dos chineses com o continente africano é centenária. Há registros que, em 1415, exploradores chineses visitaram a costa leste africana com navios carregados de *commodities*, que foram trocadas por produtos locais de nativos da região hoje conhecida como

Quênia. Na modernidade, o despontar dos movimentos de libertação nacional africanos coincidiu com o surgimento da República Popular da China, o que deu ao país asiático a oportunidade de estabelecer relações promissoras com as jovens nações africanas. Na Conferência de Bandung⁸, em 1955, a China deu o primeiro passo em direção a cooperação sino-africana. A intenção do evento era ampliar a cooperação cultural e econômica entre os dois continentes e promover a luta anti-imperialista e anticolonial (WU, 2008).

Zhou Enlai, o primeiro-ministro chinês à época, aproveitou a conferência para expor os chamados “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, que guiariam a política externa chinesa: respeito mútuo a soberania e integridade nacional; não agressão mútua; igualdade e vantagens recíprocas; não ingerência em assuntos domésticos; e coexistência pacífica (VADELL; LOPES; CARDOSO, 2013). O encontro permitiu que a China construísse laços políticos com algumas nações africanas, incluindo, Egito, Sudão e Tunísia no final dos anos 1950 e, no começo dos anos 1960, com Mali, Gana, Somália, Uganda e Quênia; essas novas relações foram um grande êxito em termos diplomáticos para a China e aumentou o interesse do país no continente (WU, 2008). Sem filiação às Nações Unidas e sem o reconhecimento dos Estados Unidos da América à época, os países recém independentes de África tonificariam o esforço político da RPC em prol do reconhecimento internacional e legitimidade (ALDEN; ALVES, 2008).

Em 1963, Zhou Enlai deu início a uma viagem diplomática com paradas em dez países africanos⁹. O objetivo da viagem era promover o segundo encontro afro-asiático (que ocorreu dois anos depois, em 1965). A excursão fez Zhou visualizar as fragilidades de África e, aproveitando a oportunidade, divulgou os “Oito Princípios para Assistência Econômica e Técnica”¹⁰. Esses princípios demonstraram que a China forneceria assistência para os Estados

⁸ A Conferência de Bandung, que ocorreu na Indonésia, foi a primeira grande reunião de Estados africanos e asiáticos.

⁹ A viagem incluiu visitas ao Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália (GOUTIN, 2006).

¹⁰ Os Oito Princípios são: 1. A assistência deve ocorrer de acordo com os princípios da igualdade e benefícios mútuos, assim o governo chinês mantém que a assistência deve ser mútua, nunca um processo ou uma concessão unilateral; 2. Ao fornecer ajuda exterior, o governo chinês respeita inteiramente a soberania dos países beneficiários, sem condicionalidades e exigências; 3. Objetivando o alívio do fardo dos países beneficiários, o governo chinês fornece ajuda na forma de empréstimos sem juros ou a juros baixos, com o prazo de reembolso podendo ser adiado quando necessário; 4. O objetivo chinês no fornecimento de ajuda exterior não é tornar os Estados beneficiários dependentes da China, mas ajudar os países beneficiários a crescerem gradualmente no caminho da autossuficiência e desenvolvimento econômico de forma independente; 5. Para projetos construídos através da ajuda chinesa, o governo chinês faz o possível para obter efeitos rápidos a partir de pequenos investimentos, dando a possibilidade de os países beneficiários aumentarem sua receita e acumularem capital; 6. O governo chinês fornece equipamentos e materiais fabricados na China com a melhor qualidade e negocia o preço de acordo com o mercado internacional, caso os produtos não atendam às especificidades e qualidade negociada, o governo chinês se compromete com a substituição; 7. Ao fornecer assistência técnica, o governo chinês garante ensinar aos beneficiários o domínio total da tecnologia; 8. Os especialistas enviados pelo governo chinês para ajudar os beneficiários em construções devem receber o mesmo salário que os especialistas locais e não devem receber nenhum tratamento especial (GOUTIN, 2006, p. 11-12, tradução nossa).

africanos sem pedir retribuições econômicas, com alguns empréstimos sem juros (ou juros muito baixos) e até alguns que não precisavam ser pagos caso o beneficiários não tivesse condições de fazê-lo. Para a China, essa “diplomacia de ajuda” tinha objetivos políticos e ideológicos: pelo lado político, o governo chinês tinha a intenção de suprimir os esforços de Taiwan e conseguir o reconhecimento internacional para a República Popular da China e, à época dos conflitos sino-soviéticos, rivalizar com os soviéticos; do lado ideológico, a China apoiava os movimentos revolucionários africanos contra a dominação colonial e imperialista (WU, 2008).

Apesar de não ser capaz de manter um alto nível de visibilidade no continente africano durante a guerra fria, devido às suas limitações estruturais naquele período, a China forneceu apoio militar para movimentos libertários em África, como ao angolano, ao congolês e ao moçambicano (LANTEIGNE, 2009, p. 133). Como apontado anteriormente, as investidas chinesas em África também estavam relacionadas ao objetivo do país de minar o reconhecimento de Taiwan como país independente na Organização das Nações Unidas (ONU); com o apoio massivo dos Estados africanos, Pequim conseguiu um assento permanente na Organização das Nações Unidas, em 1971 (VADELL; LOPES; CARDOSO, 2013).

Com o apoio de 26 países africanos, a República Popular da China conseguiu garantir um assento permanente nas Nações Unidas. Atrelado a isso, Pequim também foi capaz de suprimir os esforços taiwaneses no continente africano. Até 1976, enquanto apenas oito Estados africanos reconheciam Taiwan, trinta e nove mantinham relações com a RPC. Contudo, apesar das investidas chinesas no continente africano durante os anos 1950-1970 terem gerado resultados positivos, em termos principalmente políticos, os seus custos acabaram as tornando inviáveis (DAS, 2016). O enfraquecimento das relações sino-africanas foi influenciado por fatores de dois níveis: internos e externos. No quesito interno, a Revolução Cultural¹¹ fez a China focar em questões domésticas. No âmbito externo, a inquietação gerada por uma possível “ameaça soviética” favoreceu o desenvolvimento de relações amigáveis entre a China e os EUA (DAS, 2016).

3.2 SEGUNDA FASE (1980-1990)

A agenda política chinesa mudou de um aspecto ideológico-revolucionário para um prisma voltado a construção de relações comerciais com as nações ocidentais. Então,

¹¹ Movimento sociopolítico chinês, que durou de 1966 a 1976.

gradualmente, os laços sino-africanos foram perdendo fôlego no durante os anos 1980. A conquista do assento permanente na ONU e o reconhecimento, por parte dos EUA, da República Popular da China, em 1979, criou um ambiente internacional mais confortável para os chineses, o que deu espaço para a China focar no seu crescimento econômico e reformas internas no lugar de objetivos revolucionários globais (WU, 2008).

Entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983, o primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang, que substituiu Zhou Enlai, efetuou uma viagem por diversos países africano, dando indícios que o continente ainda era importante para o governo chinês. Durante uma discussão com líderes africanos, na Tanzânia, em 1983, informou que a partir daquele momento os “Quatro princípios da cooperação econômica e técnica sino-africana”¹² – igualdade e benefícios mútuos, ênfase em resultados práticos, diversidade e progresso comum; guiariam a cooperação técnica e econômica chinesa com o continente africano (BRAUTIGAM, 1998). Ao comparar os quatro princípios de 1983 com os oito divulgados quase duas décadas antes, percebe-se que houve uma redução no escopo das possibilidades de cooperação. Deixou-se de lado os empréstimos com juros muito baixos e aqueles que não precisavam ser pagos. A ênfase agora estava em benefícios mútuos em termos práticos e desenvolvimento comum, uma vez que a assistência econômica à longo prazo se tornava insustentável se continuasse a ser um fluxo unilateral.

No entanto, mesmo com os novos princípios norteadores, a África acabou sendo alocada para uma posição periférica dentro da política externa chinesa, tendo em vista que o país estava empenhado com o seu próprio crescimento econômico. Neste período, o foco da política externa chinesa estava na construção de relações mais próximas com os países desenvolvidos, para que assim pudesse conseguir mais investimentos externos diretos e, consequentemente, impulsionar a sua economia doméstica (DAS, 2016).

¹² As novas diretrizes prometiam: 1. Ao desenvolver cooperação econômica e tecnológica com países africanos, a China segue os princípios da união e amizade, da igualdade e benefícios mútuos, do respeito à soberania, da não interferência em assuntos internos, da não imposição de condicionalidades e não solicitação de privilégios; 2. Na cooperação econômica e tecnológica sino-africana, os pontos fortes e potencialidades de ambos os lados serão plenamente aproveitados com base em suas necessidades e possibilidades reais, e serão feitos esforços para alcançar bons resultados econômicos com menos investimentos, ciclos de construção mais rápidos e resultados mais rápidos; 3. A cooperação econômica e tecnológica da China com os países de África assume formas variadas adequadas a condições específicas, tais como a oferta de serviços técnicos, a formação de pessoas para cargos técnicos e de gestão, a realização de intercâmbios científicos e tecnológicos, a realização de projetos de construção, a adesão à produção cooperativa e a *joint ventures*; no que diz respeito aos projetos de cooperação de empreendimentos, a parte chinesa zelará para que os acordos assinados sejam respeitados, a qualidade do trabalho seja garantida e a amizade enfatizada; os especialistas e técnicos enviados pelo lado chinês não pedem tratamento especial; 4. O objetivo da cooperação econômica e tecnológica com os países africanos é contribuir para o aumento da autossuficiência de ambos os lados e promover o crescimento das respectivas economias nacionais, a partir do complemento e ajuda mútua (BRAUTIGAM, 1998, p. 49-50, tradução nossa).

3.3 Terceira fase (1990-)

Essa tendência de enfraquecimento das relações político-econômicas entre o continente africano e a China apenas foi rompida nos anos 1990. Os desdobramentos políticos do “Incidente de *Tiananmen*”¹³, em 1989, reacenderam o interesse e envolvimento chinês com o continente africano. Naquele momento, a intenção chinesa era focar seus esforços diplomáticos nos laços com os países desenvolvidos, porém o isolamento político e sanções econômicas recebidas no pós-*Tiananmen* obrigaram a China a reformular sua agenda de política externa. A tática adotada pelos chineses foi uma reaproximação e fortalecimento das ligações com os países em desenvolvimento, incluindo os Estados de África e a ASEAN¹⁴ que, por sua vez, não julgaram a forma como a China agiu na resolução das manifestações (WU, 2008).

Entre 1989 e 1992, Qian Qichen, ministro das relações exteriores chinesas à época, visitou quatorze Estados africanos e muitos chefes de Estado do continente foram convidados a visitar Pequim. A campanha chinesa também incluiu um aumento nos pacotes de ajuda aos países africanos que apoiaram a China após a crise de *Tiananmen*. A concessão de doze milhões de dólares a Moçambique durante a visita de Qian ao país é um dos exemplos em que a China uniu o seu pedido de “entendimento político” e apoio com recompensas financeiras de algum grau (TAYLOR, 1998, p. 450).

Essa reaproximação impulsionada pela necessidade de apoio político culminou em transformação nas engrenagens da relação entre os países de África e a China nos anos seguintes. Em 1996-1997, a excursão afro-asiática do presidente chinês Jiang Zemin marcou a renovação das relações sino-africanas como um elemento central dentro da agenda de política externa de Pequim. Foi durante essa viagem que a proposta de lançamento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) foi anunciada. Nos anos 2000, ficou ainda mais aparente que o lado ideológico das relações sino-africanas tinha dado lugar a uma abordagem mais pragmática e econômica, graças as reformas estruturais realizadas na China (LANTEIGNE, 2009).

O FOCAC (Fórum de Cooperação China-África) foi inaugurado em 2000 e marcou o início das relações sino-africanas no século XX. No mesmo ano, foi realizada em Pequim a sua

¹³ O “Incidente de *Tiananmen*” ou o Protesto na Praça Celestial, em 1989, compreende uma série de manifestações por causa da situação socioeconômica do país naquele momento e contra o regime político chinês. O governo respondeu de forma violenta aos protestos, a estimativa de mortes de civis varia entre 400 a 800, mais milhares de feridos (KRISTOF, 1989).

¹⁴ Associação das Nações do Sudeste Asiático, fundada em 1967, que incluiu: Brunei, Camboja, Timor-leste, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã.

primeira Conferência Ministerial. Nela foram assinados dois documentos norteadores das relações sino-africanas dali por diante. Um deles foi a Declaração de Pequim sobre o Fórum de Cooperação China-África, ao qual estabelece o FOCAC enquanto o meio central de interlocução entre as nações africanas e Pequim; o documento versa, dentre outras temáticas, sobre não-intervenção, resolução pacífica de conflitos internacionais, universalidade dos direitos humanos e liberdades fundamentais e benefícios mútuos (FOCAC, 2000a). O outro documento foi o Programa de Cooperação China-África sobre o Desenvolvimento Econômico e Social, ele aborda cooperação intergovernamental, comércio, investimento, cooperação financeira, alívio e cancelamento de dívidas, cooperação em agricultura, turismo, dentre outros assuntos (FOCAC, 2000b).

A instituição surgiu em uma tentativa de reforçar a cooperação sino-africana, formalizar as relações bilaterais e reduzir os debates relacionados ao papel da China na África (WANG; ZOU, 2014). Tendo em vista que a China optou pela via da institucionalização do seu comprometimento com o desenvolvimento da África, o FOCAC simboliza a materialização da importância do continente africano para o governo chinês. Percebe-se então que os Estados africanos estavam ocupando um lugar de parceiros estratégicos dentro da política externa chinesa.

No ano de 2006, mesmo ano da realização da terceira cúpula do FOCAC, Pequim divulgou o livro branco intitulado a “A política africana da China”¹⁵, o documento deixou clara a importância estratégica do continente para o país asiático e sua intenção de aperfeiçoar a cooperação com a África (ANSHAN, 2007, 69). No documento sobre a política africana, o governo chinês destaca que sua intenção é apresentar ao mundo os seus objetivos da política da China em relação à África, as medidas para alcançá-los e as propostas de cooperação para os anos seguintes, que englobavam a promoção do crescimento das relações China-África e da cooperação com benefícios mútuos (RPC, 2006). Pequim expõe que a amizade sino-africana é ligada a uma longa história de intercâmbio, haja vista as experiências históricas semelhantes, a China e a África sempre se solidarizaram e apoiaram uma à outra na luta pela libertação nacional; e define que sinceridade, igualdade, benefícios mútuos, solidariedade e desenvolvimento comum são os princípios norteadores da cooperação China-África (RPC, 2006).

O elemento de maior destaque neste livro branco é a questão do benefício mútuo, apresentado com uma roupagem de parceria estratégica. Por ser um documento curto, o governo

¹⁵ A política africana da China, 2006. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zgdfzcc/t481748.htm>>. Acessado em 01/01/2021.

chinês não apresenta muitos detalhes. No entanto, lança luz sobre uma quantidade razoável de esferas para a relação sino-africana. Na política, fala-se em trocas entre órgãos legislativos, entre partidos políticos e entre mecanismo de consulta. Na econômica, aborda-se comércio, investimento, cooperação financeira, cooperação agrícola, infraestrutura, recursos naturais, turismo, redução e alívio de dívida, assistência econômica, cooperação multilateral. Além de educação, saúde, cultura e aspectos sociais. Sempre sem pormenorizar, mas deixando claro que a intenção chinesa é promover o desenvolvimento do continente a partir de uma parceria estratégica de benefícios mútuos. No documento não são apresentados planos ou como esses objetivos seriam postos em prática que nos permitam realizar uma comparação sistemática para averiguar se essas intenções chegaram a se concretizar. Mas fica elucidado que, pelo menos no campo da retórica, os propósitos chineses não são criar condições e imposições em sua relação com a África, mas sim caminhar lado a lado em uma posição de igualdade.

15 anos após a inauguração do FOCAC, Pequim lançou o segundo documento de política da China para a África. O governo chinês pretendia, com o lançamento do documento, esclarecer as intenções chinesas no desenvolvimento das relações com o continente africano e expor as novas perspectivas, abordagens e medidas da política africana da China sob novas circunstâncias (RPC, 2015)¹⁶.

O documento versa sobre o estabelecimento e desenvolvimento de uma parceria estratégica e cooperativa abrangente entre a China e a África; defesa dos valores de amizade, justiça, interesses comuns e adesão aos princípios de sinceridade, resultados práticos, afinidade e boa-fé; promoção do desenvolvimento global das relações China-África, que inclui intensificação de trocas de alto nível, aumento do compartilhamento de experiências de governança, melhora nos mecanismos intergovernamentais de consulta e cooperação, promoção de intercâmbios em vários setores, incluindo órgãos legislativos, órgãos consultivos, partidos políticos, militares e governos locais; aprofundamento da cooperação em assuntos internacionais, por meio do fortalecimento da relação nas organizações multilaterais; ampliação da cooperação econômica e comercial, através da ajuda no processo de industrialização africana, modernização do setor agrícola, melhora na infraestrutura, e do fortalecimento da cooperação financeira entre os dois atores, da facilitação das trocas comerciais e investimento, aumento da cooperação no campo dos recursos energéticos, expansão da cooperação em

¹⁶ Segunda política africana da China, 2015. Disponível em <https://www.chinadaily.com.cn/world/XiattendsParisclimateconference/2015-12/05/content_22632874.htm>. Acessado em 01/01/2021.

economia marítima. Além de tratar de questões de saúde, educação, pobreza, meio ambiente, cultura, esportes, turismo, comunicação, segurança e diplomacia (RPC, 2015).

Ao se comparar com o documento de 2006, neste novo livro branco a China apresentou mais detalhes sobre sua relação com a África. O documento aborda a nova política da China para a África “sob novas circunstâncias”, deixando claro que, para o entendimento chinês, se fez necessário uma reformulação, visto que após quase uma década da divulgação da primeira política, a conjuntura já havia mudado tanto na China quanto na África e no sistema internacional. O documento elucida a retórica utilizada na comunicação oficial com a África, expondo o que Pequim entende por “sinceridade, resultados práticos, afinidade e boa-fé”, sem excluir do texto quais são os interesses econômicos, políticos e culturais palpáveis da China para o continente africano. Esses elementos estão explicitados no corpo do documento, demonstrando que é algo maior que uma carta com linguagem amigável.

Bob Wekesa (2015), ao analisar o documento, expõe que, apesar do vocabulário rico em expressões que demonstrem solidariedade e dos detalhes a respeito de compromissos futuros, a parte principal desta nova política reside na elevação da África na hierarquia da política externa chinesa – do *status* de “novo tipo de parceria estratégica” do documento de 2006, as relações evoluíram para uma “parceria estratégica e cooperativa abrangente”. Ao se observar a maneira a qual a China qualifica as suas relações com os países africanos, percebe-se que grande parte dos Estados africanos são denominados “parceria” e “parceria estratégica” enquanto uma minoria, como África do Sul e Egito, é caracterizada enquanto “parceria estratégica abrangente”. Essa tipificação está relacionada ao nível de relevância econômica do país para a China. Então, esse segundo documento da política africana da China revelou que a África, enquanto continente, tem mesmo valor estratégico e *status* que parcerias a nível bilateral (WEKESA, 2015).

3.4 A ÁFRICA ENTRE A CHINA E O OCIDENTE

O fim da Guerra Fria trouxe à África uma reconfiguração político-econômica. Mormente graças a influência dos Estados Unidos, os países do continente africano tiveram que realizar alterações profundas em seus modelos de nação: deixar o socialismo de lado, aderir o capitalismo e adotar regimes políticos democráticos.¹⁷ Essas alterações eram exigências para o

¹⁷ Apesar da exigência de regime democráticos, os Estados Unidos da América, em nome da luta contra o comunismo, foram de encontro a princípios democráticos básicos ao apoiar econômica e militarmente ditadores

acesso desses países ao sistema de crédito das instituições de Bretton Woods, nomeadamente, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Não se levava em conta as especificidades e necessidades reais dos povos africanos (CUCO; VIANA, 2016).

Na perspectiva de Moyo (2009), em sua análise sobre “ajuda morta” (*dead aid*, em inglês), a ajuda que os Estados africanos recebem não traz benefícios para o desenvolvimento desses países. Em sua estimativa, no decorrer de 50 anos, mais de 1 trilhão de dólares foram enviados ao continente africano para viabilizar o seu desenvolvimento e progresso. Como resultado, a diminuição do subdesenvolvimento não foi alcançada e os países se tornaram mais pobres, ressalta a autora (MOYO, 2009). Após várias décadas e bilhões de dólares investidos, a eficácia da ajuda ocidental é posta em xeque, tendo em vista a linha tênue entre os montantes canalizados ao desenvolvimento dos Estados africanos e o agravamento da situação socioeconômica desses países (CHIDAUSHE, 2007).

Em sintonia, Cuco e Viana (2016) apontam que isso aconteceu devido a inadequação do modelo ocidental de ajuda, que não leva em conta as especificidades das sociedades africanas e, além de não ser capaz de possibilitar o desenvolvimento dos Estados de África, também cria barreiras para criação de mecanismo e iniciativas próprias por parte desses países. Ademais, as condições atreladas a ajuda ocidental fazem com que as lideranças africanas não tenham como alocar esse dinheiro a partir das necessidades dos seus países (CUCO; VIANA, 2016, p. 226).

Por outro lado, a interação entre a China e continente africano sempre foi diversificada e complexa. Os novos projetos iniciados nos anos 1990 tornaram isso ainda mais evidente. Mesmo que a questão dos recursos naturais seja bastante saliente nessa relação, tendo a China parcerias de peso, em termos energéticos, com Estados como Sudão e Angola, os investimentos chineses são mais variados que os do Ocidente, substancialmente voltado ao setor petrolífero (VISENTINI, 2014).

Uma faceta pertinente das relações sino-africanas é o investimento chinês em infraestrutura, seja na construção ou reconstrução de prédios públicos, estádios, usinas elétricas, hospitais, escolas, dentre outros. Os empreendimentos acabam empregando uma grande quantidade de mão de obra, mesmo que, frequentemente, a China utilize funcionários chineses. Essa questão de empregabilidade é um ponto bastante sensível, já que a oferta de emprego para a força de trabalho africana é algo de suma importância em um continente com fragilidade socioeconômicas graves. No entanto, o uso de mão de obra própria acaba barateando e

em África, como Samuel Doe, da Libéria, Mobutu Sese Seko, do Zaire e Siad Barre, da Somália (ADEBAJO, 2013, p. 169)

possibilitando a operacionalização das obras com a taxa de lucro mínima de 3%, diferente da de 15% cobrada pelos europeus (VISENTINI, 2014).

Além do mais, na cooperação China-África, um dos elementos que se sobressai é não-condicionalidade. Ou seja, Pequim não realiza exigências aos Estados africanos para manter a relação ou fornecer auxílio financeiro. Enquanto os atores ocidentais geralmente demandam certos padrões aos africanos, como regimes políticos democráticos ou um tipo específico de política econômica, Pequim não faz esses tipos de imposições. Vale ressaltar ainda que o auxílio financeiro chinês, devido ao seu dinamismo, acaba sendo disponibilizado em um prazo menor que os de organizações financeiras internacionais (TULL, 2006).

Como pontuado, os chineses focam seus investimentos na África em infraestrutura, produção e comércio, deixando caridade e setores sociais em segundo plano. Esses investimentos com roupagem de negócios se mostram mais benéficos que a Ajuda ao Desenvolvimento. Em outras palavras, por precisar de mais negócios que de ajuda, é mais provável que a África se beneficie da abordagem chinesa, que difere significativamente da ocidental (CHIDAUSHE, 2007).

A exportação de *commodities* do continente africano para a China acaba aumentando a receita desses países, possibilitando o pagamento de dívidas e o investimento no desenvolvimento. E como uma grande parcela da população de África está vinculada a produção de *commodities*, o avanço chinês nesse setor proporcionou um aumento nos preços. Consequentemente, com um preço maior, a população também adquiriu um maior poder aquisitivo (VISENTINI, 2014). Em uma perspectiva política, para os africanos, a interação com a China também fortalece a sua presença em organizações multilaterais. Ter a China, um gigante econômico e diplomático, como parceiro dá força a defesa africana contra resoluções ocidentais inconvenientes. Então, para o continente africano, tanto em termos políticos quanto econômicos, o envolvimento chinês gera novas alternativas e oportunidades (VISENTINI, 2014).

Apesar de inicialmente ter direcionado grande parte do seu capital para países ricos em recursos naturais em África, com o passar do tempo, o padrão chinês de investimento se tornou mais amplo e complexo. O antigo foco no setor de mineração se expandiu para setores diversos, como o têxtil, de geração de energia, turismo e telecomunicações, por exemplo. Isso tornou o papel desempenhado pela China no continente africano mais abrangente, sofisticado e eficiente que o de qualquer outro país no período pós-guerra (MOYO, 2009, p. 101).

O regime de condicionalidades das instituições financeiras internacionais é indicado, por Chidaushe (2007), como um exemplo clássico em que a África teve que se sujeitar a

relações humilhantes, que resultaram no controle dessas instituições sobre o continente. Quase todos os países africanos ainda sentem os efeitos dos programas de ajuste estrutural impostos por essas instituições, como o Banco Mundial, que não atendem os interesses dos seus povos e aumentaram a pobreza, dívida e dependência. Por causa desse cenário, a abordagem mais branda chinesa se mostra mais atraente, por preconizar, pelo menos no campo da retórica, uma relação de benefícios mútuos e amizade. De forma resumida, a abordagem horizontal chinesa para as relações sino-africanas acaba se mostrando mais benéfica que a de tipo vertical praticada pelos países ocidentais no relacionamento com o continente africano (CHIDAUSHE, 2007).

3.5 DEBATES SOBRE O ENVOLVIMENTO CHINÊS EM ÁFRICA

O rápido crescimento da economia chinesa, que veio acompanhando de grandes avanços nos setores sociais, com redução da pobreza, urbanização e modernização da sociedade chamou atenção de toda comunidade internacional. Simultaneamente, a “reentrada” chinesa no continente africano, a partir dos anos 1990, despertou uma significativa discussão, dentro dos círculos políticos e acadêmicos, a respeito da natureza do envolvimento chinês em África e sobre o que o país pode oferecer ao continente, com reações mistas, das mais pessimistas às otimistas.

As análises mais pessimistas acreditam que o modelo chinês de envolvimento com a África representa uma ameaça para o continente. É o caso de Kaplinsky e Morris (2006) e Kolstad e Wiig (2011). O argumento é que o interesse e o envolvimento chinês em África estariam intrinsecamente ligados apenas a extração e exploração dos recursos naturais africanos. Dessa forma, não trariam nenhum benefício expressivo para o continente ao mesmo tempo que favoreciam o aumento das vulnerabilidades dos Estados de África, uma vez que, para além da exploração dos recursos naturais, as trocas comerciais sino-africanas contribuiriam para a desindustrialização do continente.

Por sua vez, Giovannetti e Sanfilippo (2009) argumentam que, apesar das exportações africanas terem sido favorecidas por tratamentos especiais em alguns setores, a África está vulnerável a ameaça competitiva representada pela China. De acordo com os autores, o aprofundamento das relações China-África e o consequente aumento da entrada de produtos manufaturados chineses de baixo custo em África ocorreu mediante o sacrifício da produção local. Usando dados desagregados, os autores mediram o impacto indireto da China nas exportações africanas e apresentam resultados que indicam que as exportações chinesas têm um efeito negativo tanto para todo o conjunto de produtos africanos exportados quando para a

indústria manufatureira. Em geral, nos setores que a China e a África disputam mercados, um aumento anual nas exportações chinesas correspondeu a uma diminuição das exportações africanas. No entanto, Giovannetti e Sanfilippo (2009) chegaram a esses resultados sem levar em consideração a influência de outras variáveis e seu impacto nas exportações africanas, diminuindo assim a capacidade explicativa do seu modelo.

Partindo do princípio de que o fluxo de comércio entre países potencialmente resulta em interações que levam a melhorias tecnológicas nos setores produtivos, Elu e Price (2010) analisam se o comércio entre a China e a África Subsaariana resulta em transferências de tecnologia e aumento na produtividade para as empresas africanas. Os autores parametrizaram o nível de produtividade total das empresas manufatureiras da região em função do fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) e do país em que opera, abertura comercial com a China e sua interação com o IED. Com um recorte temporal de 1992-2004 e cinco países da região subsaariana de África na amostra, os autores concluíram que não há relação entre aumento de produtividade, investimento estrangeiro direto e comércio com a China. Ou seja, a relação com a China não estaria influenciando um aumento na produtividade africana. Os autores ainda destacam que, como o aumento da produtividade é um fator determinante para o crescimento econômico e melhora dos padrões de vida, um aprofundamento das relações comerciais com a China não seria uma via para a elevação dos padrões de vida na África subsaariana.

Assim como Elu e Price (2010), Kaplinsky (2008) também examina as maneiras como o rápido avanço da China como exportador de produtos manufaturados pode afetar a agenda de desenvolvimento da industrialização da região subsaariana. Tendo em vista que, nos mercados internos de África, a China compete com as empresas africanas nos setores que usam mão de obra intensiva e de baixa tecnologia, consideradas essenciais para o crescimento industrial da região; e nos mercados externos, está pressionando as exportações de vestuário, têxtil, mobiliário e calçado para os Estados Unidos e a União Europeia – mercados que representam mais da metade das exportações da região. Então, de acordo com Kaplinsky (2008), o avanço chinês enquanto exportador é prejudicial para África, pois a indústria doméstica do continente não seria capaz de competir com os chineses no mercado interno ou externo.

Alden (2005) ressalta que a crescente presença da China na África introduz uma nova dinâmica para as relações exteriores do continente. Atraída pela necessidade de recursos e mercados, Pequim deu início a uma ofensiva comercial e diplomática na região, a qual foi recebida com ímpeto pelos governos africanos, pois o país se caracteriza como uma nova fonte de investimento e ajuda, além dos chineses estarem dispostos a manter relações sem condicionalidades. Apesar de destacar essas novas possibilidades que a presença chinesa

introduz para a África, Alden (2005) relata que a cooperação sino-africana permanece limitada pela natureza assimétrica das relações. Em sintonia com Alden (2005), Chemingui e Bchir (2010) também apontam que a África não se beneficia muito com as relações sino-africanas, porque o continente é caracterizado por baixos níveis de diversificação econômica e uma capacidade produtiva pequena. Quando comparadas com as potencialidades da economia chinesa (diversificação e altos níveis de produtividade), a “balança” estaria em favor da China.

Em uma perspectiva distinta, que observa as relações sino-africanas a partir de um ângulo mais otimista, Wang (2009) e Davies *et al* (2008) sustentam que o lado positivo das relações China-África está no fato que o investimento chinês traz possibilidades de crescimento sem interferir nas questões domésticas dos Estados africanos. Com uma postura pragmática, Pequim não cobra que os Estados africanos tenham um determinado arranjo político para manter relações político-econômicas com eles. Em outras palavras, Pequim não demanda instituições democráticas e manutenção dos direitos humanos, por exemplo, para negociar com as nações africanas. Isso é resultado da política de não-intervenção chinesa nos assuntos domésticos de outras nações. Ademais, os altos investimentos em infraestrutura também seriam um diferencial que reforça os resultados positivos das relações sino-africanas (VADELL; LOPES; CARDOSO, 2013).

Ao analisar como o crescimento econômico na África Subsaariana é afetado pela florescente dependência com a China, Munemo (2013) expõe evidências em apoio à hipótese que afirma que os bens de capital chineses são importantes ferramentas de transferência de tecnologia que fortalecem o crescimento econômico em África e têm um impacto estatisticamente positivo no desenvolvimento econômico da região. No entanto, o autor ressalta a importância de que as políticas de liberalização do comércio da região para atrair mais investimento e capital chineses sejam implementadas com um viés não-preferencial, para garantir de que a importação de produtos mais baratos de outros fornecedores não seja substituída por produtos chineses mais caros. Sendo assim, Munemo (2013) defende que, apesar de seu impacto positivo, é oportuno para a África manter relações diversificadas.

Ancharaz (2009) evidencia que, nas análises das relações sino-africanas, os países ricos em recursos naturais frequentemente são associados a uma probabilidade maior de se beneficiarem com a relação, enquanto aqueles que competem com os chineses nos mercados de exportação acabariam sofrendo efeitos negativos. A República da Maurícia, um país sem recursos naturais exploráveis e encarando uma intensa concorrência com a China em seus mercados tradicionais, seria um dos países que não se beneficiariam com as relações com os chineses. No entanto, Ancharaz (2009) argumenta que o crescimento econômico da China pode

ser positivo para o país. Através de uma análise do impacto da China por meio dos canais de comércio, ajuda e investimento, o autor conclui que a erosão das preferências comerciais, e não a China, foi responsável pela perda de empregos na indústria de vestuário mauriciana, por exemplo; e que a ajuda chinesa no financiamento de projetos de infraestrutura foi um alívio para o país, apesar do uso de mão de obra e insumos chineses. O país também ganharia com investimento estrangeiro direto chinês, já que a China utiliza a localização geográfica estratégica do país como uma plataforma para penetrar no mercado africano, além disso, o turismo de chineses para as Ilhas Maurício também demonstra ser um elemento promissor (ANCHARAZ, 2009). Então, a diversidade ligada a presença chinesa em África permitiria o país contribuir positivamente com a economia de Estados africanos não ligados a recursos naturais.

Incluso nessa perspectiva que observa um potencial transformador positivo do envolvimento chinês na economia africana, capaz de contribuir na erradicação da pobreza e incitar o crescimento socioeconômico do continente, Friedman (2009) levanta que a China já está possibilitando essa reconfiguração em África, através da exportação de talento empresarial para a África e a dinamização da economia por meio da introdução da África a uma versão chinesa do processo de desenvolvimento do leste asiático (no estilo do modelo de desenvolvimento dos gansos voadores¹⁸). De acordo com o autor, os chineses podem fomentar o setor industrial africano da mesma forma que o Japão fez no sudeste asiático nas décadas de 1960 e 1970, incorporando, assim, a África ao dinamismo econômico asiático (FRIEDMAN, 2009).

Quanto a questões de segurança no continente africano, conforme Kuo (2012), no lugar de criticar Pequim por não cooperar com projetos liberais de paz em África, seria mais proveitoso destacar a perspectiva chinesa sobre a segurança africana e a sua justificativa para a não-intervenção em assuntos internos da África. Na visão do autor, Pequim encara os projetos liberais de paz como imposições neocoloniais e fatores que agravam a insegurança do

¹⁸ O modelo dos gansos voadores é um paradigma de desenvolvimento econômico criado para o sudeste asiático. Ele foi criado nos anos 1930 e popularizado nos anos 1960 a partir da obra de Kaname Akamatsu. O modelo dos gansos voadores tem a intenção de explicar o processo ao qual economias “retardatárias” conseguem alcançar o nível de industrialização das economias dos países desenvolvidos. O modelo consiste, primeiro, de um padrão básico, ou seja, uma única indústria cresce traçando as três curvas sucessivas de importação, produção e exportação; e segundo, um padrão variante no qual as indústrias são diversificadas e modernizadas de bens de consumo para bens de capital e/ou de produtos simples para produtos mais sofisticados. Então, esse padrão de modernização é transmitido de um “ganso líder”, como o Japão, para um “ganso seguidor” (países em processo de industrialização). Essa transmissão pode ser entendida como um impulsionamento para o desenvolvimento, onde as nações em desenvolvimento se alinham atrás das nações com setores industriais mais avançados, criando um padrão análogo ao voo dos gansos (KOJIMA, 2000).

continente. Então, para Kuo (2012), o modelo não-intervencionista chinês demonstra ser mais profícuo para a África.

Ao abordar a dinâmica de crescimento dos países da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), Diaw e Lessoua (2013) mediram o impacto da orientação comercial sobre o crescimento econômico nos países da CEMAC e concluíram que a especialização em recursos naturais tem um efeito negativo no desenvolvimento da economia desses países. Os autores enfatizam a necessidade dos países da CEMAC regularem melhor os seus padrões de especialização, para evitar os efeitos da “doença holandesa”, que na economia diz respeito a consequências negativas do aumento da exploração de recursos naturais (ou de um setor distinto ou fluxos de ajuda exterior) no progresso de outro setor, principalmente, do setor manufatureiro.

Por exemplo, a “doença holandesa” pode levar a uma valorização da moeda nacional em comparação a dos outros países, à medida que as receitas do setor em crescimento aumentam, conseqüentemente, a exportação dos produtos nacionais se tornam mais caras para serem compradas por outros países e a importação mais barata, tornando a produção nacional menos competitiva. No entanto, Diaw e Lessoua (2013) destacam que o efeito negativo do foco na exploração de recursos naturais é, de certa forma, mitigado pelo envolvimento com a China, uma vez que as trocas comerciais dessa relação afetam positivamente o crescimento econômico dos países da CEMAC.

Ainda na perspectiva que observa as relações sino-africanas por um viés otimista, McCormick (2015) destaca que a China oferece uma gama de pacotes de ajuda monetária e não-monetária para a África, que incluem doações, empréstimos para a construção de infraestrutura, bolsas de estudos, equipamentos, assistência técnica, dentre outros. A ajuda monetária chinesa está ligada ao uso de bens e serviços chineses, mas não carrega as condicionalidades de “boa-governança” e regimes democráticos que caracterizam os doadores ocidentais (MCCORMICK, 2015). A autora conclui que a ajuda da China à África tem efeitos positivos no desenvolvimento do continente, mas o impacto varia de acordo com a estrutura e características institucionais de cada destinatário.

4 RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS EM PERSPECTIVA

Moçambique está localizado na região Austral de África e posiciona-se de forma estratégica em termos geopolíticos, tendo em vista sua vasta costa capaz de ser porta de entrada para o interior do continente, além do potencial do país com relação a recursos naturais. Após um longo um longo período de dominação colonial portuguesa, Moçambique conquistou sua independência em 1975. No entanto, as dificuldades econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo país até os dias atuais estão profundamente associadas ao período colonial, por isso, nesse capítulo, abordaremos de forma breve, o desenrolar histórico do período colonial até o século XX. Além de uma revisão do panorama econômico de Moçambique, do pragmatismo em sua política externa. As relações sino-moçambicanas também são analisadas, através dos detalhes da presença chinesa no país: principais áreas de investimento, trocas comerciais, envolvimento chinês no setor madeireiro e de construções do país africano.

4.1 PANORAMA HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

4.1.1 O período colonial

A gradativa incorporação do país na economia capitalista mundial e na rede imperial portuguesa fez com que os povos nativos moçambicanos perdessem sua autonomia e se tornassem deveras ligados às mudanças no tabuleiro político internacional. A demanda por escravos, o descobrimento de ouro na África do Sul e a necessidade, por conseguinte, de mão de obra moçambicana, a mudança no preço das *commodities* no mercado mundial, bem como a violenta luta portuguesa contra o movimento de libertação nacional de Moçambique, são alguns dos elementos que moldaram o curso da história do país (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Os elos entre Portugal e Moçambique datam do século XV, mas só tomaram uma forma concreta a partir de XIX, quando se efetuou, na Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, a partilha do continente africano. Como apontam Hanlon e Smart (2008), o colonialismo português em Moçambique era pobre e rudimentar; a grande massa dos colonos era analfabeta e oriunda das regiões mais carentes de Portugal. Devido as suas limitações socioeconômicas, Portugal não era capaz de pôr em prática seu plano colonial de forma efetiva, por isso encontrou na locação da soberania das colônias uma solução para suprir esse problema: um sistema de grandes concessões com amplos poderes de administração (CABAÇO, 2007). Aqueles que

recebiam uma concessão deveriam, de forma compulsória, estruturar uma força policial para garantir o controle social, dar continuidade ao processo de colonização e construir infraestruturas. Além disso, como forma de pagamento pelo uso dos recursos moçambicanos, Portugal cobrava das outras potências coloniais porcentagens nos lucros e dividendos (CABAÇO, 2007, p. 94). A nação europeia terceirizava suas incumbências administrativas e, ao transferir parte da soberania da colônia, tornava-se dependente das outras potências (CABAÇO, 2007).

Então, no período colonial, o território moçambicano foi ocupado tanto por Portugal quanto por empresas das potências coloniais locatárias. Essa dinâmica de facilitação dos interesses estrangeiros acabou traçando uma configuração no sistema produtivo do país que apenas favorecia as esferas que eram vantajosas aos interesses estrangeiros. Por conseguinte, essa conformação desequilibrava o crescimento econômico do país (CONCEIÇÃO, 2015).

Apesar dessa divisão da soberania do território, Portugal não desistiu de impor regras coloniais ao povo de moçambicano. Essas normas são referentes a impostos, políticas, racismo, xenofobia, uso forçado da mão de obra, dentre outros elementos. Esse processo de colonização modificou drasticamente a sociedade moçambicana (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p. 27). A característica central da vivência moçambicana com o colonialismo foi a exploração da mão de obra africana através da intervenção do Estado. A imposição de contratos de trabalho - o sistema *chibalo*¹⁹, o trabalho penal, os acordos com a África do Sul e a antiga Rodésia do Sul, as migrações involuntárias, além dos danos a humanidade, causaram para Moçambique a perda de milhares dos membros mais produtivos da sociedade rural. Por exemplo, interrupções nos ciclos de produção doméstica com um simultâneo declínio na disponibilidade de alimentos, aumento de dívidas, fome, doenças e erosão do solo foram consequências diretas da determinação do cultivo forçado de algodão e arroz no país (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p. 53).

Como consequência da dominação colonial, os papéis de gênero também foram alterados em Moçambique. A constante ausência dos homens – coagidos a migrarem, fez com que as mulheres assumissem funções historicamente associadas a figura masculina e realizassem quase todo o trabalho produtivo. Ao mesmo tempo que tinham que cuidar do campo e do gado, também realizavam os serviços domésticos. Isso quando não eram obrigadas a trabalhar no cultivo de arroz e algodão ou no *chibalo* – na construção de infraestruturas como estradas (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

¹⁹ Sistema de trabalho forçado das províncias Ultramar de Portugal utilizado na construção de infraestruturas, mesmo tendo abolido oficialmente a escravidão em 1869.

Além disso, Portugal institucionalizou a segregação racial no país através da imposição de leis e convenções sociais que proibiam a presença de africanos negros em locais “brancos”, como restaurantes, teatros, banheiros e até em algumas cidades, caso africanos negros estivessem no local após anoitecer sem uma autorização especial. Em resumo, a opressão colonial-capitalista transformou profundamente a Moçambique rural através do trabalho forçado, e nas áreas urbanas proveu habitação de baixa qualidade, altos níveis de desemprego, baixos salários e pobreza (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p. 58).

4.1.2 Período de libertação nacional

Em um contexto internacional de fim da Segunda Guerra Mundial, a independência das colônias em África parecia ser um desfecho iminente para a dominação europeia no continente. Muitos dos processos de descolonização dos países africanos ocorreram através de negociações. Em contrapartida, no caso de Portugal, houve uma intensificação da repressão e uso de força dentro das colônias, que levou também a um aumento da resistência dentro do país contra a colonização (CONCEIÇÃO, 2015).

O argumento português para não conceber independência às suas colônias era que essas regiões, incluindo Moçambique, já eram independentes com a independência da nação portuguesa. Essa recusa à negociação pacífica levou à radicalização dos movimentos nacionalistas (GARCIA, 2003). Por sua vez, esses movimentos nacionalistas foram impulsionados por um contexto internacional favorável: fim da Segunda Guerra Mundial, criação da Organização das Nações Unidas, bipolarização política mundial e busca por áreas de influência na guerra fria, além da conferência de Bandung, que buscava esquematizar o futuro do então chamado Terceiro Mundo enquanto uma nova força da política mundial. É importante sublinhar o papel desempenhado pela China na conferência, que assumiu o lugar de liderança e se engajou no auxílio aos povos africanos no combate ao imperialismo e colonialismo (GARCIA, 2003).

Nesse clima, formou-se em 1962 a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, tendo Eduardo Chivambo Mondlane como líder. A FRELIMO é a aglutinação de três movimentos nacionalistas que tinham como objetivo comum o combate à dominação portuguesa: União Nacional de Moçambique (MANU), fundada em 1959 na Tanzânia; União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), com origem em 1960 no Zimbábue; e União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), fundada em 1961 no Malawi. Esses

três movimentos compartilham características-chave: todos foram formados em países vizinhos por refugiados ou imigrantes moçambicanos (CABAÇO, 2007).

A Frente entrou em guerra contra o poder colonial em 1964 pela independência do país. Como supracitado, Portugal optou pela luta armada para suprimir o movimento nacionalista. Os combates perduraram por 10 anos. Egito, Argélia, Zâmbia e Tanzânia foram os primeiros países a fornecer apoio militar aos guerrilheiros da FRELIMO e, à medida que o conflito foi se acentuando, países socialistas, principalmente a China e a União Soviética, tornaram-se a fonte preponderante de apoio financeiro, militar e diplomático. Em contrapartida, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) forneceu um intenso auxílio ao regime colonial português (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p. 172).

O primeiro congresso da FRELIMO serviu para traçar as diretrizes políticas do movimento, inclusive, no que concerne à política externa. Como aponta Vieira (1990, p. 39), foi estabelecido que: os laços com as populações do globo deveriam ocorrer calcados nos princípios do respeito mútuo, soberania nacional, integridade territorial, não-agressão e não-intervenção em questões domésticas e coexistência pacífica; bases militares estrangeiras em território nacional seriam interditas; não haveria adesão a blocos militares; iriam colaborar com a unificação dos povos africanos a partir dos conceitos de dignidade, liberdade, respeito, do direito ao progresso político e socioeconômico desses povos; respeitariam as diretrizes da Organização das Nações Unidas (VIERIA, 1990, p. 39).

Em termos ideológicos, de início, a FRELIMO se enquadrava apenas enquanto oposição a dominação colonial e pela independência nacional, não tendo assim uma definição clara quanto a sua posição ideológica. Apenas em 1969 é que o marxismo-leninismo começou a ser visado como uma possibilidade (CONCEIÇÃO, 2015). O contato do movimento nacionalista moçambicano com o socialismo ocorreu por diferentes meios. A leitura de textos de revolucionários, como os de Mao Tse Tung, foi um dos mais importantes. Esses trabalhos reverberavam entre os combatentes moçambicanos através de um sentimento de empatia e percepção de semelhanças entre as experiências (CABAÇO, 2007).

Além de treinamento militar, a União Soviética e a China forneceram armamentos para o movimento nacionalista moçambicano. Junto a ajuda bélica e a capacitação, esses países também forneciam uma educação no campo ideológico, através da apresentação de trabalhos marxistas e maoístas, ou seja, era um auxílio militar e ideológico (CONCEIÇÃO, 2015). Como a luta pela independência aconteceu dentro do contexto da Guerra Fria, as potências ofereceram-se a ajudar os movimentos independentistas que demonstravam, de antemão, que iriam fazer parte de suas respectivas zonas de influência caso conseguissem a vitória (GARCIA,

2002). No entanto, na perspectiva de José Cabaço (2007), as mazelas sociais moçambicanas – fome, violência, pobreza; que caminhavam lado a lado com a exploração colonial, bem como uma sensação de revolta, levaram o movimento nacionalista moçambicano em direção ao socialismo.

4.1.3 A independência

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, em 25 de abril de 1974, que tirou do poder o regime ditatorial que geria o país e deu início ao processo de democratização, as novas lideranças portuguesas definiram que os desdobramentos políticos das colônias deveriam ser revolidos por vias pacíficas e não-belicosas. No entanto, isso não implicou necessariamente em uma posição pro-independência por parte de Portugal. Por sua vez, a FRELIMO instruiu a intensificação da luta em prol da libertação de Moçambique até que os portugueses aceitassem, sem exigências, passar a soberania ao movimento nacionalista e legitimasse o direito à independência, que ocorreu em 25 de junho de 1975. No ano anterior, em 1974, foram assinados na Zâmbia os Acordos de Lusaka, que ratificaram a representatividade da FRELIMO e definiram os termos da transição de poder e cessar-fogo. Então, em 25 de abril de 1975 entrou em vigor a nova Constituição elaborada pela Frente (CONCEIÇÃO, 2015).

Em 19 de junho de 1975, o comitê central da FRELIMO decidiu aderir oficialmente ao marxismo-leninismo, que é a corrente ideológica de quem eles consideravam ser seus “aliados naturais”, uma vez que o apoio ao movimento nacionalista do país veio em sua maioria de nações socialistas (CONCEIÇÃO, 2015). Com a resistência portuguesa ao processo de descolonização tendo sido apoiada pela OTAN, a FRELIMO teve que se voltar para o bloco leste para obter ajuda (HANLON; SMART, 2008).

O objetivo da Frente de Libertação de Moçambique era a criação de um “socialismo com o rosto de Moçambique” e pôr um fim ao empobrecimento e subdesenvolvimento do país. Para os membros da FRELIMO esse “socialismo com o rosto de Moçambique” não dizia respeito a uma versão do socialismo africano, impreciso em sua definição, mas muito discutido durante os anos 1960 ou a uma variante do modelo do leste europeu transferido para Moçambique. Para as lideranças do movimento, significava a condensação das experiências de sua luta armada e da realidade contemporânea moçambicana com os princípios gerais de organização do marxismo-leninismo (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

A adoção oficial do marxismo-leninismo fez com que Moçambique virasse alvo do bloco capitalista da Guerra Fria, nomeadamente, antimarxistas – Estados Unidos da América e

as nações do oeste europeu. Tendo em vista a posição estratégica de Moçambique, em termos geopolíticos, o país “cair nas mãos” do bloco comunista ia de encontro aos interesses desses Estados para a região Austral do continente africano. Apesar da sua política externa ir de encontro a adesão do país a blocos militares, Moçambique era visto pela mídia internacional como um Estado-satélite soviético. O país faz fronteira com a África do Sul e a antiga Rodésia do Sul, ambos apoiados pelos Estados Unidos à época e descontentes com a presença de um governo não-racial²⁰ e socialista como vizinho. A região se transformou em um dos principais palcos de disputa geopolítica da Guerra Fria. Então, entre 1976 a 1980, tropas rodesianas atacavam civis e infraestruturas em áreas circunvizinhas a Moçambique (HANLON; SMART, 2008).

No pós-independência, as lideranças de Moçambique enfatizavam a importância de unir forças econômica e militarmente com os Estados vizinhos independentes. Como para a FRELIMO era de suma importância findar a dominância sul-africana e rodesiana²¹ na região, Moçambique apoiou de forma ávida a formação de uma aliança com a Zâmbia, Tanzânia e Botswana e, posteriormente, Angola. O objetivo da aliança era apoiar o movimento nacionalista zimbabuense, o Congresso Nacional Africano da África do Sul²² e a Organização do Povo do Sudoeste Africano²³ (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

4.1.4 A guerra civil

Em 1975, surgiu a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), formada por pessoas que não concordavam com o regime imposto pela FRELIMO: seja por não se sentirem representadas pelo marxismo, por um sentimento de marginalização sentido por algumas elites políticas que foram banidas pela Frente e por portugueses que tiveram seus bens coletivizados no pós-independência e buscavam reavê-los. Em seus anos iniciais, o grupo recebeu apoio militar e financeiro da Rodésia do Sul. Quando a região conseguiu o reconhecimento internacional de sua independência em 1980 e mudou seu nome para Zimbabué, o apoio a RENAMO passou a vir do regime branco do *apartheid* sul-africano. Inclusive, a África do Sul

²⁰ Que não privilegiava a minoria branca do país.

²¹ Tanto a África do Sul quanto a Rodésia do Sul tinham regimes políticos que privilegiavam a minoria branca desses países.

²² O Congresso Nacional Africano surgiu como um movimento político que lutava pelos direitos da população negra durante a vigência do regime do *apartheid* sul-africano. A partir de 1994, se tornou o partido político principal da África do Sul.

²³ A Organização do Povo do Sudoeste Africano foi um movimento que lutou pela independência da Namíbia – antes conhecida como Sudoeste Africano.

branca do *apartheid* foi considerada pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan – eleito a partir de uma forte retórica anticomunismo, como um bastião contra o comunismo nos Estados vizinhos da região (HANLON; SMART, 2008).

A guerra civil entre a RENAMO e o governo moçambicano, representado pela FRELIMO, iniciada em 1976, causou uma grande degradação na sociedade moçambicana. Em decorrência do conflito, houve uma intensa onda de refugiados para os países vizinhos e quase um milhão de mortos. Apesar desse contexto conflituoso no pós-independência, a FRELIMO pretendia superar o subdesenvolvimento a partir de uma economia planificada e do apoio recebido dos Estados socialistas. Para por isso em prática, o governo moçambicano elaborou um plano que consistia, basicamente, na rápida industrialização, expropriação das áreas rurais e modernização da mão de obra (CASTEL-BRANCO, 1994).

Depois de dois anos do início da efetuação do plano, os primeiros problemas começaram a ser sentidos, principalmente, graças a dependência do governo moçambicano ao financiamento externo. Tendo em vista que União Soviética não conseguia fornecer uma ajuda de custos a Moçambique da mesma forma que fazia com Estados como Cuba e que os outros meios de financiamento que o país tinha para pôr em prática seu plano econômico não eram tão rentáveis. Por um lado, as dívidas de Moçambique aumentavam devido a importação de combustível e maquinário, por outro, a quantidade de moedas externas diminuía no país. Como agravante, enquanto as aspirações econômicas do governo moçambicano malogravam, os conflitos contra a RENAMO tornavam a situação socioeconômica do país ainda mais árdua (CASTEL-BRANCO, 1994).

Apesar de sua saliente dependência à União Soviética, Moçambique também realizou cooperação econômica com outros países do então “Terceiro Mundo”, como Iraque, Argélia, Líbia e Índia. Por exemplo, o Iraque era o principal fornecedor de petróleo e concordou, em 1978, a fornecer o produto a Moçambique a um valor menor que o preço do mercado mundial e a Índia, em 1982, assinou um acordo com o país de 14 milhões de dólares em crédito e assistência técnica para reformar o sistema de ferrovias moçambicano (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Havia um esforço contra a dependência econômica tamanho que fez o país buscar estabelecer laços com Estados do Ocidente. Os vínculos militares e econômicos entre os países da OTAN e a África do Sul durante o regime do *apartheid*, a presença de mercenários oriundos de Estados ocidentais no exército rodesiano, uma campanha anti-Moçambique na mídia ocidental devido a ligação do país com a União Soviética, e a proibição por parte do congresso estadunidense de assistência econômica a Moçambique aumentou a ojeriza do país com relação

aos Estados capitalistas desenvolvidos até 1977. Mas a necessidade de diversificar sua rede de parcerias internacionais e a percepção que os Estados socialistas não eram capazes ou não tinham a intensão de fornecer o capital e tecnologia necessários para a realização dos projetos desenvolvimentistas moçambicanos fez com que o país, a partir de 1978, procura-se expandir a cooperação econômica com o Ocidente. Em um primeiro momento, o país estabeleceu acordos com a Grã-Bretanha, Itália, França e até Portugal, demonstrando ter uma visão pragmática (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Apesar do esforço, a crise econômica, a guerra civil e desastres naturais levaram a sociedade moçambicana à beira da ruína. Ao passo que os conflitos se intensificavam no começo dos anos 1980, a queda nas exportações, o aumento do preço do petróleo e das taxas de juros causaram em Moçambique uma diminuição brusca na disponibilidade de moeda para realização das importações, o que levou a derrocada da economia do país (HANLON; SMART, 2008).

4.1.5 Virada para o Ocidente

Em resposta a essa situação, Moçambique deu início a uma revisão no plano político-econômico do país e procurou ajuda na comunidade internacional. Em 1983, a FRELIMO realizou o seu 4º congresso, nele foram discutidas as estratégias adotadas pelo grupo a partir da independência. Tendo em vista a situação socioeconômica do país, as lideranças deliberaram que o melhor caminho naquele momento era reformas econômicas para a recuperação do Estado. Em 1984, Moçambique se aproximou das instituições de Bretton Woods em busca de apoio financeiro (CONCEIÇÃO, 2015).

Os Estados Unidos da América (EUA) se dispuseram a auxiliar o país, mas com condicionalidades. Inclusive, a potência internacional deu início a um processo de boicote a Moçambique que apenas cessou quando o Acordo de Nkomati²⁴ foi assinado em 1984 e o país se tornou membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (HANLON; SMART, 2008). Esse momento simboliza a virada de Moçambique para o Oeste.

A ajuda veio atrelada a duras condições, apontam Hanlon e Smart (2008, p. 35-39): primeiro, os EUA demandaram que duas de suas organizações – a *Care* (ligada à Agência de

²⁴ Acordo assinado em 1984 pelos governos moçambicano e sul-africano e tinha como objetivo acabar com a guerra civil em Moçambique. Em linhas gerais, foi acordado que a África do Sul deveria parar de apoiar a Resistência Nacional Moçambicana e Moçambique deveria deixar de apoiar a Congresso Nacional Africano – um movimento e partido político sul-africano que advoga pelos direitos da população negra do país.

Inteligência Central dos EUA) e a *World Vision* (que utilizava ajuda para evangelização), fossem autorizadas a entrar em Moçambique, que sempre tinha exigido que estrangeiros trabalhassem enquanto parceiros, mas nunca tinha autorizado organizações não-governamentais internacionais a atuarem livremente no país, por conseguinte, com o passar do tempo, mais e mais organizações começaram a atuar no país; segundo, Moçambique deveria se aproximar do capitalismo, a exigência era a criação de um Estado mínimo no país, ou seja, o Estado não poderia intervir no mercado, bancos e indústria, bem como passar a responsabilidade sobre saúde e educação para o setor privado; nessa mesma linha, em terceiro lugar, foi ordenado que Moçambique deveria adotar políticas de ajuste estrutural, típicas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial: Estado mínimo, contenção de custos do governo através da redução de salários e serviços sociais, desvalorização da moeda, desregulamentação do mercado com a proibição de subsídios e controle de preços, diminuição das barreiras comerciais, privatizações, restrições ao crédito, dentre outros (HANLON; SMART, 2008, p. 35-39).

Então, Moçambique passou de uma economia planificada para uma de mercado, que acabou tendo impactos negativos, com destaque para o setor social. Na perspectiva de Conceição (2015), a desvalorização da moeda nacional, a diminuição do salário real e a contenção de gastos para áreas-chave como educação, saúde e alimentação, a privatização de empresas estatais e o consequente aumento do desemprego foram sentidas de forma mais intensa pelos setores frágeis da sociedade moçambicana.

Com o intermédio da Igreja Católica, as negociações de paz entre o governo moçambicano e a RENAMO começaram em 1990. O processo de negociação durou dois anos e, em outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), que definiu uma operação das Nações Unidas para Moçambique, a ONUMOZ, para monitorar a efetivação do acordo de paz. A ONUMOZ contou com cerca de seis mil soldados, trezentos e cinquenta e quatro observadores, mil e noventa e cinco membros da polícia civil internacional e funcionários burocráticos. Uma das principais missões da operação foi a organização das primeiras eleições gerais de Moçambique. Então, as primeiras eleições gerais multipartidárias aconteceram em outubro de 1994 com alta participação popular. A RENAMO foi derrotada nas urnas e a FRELIMO continuou no poder dando início ao processo de democratização do país (RODRIGUES; MIGON, 2019).

É importante destacar que a interferência externa sempre foi um elemento presente na história política de Moçambique. No período colonial, frente a dominação de Portugal e o apoio que a resistência portuguesa recebeu da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o povo

moçambicano lutou por sua soberania e liberdade. Quando a sua independência foi conquistada, atores estrangeiros figuraram como presenças marcantes no escopo político e econômico do país, com destaque para o bloco socialista da Guerra Fria. Com a virada para o oeste, o envolvimento dos Estados Unidos através das instituições de Bretton Woods foi intenso – o país precisava de ajuda e recebeu, mas a partir do cumprimento de uma série de imposições. E o fim da guerra civil no país também envolveu o acompanhamento de atores internacionais no país. Percebe-se uma corrente histórica de dependentismo e interferência internacional, mesmo a contragosto da visão que os moçambicanos tinham para a sua nação. Mas a emergência de novos atores do Sul dentro da lógica da cooperação Sul-Sul representou um novo caminho de possibilidade para Moçambique.

4.2 PANORAMA ECONÔMICO DE MOÇAMBIQUE

A República de Moçambique é formada por províncias: Maputo – onde fica a cidade de Maputo que é a capital do país –, Inhambane, Gaza, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Niassa, Cabo Delgado e Nampula. O país do sudeste do continente africano faz fronteira com Estados como a África do Sul, Tanzânia, Malawi e Zâmbia.

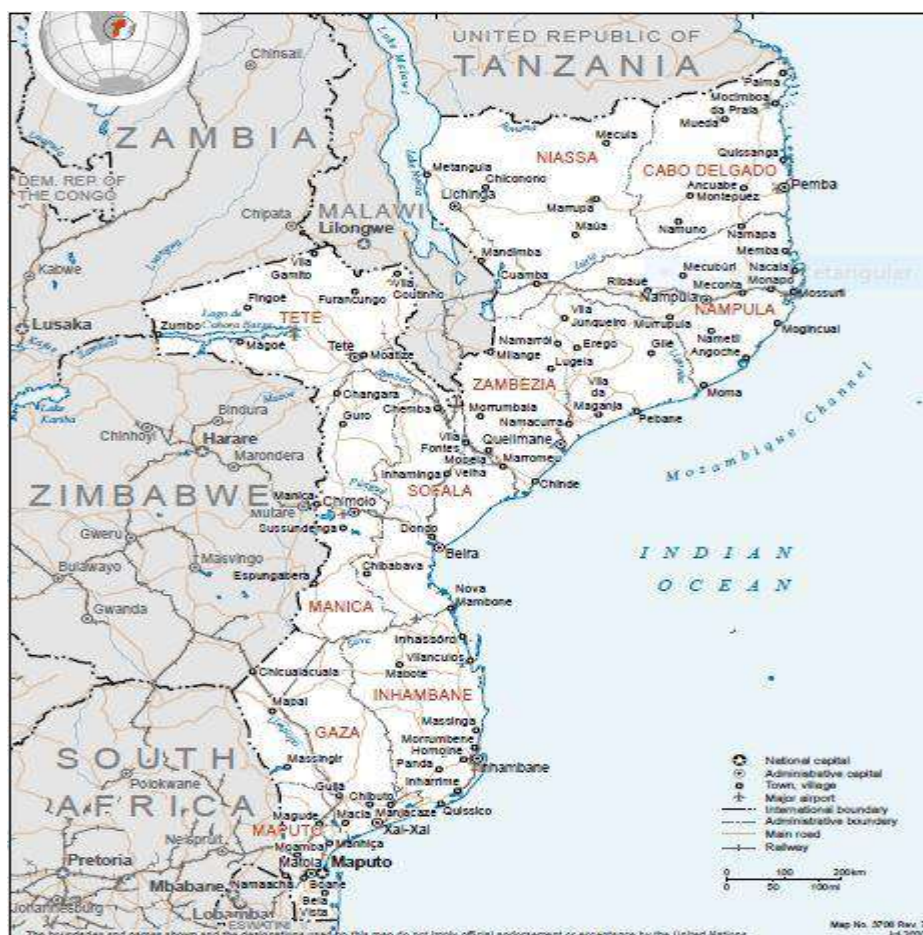
O sistema econômico do período colonial criou em Moçambique assimetrias regionais entre o Norte e o Sul do país, bem como entre as áreas rurais e urbanas. O Sul e as cidades eram as regiões mais desenvolvidas do país e pouco integradas as demais áreas. Como apontado anteriormente, no pós-independência, Moçambique adotou uma economia planificada para reverter as consequências da dominação colonial. Porém, graças as circunstâncias internacionais, desastres naturais e o conflito militar que assolou o país por mais de uma década, a estratégia adotada se tornou inviável. O endividamento externo, que chegou a cerca de 5,5 bilhões de dólares, em 1995, levou o país a mudar drasticamente o seu plano de desenvolvimento, com a filiação de Moçambique às instituições de Bretton Woods e a adoção do Programa de Reabilitação Estrutural, a partir de 1987²⁵.

É nas instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial –, que Maputo conseguiu o suporte financeiro que precisava frente às consequências do conflito militar que assolou o país, mas também se deparou com as condicionalidades que conduziram o país a realizar reformas econômicas. Razões históricas de caráter político-militar direcionaram Moçambique a uma configuração de dependência externa. No contexto da luta

²⁵ Informações coletadas no site oficial do governo moçambicano, disponível em <<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Economia>> Acessado em 10/01/2021.

anticolonial pela independência Moçambicana, o país precisou de apoio externo para custear o movimento. No pós-independência, as fragilidades socioeconômicas do país, herdadas do período colonial, fizeram Moçambique continuar a depender da ajuda externa para as despesas públicas (MABUCANHANE, 2015; CASTEL-BRANCO; OSSEMANE, 2010).

Mapa 1 – República de Moçambique

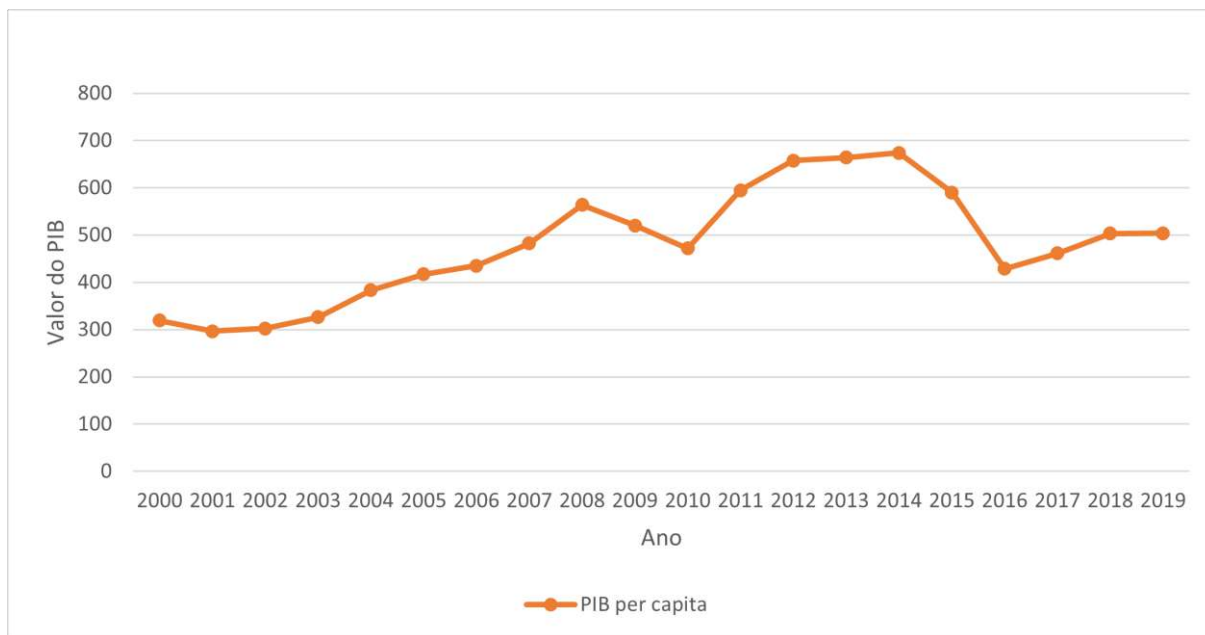


Fonte: ONU (2020).

Em 1975, após a sua independência, Moçambique já listava entre os países com mais fragilidades socioeconômicas do mundo. A guerra civil foi apenas um agravante. A assinatura do Acordo de Paz, em Roma, em 1992, que formalizou o fim do conflito atrelada a realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, trouxe estabilidade política e uma perspectiva de melhora em termos socioeconômicos. Em 1992, o PIB *per capita* moçambicano era de 138 dólares. Em 2009, estava em 428 dólares, o que é um crescimento considerável (UNCTAD, 2012). No entanto, é válido ressaltar que, em 2007, a ajuda oficial ao desenvolvimento equiparou-se a 22% do Produto Interno Bruto moçambicano, esse número é cinco vezes maior à média das nações da África Subsaariana, o que colocou o país na posição 11º dos Estados mais dependentes de ajuda externa do mundo nesse período (CASTEL-BRANCO;

OSSEMANE, 2010). Entre 2000-2019, a variação do PIB *per capita* moçambicano variou pouco e se manteve em números baixos, o que indica uma baixa qualidade de vida no país para os cidadãos. Essa distribuição por ano pode ser conferida a seguir:

Gráfico 1 – PIB *per capita* moçambicano (2000-2019)



Fonte: o autor (2021)²⁶.

Moçambique tem grandes fontes de recursos naturais – como carvão, titânio, gás natural, pesca e vastas regiões com terras agrícolas. Além disso, a localização do país também é muito favorável, por estar em um cruzamento entre o sudeste africano e as potências emergentes do sul e sudeste da Ásia. No entanto, apesar dessas potencialidades, Moçambique é dependente de ajuda externa, tendo outros países contribuído entre 40 a 50 por cento do orçamento do Estado moçambicano. Grande parte da população está envolvida com a agricultura de subsistência, sendo a agricultura comercial um passo que ainda precisa ser dado no país (UNCTAD, 2012).

Um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico moçambicano é a questão da empregabilidade. Na primeira década do século XXI, apenas uma pequena parcela da população estava em um emprego formal. 81,5% da mão de obra do país estavam envolvida com o setor agrícola; 8,1% eram trabalhadores autônomos; 7,5% tinham trabalhos assalariados, porém, aproximadamente, metade desse número trabalhava no setor público. Outra barreira é a carência do país com relação a infraestruturas, uma vez que o estado deteriorado das redes rodoviárias e ferroviárias impossibilitam a integração com os mercados regionais (UNCTAD, 2012).

²⁶ Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Desde o fim da guerra civil, Moçambique tem sido capaz de atrair uma quantidade razoável de investimento externo direto. Um dos principais fatores para esses investimentos são os empreendimentos de grandes proporções no setor industrial extrativista, os chamados megaprojetos²⁷. Entre 2004-2009, os setores que mais receberam fluxos de investimento externo direto em Moçambique foram o de mineração (43%); manufatura (28%); agricultura, pesca e florestas (11%); infraestrutura e construção civil (11%), turismo (2%) e outros (5%). Quanto a origem desses investimentos no período citado, o Brasil investiu 29% da soma total, a África do Sul 21%, Ilhas Maurício 17%, Suíça 8%, Países Baixos 6%, Portugal 5% e outros 14% (UNCTAD, 2012, p. 21).

O fluxo de investimento externo direto em Moçambique está relacionado às propostas de reformas estruturais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. No entanto, de forma independente, o país já vinha se preparando para criar condições para atrair o capital estrangeiro. Em 1984, antes do país aderir às instituições de Bretton Woods, Moçambique criou a Lei de Investimento Nacional e Estrangeiro, o primeiro ordenamento legal do país para a entrada de investimentos externos. Em 1993, dando continuidade à iniciativa, foi aprovada pelo Conselho de Ministros de Moçambique a Lei de Investimentos Estrangeiros 3/93, que definiu o quadro legal básico e uniforme para o acesso dos capitais internacionais ao país. Então, percebe-se que, entre 1984-1993, havia um empenho institucional para estabelecer as condições legais e fiscais para atrair investimentos para o país (SIGAÚQUE, 2017, p. 178).

Como apontado anteriormente, Moçambique deu início ao Programa de Reabilitação Econômica, introduzido pela Banco Mundo e FMI, em 1987. Em consequência às reformas à nível macroeconômico, liberalização das searas produtivas, adesão ao modelo de câmbio flutuante e privatização dos bancos e empresas estatais, criou-se em Moçambique um clima macroeconômico para a abertura da economia do país aos capitais internacionais. Então, partindo da ideia de que os investimentos externos diretos eram essenciais para balancear as contas públicas e criar oportunidades para inserção do país no mercado internacional, Moçambique delineou seus planos de desenvolvimento baseado na atração do capital internacional (SIGAÚQUE, 2017, p. 178).

No entanto, há um sentimento de frustração que permeia os megaprojetos em Moçambique, que são o principal atrativo para investimento externo direto no país. Esse sentimento de frustração corresponde a uma decepção quanto a oferta de vagas de trabalho,

²⁷ Um megaprojeto refere-se, legalmente, a qualquer investimento superior a 500 milhões de dólares, seja qual for o setor. No entanto, a maior parte dos megaprojetos estão voltados ao setor extrativista, em Moçambique (UNCTAD, 2012).

conexões de negócios e colaboração com a receita do governo. Membros da sociedade civil e do governo moçambicano observam que, apesar do país tratar os megaprojetos com generosidade, o que Moçambique recebe nessa relação é “menor” que o da outra parte envolvida nos negócios (UNCTAD, 2012). Os principais megaprojetos no país são:

Quadro 1 – Megaprojetos aprovados pelo Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (1997-2009)

Nome do projeto	Ano	Setor	Origem
Mozal I	1997	Indústria	Reino Unido, Japão, África do Sul
Sasol Oil Moçambique	2000	Outros	África do Sul
Moma Sands	2000	Mineração	Irlanda, Reino Unido
Maputo Iron and Steel	2001	Indústria	África do Sul
Mozal II	2001	Indústria	Reino Unido, Japão, África do Sul
Limpopo Corridor Sands	2002	Mineração	Austrália, África do Sul
CCFB Railway	2004	Transportes	Índia
Moatize Coal	2007	Mineração	Brasil
Ayr Petro-Nacala	2007	Mineração	Estados Unidos da América
Portucel Moçambique	2009	Agroindústria	Portugal
Lurio Green Resources	2009	Agroindústria	Noruega

Fonte: o autor (2021)²⁸.

Dos 11 megaprojetos expostos, apenas 3 têm origem em países do Sul global – são eles África do Sul, Brasil e Índia. Em sua maioria, os investimentos estão relacionados a extração de recursos minerais. Por exemplo, Mozal I e II, que aparecem como indústria na lista, são voltadas a produção de alumínio. Os projetos de agroindústria – Portucel Moçambique e Lurio Green Resources – são relacionados a produção de papel e plantação de madeira. Com exceção do CCFB Railway, todos os megaprojetos citados estão relacionados a setores extrativistas.

²⁸ Elaborado pelo autor a partir de dados da UNCTAD (2012).

Então, apesar de Moçambique possuir uma grande riqueza em termos recursos naturais com capacidade de possibilitar o desenvolvimento socioeconômico do país, a carência de capital e tecnologia para incitar as esferas produtivas o torna dependente dos investimentos externos. Essa escassez de capital e tecnologia faz com que Moçambique não tenha como utilizar os seus recursos naturais para realizar mudanças na estrutura produtiva do país e, conseqüentemente, ingressar em um caminho de desenvolvimento independente e contínuo (SIGAÚQUE, 2017).

Como forma de atrair investimento externo, Moçambique disponibiliza muitos incentivos fiscais para os megaprojetos. A prática acaba afetando a arrecadação do Estado. Arelada a isso, a geração de emprego a partir desses projetos é muito baixa (MUCANZE; CORREA, 2017). Então, a despeito do tamanho dos negócios e impacto na economia, os megaprojetos criam poucos empregos diretos. Por exemplo, entre 1992-2010, em média, para cada 590 mil dólares investidos, os megaprojetos criaram uma vaga de emprego. Em contrapartida, no mesmo período, pequenos projetos criaram um emprego para cada 13 mil dólares aplicados na economia moçambicana (UNCTAD, 2012, p. 24). Na fase de construção dos megaprojetos há uma grande demanda por mão de obra, principalmente, mão de obra não qualificada. No entanto, no seu funcionamento cotidiano, esses projetos têm vagas de trabalho que exigem um nível de qualificação maior. Em sua maioria, essas vagas são ocupadas por profissionais estrangeiros (SIGAÚQUE, 2017).

Além do uso de incentivos fiscais e os baixos retornos diretos para economia moçambicana, como a questão da empregabilidade, Moçambique também teve que investir em elementos estruturais para satisfazer as condições básicas de funcionamento dos megaprojetos. Assim, o país investiu em grandes obras de infraestrutura, à exemplo da construção de sistemas elétricos de alta tensão, expansão de zonas portuárias. Obras caras, de grandes escalas, mas que não são propícias para a diversificação econômica e interligação do país. Além disso, Moçambique adaptou sua legislação fiscal e aduaneira às exigências dos investidores. Então, percebe-se que Moçambique deu preferência aos interesses dos investidores externos na alocação dos investimentos públicos (SIGAÚQUE, 2017; CASTEL-BRANCO, 2012).

Em resumo, o investimento externo direto dos megaprojetos, que são a maioria em Moçambique e se concentram em extrativismo no setor mineral-energético, não criam muitos empregos nem as conexões necessárias com as demais áreas da economia capazes de iniciar um processo de dinamização (CASTEL-BRANCO, 2012). Os megaprojetos além de repatriarem grande parte dos lucros e dividendos para os países de origem dos investimentos – Moçambique retem menos que 4% das receitas brutas desses projetos, não estimulam a transferência de

tecnologia e *know-how* para as empresas moçambicanas (MUCANZE; CORREA, 2017; CASTEL-BRANCO, 2012).

A disposição do investimento externo direto em Moçambique foca no extrativismo do setor primário do país, por isso não apresenta uma base de transformação estrutural, como indústrias de transformação²⁹ nacionais, o que indica que esses investimentos em solo moçambicano se inclinam às predileções de outros países (SIGAÚQUE, 2017). O governo moçambicano segue uma política aberta ao capital externo que favorece o investimento estrangeiro e privilegia o livre comércio em detrimento a construção de uma base produtiva voltada a manufatura e processamento local. No entanto, é preciso ressaltar que a dependência moçambicana de capital externo dá aos doadores e investidores internacionais uma voz ativa e influência na definição das prioridades políticas (KRAUSE; KAUFMANN, 2011).

Quanto às importações e exportações moçambicanas, os produtos exportados pelo país têm baixo valor agregado – sendo, em grande parte, matéria-prima; em contrapartida, Moçambique importa, na maior parte, maquinário e combustível. O processo produtivo moçambicano demonstra uma baixa diversidade no que tange à exportação. Por conseguinte, o país ficou dependente das exportações dos produtos primários dos megaprojetos (SIGAÚQUE, 2017).

Então, a economia moçambicana está alicerçada em níveis salientes de dependência ao capital externo, seja ele oficial, por meio da ajuda externa, ou privado, através de investimentos externos diretos ou empréstimos em bancos internacionais. Por um lado, a ajuda externa representa o financiamento de mais da metade do orçamento público. Por outro, o capital privado externo corresponde quase que a totalidade do investimento privado na economia moçambicana – 90%. Décadas após a introdução do Programa de Reabilitação Estrutural, sob a mentoria do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o equilíbrio dos indicadores monetários – inflação e taxa de câmbio; e indicadores estruturais – déficit fiscal, déficit na balança de pagamentos e reservas externas; permanecem sob a dependência do capital externo, tanto de ajuda quanto privado. A continuidade desse fator dependente da economia moçambicana demonstra uma debilidade em sua base produtiva, fiscal e comercial (CASTEL-BRANCO; OSSEMANE, 2010, p. 141-142).

4.3 O PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA MOÇAMBICANA

²⁹ As indústrias de transformação são indústrias que transformam matéria-prima em um produto final ou intermediário.

Ao tentar pôr em prática o seu plano de desenvolvimento de cunho socialista, Moçambique procurou apoio tanto nos seus chamados “parceiros naturais”, como a União Soviética, quanto com países ocidentais. O objetivo principal era alavancar as condições socioeconômicas do país. Quando as lideranças moçambicanas chegaram ao entendimento que as nações socialistas não tinham condições ou interesse de fornecer o capital necessário, viram que os Estados capitalistas detinham o capital e a tecnologia que precisavam. No entanto, apesar de suas necessidades e aspirações, as lideranças queriam manter a soberania do país. Para tanto, criaram condições para o investimento no país. A aprovação do investimento estava condicionada a sua conformidade com o plano econômico do país, assim, os investidores precisavam garantir a transferência de tecnologia, assegurar a qualificação da mão de obra moçambicanas, e estiar de acordo com a nacionalização após um período previamente definido (MASSANGAIE, 2017). As consequências da guerra civil obrigaram Moçambique a rever sua postura, isso fica aparente nas mudanças que ocorreram no país como exigência das instituições de Bretton Woods.

Devido ao seu empenho em implementar as condições necessárias para o recebimento de ajuda definidas pelos doadores internacionais, Moçambique é visto como um exemplo a ser seguido (RENZIO; HANLON, 2007). Por exemplo, países vizinhos a Moçambique, como a Tanzânia, que tem características socioeconômicas parecidas com as moçambicanas, não recebem os mesmos valores, pois não cumprem as exigências dos doadores internacionais para o recebimento de ajuda (CUNGUARA; HANLON, 2010).

Além da ajuda externa, Moçambique também recebe uma quantidade crescente de investimento externo direto. Isso graças a relativa segurança sociopolítica e macroeconômica que marcaram o país nas décadas após a guerra; a sua riqueza em recursos naturais – minerais, florestais e pesqueiros; seu posicionamento estratégico que possibilita um acesso fácil ao interior do continente; e a predileção das elites políticas que, desde as primeiras eleições em 1994, têm promovido uma economia voltada ao investimento externo direto (SAMBO, 2019, p. 337).

Quadro 2 – Principais países de origem de investimento externo direto em Moçambique
(2010-2016, primeiro semestre)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portugal	China	Emirados Árabes	África do Sul	Emirados Árabes	Espanha	China

2	África do Sul	África do Sul	Portugal	China	Maurícias	China	África do Sul
3	Itália	Portugal	África do Sul	Portugal	África do Sul	Emirados Árabes	Maurícias
4	Bélgica	Maurícias	Maurícias	Suíça	Portugal	Portugal	Reino Unido
5	China	EUA	China	Alemanha	China	África do Sul	Portugal
6	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Emirados Árabes	Reino Unido	Índia	Turquia
7	Reino Unido	Emirados Árabes	Brasil	Uganda	Macau	Maurícias	Itália
8	Singapura	Noruega	Índia	Maurícias	Turquia	Singapura	Índia
9	Quênia	Austrália	Itália	Itália	Quênia	Austrália	Espanha
10	Suíça	Índia	Lesoto	Reino Unido	França	Turquia	EUA

Fonte: (MASSANGAIE, 2017)³⁰

Percebe-se que, enquanto uma potência regional, a África do Sul tem um fluxo de investimento de peso na economia moçambicana, sempre figurando entre os três principais investidores. Ocupando o primeiro lugar em 2013, o segundo em 2010, 2011 e 2016 e o terceiro em 2012 e 2014. Os parceiros tradicionais de Moçambique, inclusive, membros do G19/Parceiros de Apoio Programático³¹, preenchem grande parte da lista. Portugal, que exercia o controle colonial de Moçambique, tem bastante relevância. Reino Unido, Suíça e Itália seguem o mesmo padrão. Nesses seis anos, em torno de 43% dos investimentos têm origem em países do Norte global. Além da África do Sul, a China também ocupa uma posição de destaque. Em 2010, 2012 e 2014 estava na quinta posição, em 2013 e 2015, na segunda. Em 2011 e 2016

³⁰ Compilação feita por Massangaie (2017) a partir de dados do Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique.

³¹ O grupo é formado por: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, União Europeia, Países Baixos. Além disso, os Estados Unidos da América e Nações Unidas são membros associados do Parceiros de Apoio Programático. Esses países assinaram um Memorando de Entendimento junto com o governo moçambicano para fornecer apoio ao orçamento do Estado (CORREIA, 2010).

foi o país que mais investiu em Moçambique. De modo geral, há uma certa diversificação de parceiros, mas com indícios de dependência aos países do G19. No período analisado, 2012 e 2014 foram os únicos anos que apenas um membro estava entre os cinco maiores investidores em Moçambique.

A despeito dos desafios de restauração que vem, no decorrer da história, posicionando o país entre os mais frágeis em termos socioeconômicos, Moçambique é considerado uma “história de sucesso” pela comunidade internacional pelo seu processo de reconstrução pós-conflito. Análogo a muitos países africanos que têm à sua disposição poucos recursos monetários, Moçambique tem apresentado uma postura pragmática na construção e implementação de sua política externa enquanto um instrumento para conseguir apoio internacional aos seus interesses. A marcante dependência a doadores internacionais atrelada a uma arrecadação de impostos limitada moldou o relacionamento de Moçambique com outros países a partir da esfera do pragmatismo. Em outras palavras, a política externa moçambicana foca na criação de um ambiente apropriado para um Estado pequeno, com altos índices de dependência externa e baixa arrecadação (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

A partir do entendimento do seu alcance e espaço limitados no cenário internacional, Moçambique tem prezado por uma política externa de não-alinhamento. Essa postura proporcionou margem de manobra para o país, em tal grau que ele conseguiu ajuda de russos, estadunidenses, chineses e europeus ocidentais no meio da Guerra Fria. A persistência do não-alinhamento na política externa moçambicana provém da terceira conferência da FRELIMO, em 1977, quando o não-alinhamento foi adotado enquanto princípio (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Percebe-se que este pragmatismo tem ecoado na formulação política de Moçambique no decorrer dos anos. Em 2010, o governo moçambicano divulgou dois livros brancos sobre as “linhas de ação e mecanismo de implementação da política externa” e a “política de cooperação internacional e sua estratégia de implementação”. Os textos versam sobre otimização e capitalização das relações espaciais com os países da África Austral; um aprofundamento das relações de amizade e cooperação com outros Estados; e a realização de uma diplomacia econômica forte e proativa tendo em vista a identificação e aproveitamento de oportunidades de cooperação e parcerias multiformes existentes nas diferentes regiões do mundo (MOÇAMBIQUE, 2010, p. 25-26). Ou seja, um reflexo do pragmatismo adotado nos anos 1970.

Então, a diversificação de parceiros é uma das estratégias adotadas por Moçambique para diminuir a sua dependência e consequente fragilidade perante a ajuda internacional.

Durante a Guerra Fria, quando os fluxos de ajuda oriundos dos países socialistas não estavam conseguindo suprir as necessidades moçambicanas, o país teve que recorrer a fontes alternativas. Nos anos mais recentes, enquanto ainda mantém uma forte relação com doadores tradicionais do Norte global, Moçambique tem se empenhado em se relacionar com potências emergentes, como a China, sem desvalorizar os seus laços com a África do Sul e os seus países vizinhos (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

A implementação de um sistema político multipartidário atrelada a incorporação de uma economia de mercado atraiu para o país novas relações de ajuda e comerciais. Algumas das parcerias de destaque são a China, Brasil, Índia e África do Sul. Por ter apoiado do Congresso Nacional Africano, Moçambique vem construindo um bom relacionamento político com a África do Sul desde o regime do *apartheid*. Uma grande fatia dos produtos importados por Moçambique é de origem sul-africana e o país se configura enquanto um investidor de peso na economia moçambicana, uma vez que têm investimentos em diversos setores, dentre eles o agrícola, industrial e de construção civil. Por sua vez, o Brasil se sobressai na área da mineração. Desde 2004, a Companhia Vale do Rio Doce, junto com a *American Metal and Coal International* – empresa estadunidense, e o governo moçambicano exploram o carvão de Moatize. De forma semelhante, a Índia também está presente na esfera da construção, agricultura e mineração (CORREIA, 2010).

Uma porção considerável da ajuda internacional recebida por Moçambique é destinada ao orçamento do Estado, o que deixa o país em uma posição de dependência. Por exercer um papel de tamanha relevância para a economia do país, a ajuda acaba se transformando em um elemento de constrangimento empregado por outros Estados, em especial, pelo grupo G19/Parceiros de Apoio Programático – formado por 19 países que custeiam o orçamento do Estado moçambicano. Em 2016, o governo moçambicano foi à público expor que a gestão anterior havia ocultado uma dívida no valor de 1,4 bilhões de dólares. Um mês após essa revelação, o presidente português na época informou que o financiamento do G19 ao orçamento do Estado moçambicano havia sido interrompido, por prazo indeterminado, devido a ocultação da dívida. A explicação dada pelo governo moçambicano para o caso foi a preservação de sua soberania, tendo em vista um sentimento de insegurança com relação a adversários políticos (DIAZ, 2018). Mas esse não foi um caso isolado. Em 2010, após da retirada das listas de alguns partidos políticos nas eleições de 2009, em Moçambique, o G19 bloqueou o financiamento e demandou que o governo moçambicano reformulasse suas leis eleitorais, de combate a corrupção e profissionalização do setor público. Os recursos foram liberados em 2010 quando o grupo chegou a um acordo com o governo do país (CORREIA, 2010).

A crise financeira mundial de 2008 e os seus desdobramentos da zona do euro colocaram novamente em evidência a necessidade do país de diversificar as suas relações exteriores. Até 2010, membros do G19 ocupavam em torno de seis posições na lista dos dez principais investidores em Moçambique. A dependência e consequente fragilidade do país o fez se dedicar a relações com nações do Sul, como a China (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

4.4 RELAÇÕES SINO-MOÇAMBICANAS

As relações sino-moçambicanas começaram a ser construídas a partir dos anos 1960, quando o movimento de libertação nacional do país africano procurava apoio militar para sua luta anticolonial. Os laços entre os dois atores tinham um escopo considerável, tanto é que em 1971, quando a FRELIMO ainda estava em guerra contra as forças portuguesas, Samora Machel, então presidente da Frente, visitou Pequim (CHRISTIE, 1996).

No entanto, oficialmente, a República de Moçambique – à época nomeada República Popular de Moçambique, apenas firmou relações com a República Popular da China após a sua independência, em 1975. A China foi um dos primeiros países a dar início a relações bilaterais com o Estado africano e a instaurar uma embaixada em Maputo (ROSINHA, 2001). Deste momento em diante, acordos bilaterais marcaram as relações sino-moçambicanas, em especial nas searas da saúde e agrícola.

No mesmo ano da independência moçambicana, o país assinou com a China o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, que definiu os fundamentos e propósitos para a ampliação da relação entre os dois atores nos tocantes políticos e diplomáticos. Então, de início, a China se posicionou enquanto um país doador de ajuda. Nesse período, a cooperação sino-moçambicana tomava forma na área da saúde, através do envio de profissionais de saúde chineses; no setor agrícola, com a distribuição de matérias-primas e assistência técnica; na esfera industrial, por meio da transferência de tecnologia e requalificação para a indústria de produtos leves, como a de calçados, mobiliário e têxtil. Além disso, a China também fornecia empréstimos para Moçambique dentro do escopo do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica (CORREIA, 2010). O acordo determinava o envio de 12 profissionais da área da saúde chineses à Moçambique a cada dois anos. Então, em 1976, já era possível encontrar médicos da China trabalhando em hospitais da capital moçambicana. No ano seguinte, era cogitada a

criação de fazendas³² estatais voltadas a produção de arroz, em Moamba, apoiadas pelos chineses (CHICHAVA, 2010).

No entanto, nesse período pós-independência, a cooperação entre os dois atores perdeu um pouco de fôlego. Esse afastamento ficou evidente quando representantes do Partido Comunista Chinês não compareceram ao III Congresso da FRELIMO, em 1977. Alguns dos motivos dessa clivagem foram: o apoio de Samora Machel ao Movimento Popular de Libertação de Angola enquanto a China apoiava a União Nacional para a Independência Total de Angola; a declaração oficial de que a FRELIMO era um partido marxista-leninista pró-URSS, o que pode ter descontentado Pequim; a FRELIMO reprovou a guerra sino-vietnamita bem como o suporte dado por Pequim ao regime de Pol Pot no Camboja; e o fato de Moçambique não ter sido contrária a guerra soviética-afegã de 1979 (CHICHAVA, 2010; CONCEIÇÃO, 2015).

A posição desfavorável de Maputo em relação a resolução das Nações Unidas que condenava a invasão soviética ao território afegão chegou a causar uma crise diplomática nas relações sino-moçambicanas. Em 1980, o embaixador chinês em Moçambique e profissionais da área da saúde deixaram o país, em uma manifestação de discordância com a atitude moçambicana. Os chineses voltaram a Moçambique no ano seguinte. Lideranças moçambicanas – Samora Machel e Joaquim Chissano, foram a China em 1982 e 1984, o que indica uma volta à normalidade nos laços sino-moçambicanos, no entanto, nenhuma figura do alto escalão político chinês visitou o país africano até 1987 (CHICHAVA, 2010).

Então, a partir de meados dos anos 1980, em um contexto de crise política, econômica e social em Moçambique graças ao conflito armado e o fim do projeto socialista no país com a adesão às instituições de Bretton Woods, as relações sino-moçambicanos voltaram a ganhar força progressivamente. Essa situação de instabilidade fez com que Maputo tivesse que investir na normalização dos vínculos com outros países, como é o caso da África do Sul e China (MABUCANHANE, 2015).

Assim como nos demais países da África, foi anos 1990 que a cooperação entre a China e Moçambique começou ganhar robustez. Nessa época, à nível bilateral, Maputo e Pequim assinaram diversos acordos, principalmente, nas esferas de segurança e infraestruturas. Quanto a área de segurança, em 2001, a China apoiou o processo de remoção de minas terrestres em Moçambique, construiu um bairro militar na capital moçambicana, prestou auxílio técnico e logístico ao exército e às forças policiais do país africano. Em relação às infraestruturas, a China

³² A expressão utilizada pelo autor moçambicano é “machamba”, do português de Moçambique, que diz respeito a uma designação comum para propriedade agrícola.

e a Dinamarca financiaram a construção de um novo prédio para o parlamento de Moçambique, concluída em 2000; nesse período, os chineses também financiaram a construção do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano – 2003, e o edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – 2004 (CHICHAVA, 2010, p. 340-341).

Nos anos 2000, no âmbito multilateral, destaca-se a relação da China com Moçambique no Fórum de Cooperação China-África e no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também denominado “Fórum de Macau”³³ (CORREIA, 2010). Em 2001, o país asiático e o africano assinaram um acordo de Comércio e Promoção e outro de Proteção Recíproca do Investimento. Simultaneamente, a China também perdoou 69% da dívida de Moçambique que tinha vencido em 1999, com valor estimado em 22 milhões de dólares (CHICHAVA, 2010).

Em 2006, no segundo encontro do Fórum de Cooperação África-China, o então presidente chinês Hu Jintao anunciou ações para aprofundar as relações sino-africanas. No que tange ao setor agrícola, uma dessas ações era a criação de 10 centros de demonstração de técnicas agrícolas em África. Moçambique foi o primeiro país a receber um desses centros. Do anúncio até a conclusão do projeto se passaram poucos anos. Em 2008, os projetos foram aprovados; em 2009, os edifícios começaram a ser construídos; em 2011, a sede foi inaugurada (SITOE, 2019). O Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi, situado em Maputo, opera com técnicos chineses e tem como objetivo a qualificação dos agricultores locais. Esse processo de qualificação envolve o aperfeiçoamento das técnicas já conhecidas por esses cidadãos, bem como a introdução de novas. No entanto, não há a intenção de fazer com que os moçambicanos mudem seus hábitos e práticas alimentares (CONCEIÇÃO, 2015).

Além disso, em 2007, foi efetuada a primeira visita de um líder de Estado chinês a Moçambique, com a ida com então presidente Hu Jintao ao país. A visita estimulou um aprofundamento das relações bilaterais. Por sua vez, o governo moçambicano aproveitou a oportunidade para tentar conseguir a ajuda chinesa para custear a construção de infraestruturas no país. Aproveitando sua estadia no país, Hu Jintao expôs um pacote de ajuda a Moçambique e aderiu a acordos de cooperação econômica e técnica, pondo em prática o nível bilateral da “Política africana da China”³⁴ (CORREIA, 2010).

³³ Fazem parte do “Fórum de Macau”: Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

³⁴ Abordada no capítulo 2.

Na passagem do presidente chinês em Moçambique, foi divulgado um comunicado conjunto³⁵ em que os líderes dos dois países expressaram – dentro da retórica diplomática oficial – os pilares e aspirações da relação sino-moçambicana. No documento, ambas as partes concordaram em expandir os contatos de alto nível entre seus governos, parlamentos e partidos. Também foi acordado o aprofundamento da cooperação econômica focada em benefícios mútuos e o aumento da relação nas esferas sociais e culturais. No tocante da soberania nacional, Moçambique reafirmou o seu apoio a “política de apenas uma China”³⁶. Reconhecendo a complementariedade de suas economias e o espaço para ampliação da cooperação, os dois líderes concordaram em incentivar suas empresas a cooperar nos âmbitos agrícola e de infraestruturas. Com isso, definiram a anulação de dívidas, a construção do estádio nacional de Moçambique, a criação de um centro experimental de tecnologia agrícola, a construção de duas escolas rurais e outros projetos de infraestrutura.

Então, seguindo o padrão da política externa chinesa para o continente africano, as relações bilaterais sino-moçambicanas partem da retórica do princípio de benefícios mútuos. Em termos práticos, isso envolve a troca dos produtos principais à disposição em Moçambique – como madeira, produtos agrícolas, pesqueiros e minerais – pelo custeio e construção de infraestruturas ofertados pelos chineses (CORREIA, 2010, p. 50).

Uma das categorias do envolvimento chinês em Moçambique é o perdão ou alívio de dívidas como forma de demonstrar suas boas intenções para com o governo parceiro. Tendo em vista que muitos países em desenvolvimento têm, graças as suas características socioeconômicas, problemas para efetuar os pagamentos dos empréstimos, até mesmo de empréstimos concessãoais, esse tipo de ajuda acaba se configurando enquanto elemento importante para esses Estados. Outras facetas da ajuda prestada pela China à Moçambique são o fornecimento de donativos, como medicamentos, e empréstimos sem juros (CORREIA, 2010).

Após o esvaziamento das chances de obtenção de financiamento com os parceiros tradicionais – como dos membros do G19, a China posiciona-se enquanto um meio alternativo. É de praxe que os parceiros façam pesquisas de viabilidade econômica, social e ambiental para determinar se concordam ou não com a realização do financiamento. Por sua vez, a China se

³⁵ MRERPCh, Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China. *Joint Communiqué between the Popular Republic of China and the Republic of Mozambique*. 08/02/2007. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t298175.shtml> Acessado em 04/01/2021.

³⁶ De modo geral, a “política de apenas uma China” diz respeito a concepção que existe apenas um Estado soberano com o nome de China, indo de encontro à ideia de que existem dois: a República Popular da China e a República da China (Taiwan).

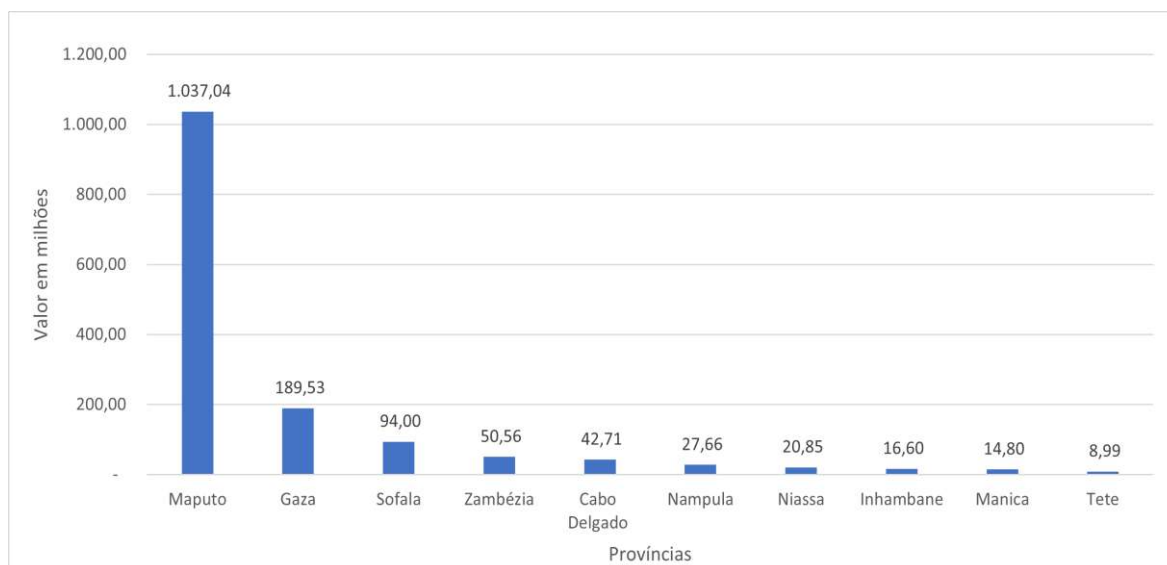
apresenta enquanto uma alternativa, pois esses estudos de viabilidade dos projetos não são requisitos para a aquisição de créditos (CORREIA, 2010). Vale ressaltar que, referente a esses créditos, caso a China não seja ressarcida dentro do prazo acordado, há a possibilidade de Moçambique recompensar o país asiático por meio de matérias-primas e recursos naturais (ROSINHA, 2008).

Alguns projetos de destaque do financiamento e participação chinesa em Moçambique foram a construção do Estádio Nacional do Zimpeto, em Maputo, no valor de 70 milhões de dólares, em 2011 (SOARES, 2011); requalificação ou construção de conjuntos de abastecimento de água em cidades importantes do país – como Maputo e Beira; e a reforma do Aeroporto Internacional de Maputo, com orçamento em torno de 70 milhões de dólares (CHICHAVA, 2010). Sem contabilizar os investimentos da China em Moçambique aprovados pelo Ministério de Recursos Minerais e Energia moçambicano, entre 1990 até o primeiro semestre de 2015, os chineses tinham 133 projetos no país, constituindo 26.133 mil vagas de trabalho, com um investimento total em torno de dois bilhões de dólares estadunidenses (MABUCANHANE, 2015).

3.4.1 Presença chinesa em Moçambique

Entre 2006 e 2017, a disposição geográfica do investimento externo direto (IED) chinês em Moçambique expõe um acúmulo elevado de capital aplicado na principal província do país – Maputo. À medida que o total do IED chinês em cada uma das demais províncias moçambicanas não chega a mais de 200 milhões de dólares, em Maputo o valor ultrapassa a marca de 1 bilhão. A soma dos valores de todas as outras províncias não é sequer a metade do valor investido pelos chineses em Maputo. Outras regiões que receberam mais IDE chinês foram Gaza, Sofala e Zambézia, respectivamente. Gaza, a mais próxima a Maputo, foi a segunda a receber mais investimento. Sofala está na região central do país, enquanto a Zambézia, no Norte – a área mais empobrecida do país. A região sul de Moçambique concentra 83% do investimento externo direto chinês total no país, a região central 11% e o norte do país, 6% (SAMBO, 2019). A distribuição por província pode ser conferida a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição por província do IED chinês em Moçambique (2006-2017)



Fonte: o autor (2021)³⁷.

A partir de dados quantitativos da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Moçambique (APIEX), Sambo (2019) expõe que o capital aplicado pelos chineses no país africano, entre 2006 e 2017, foca em três setores: indústria (41%), construção e obras públicas (36%) e turismo e hotelaria (13%). No entanto, é apontado pelo autor que, na base fornecida pela a agência, os dados são apenas dos investimentos submetidos e aprovados pela a agência em questão. Como no país os investimentos podem ser admitidos por várias organizações, essa base não engloba os dados sobre todos os investimentos chineses em Moçambique (SAMBO, 2019).

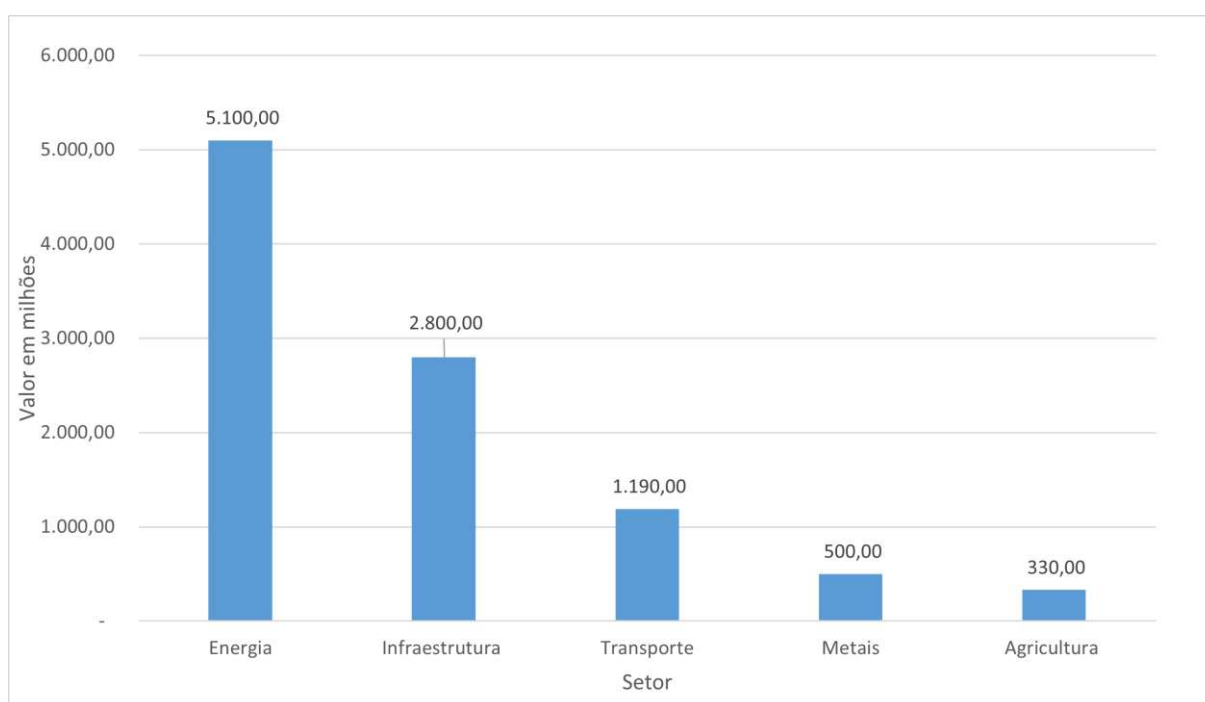
Em Maputo, província que concentra os maiores fluxos de investimento chinês no país, o capital investido, entre 2006 e 2017, segue um padrão semelhante ao do nível nacional, apontam os dados de Sambo (2019). A principal área é a de construção e obras públicas, correspondendo a 46% do investimento destinado a essa região. O setor de indústria recebe 31% e turismo e hotelaria, 17%.

Com base em dados de uma fonte distinta, a *China Global Investment Tracker*, do *American Enterprise Institute* (2020) encontra-se uma distribuição diferente do investimento chinês nos setores da economia moçambicana. Enquanto as informações da APIEX apontam que indústria, construção e obras públicas e turismo e hotelaria são os três principais destinos

³⁷ Elaborado pelo autor a partir de dados secundários da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Moçambique, presentes em Sambo (2019). Apesar da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Moçambique ser um órgão público, esses dados não são abertos e não estão disponíveis para acesso.

do investimento chinês, os dados da *China Global Investment tracker* indicam energia, infraestrutura (aqui interpretado como construção e obras públicas) e transporte. Em 2011, 2013 e 2014, a China investiu em três projetos de energia no país. O maior deles foi em 2013 quando a Corporação Nacional de Petróleo da China comprou 20% da participação na área 4 (na província da Cabo Delgado) da multinacional italiana Eni para a exploração de gás natural (ENI, 2013). O investimento foi de 4.210 bilhões de dólares. A distribuição por setor pode ser conferida a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição por setor do investimento chinês em Moçambique (2008-2017)



Fonte: o autor (2021)³⁸.

Semelhante aos dados da Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Moçambique, apresentadas por Sambo (2019), o setor de infraestrutura também aparece em segundo lugar. A maioria dos projetos (5 dos 9) foram liderados pela *China Communication Construction Company*, multinacional chinesa especializada na construção de obras de infraestrutura como rodovias, pontes, túneis, ferrovias e aeroportos. Em terceiro lugar aparece

³⁸ Elaborado pelo autor a partir de dados da AEI. Na base de dados *China Global Investment Tracker*, do *American Enterprise Institute*, alguns projetos de construção de rodovias, pontes, ferrovias e afins estavam marcados como pertencentes ao setor de transporte. Projetos esses de empresas de construção chinesas, como a *China Communication Construction Company* e a *State Construction Engineering*. Neste trabalho, obras de construção desse tipo são interpretadas como do setor de infraestrutura, por isso renomeamos alguns investimentos que estavam marcados como de “transporte” para “infraestrutura”.

do setor de transporte, que corresponde a apenas um projeto liderado pela empresa chinesa *Sinomach*, voltada a construção de maquinário, dentre eles automóveis e navios.

Quadro 3 – Principais produtos exportados de Moçambique para a China (2000-2018)

	Produto	Valor	Porcentagem
1	Madeira não-processada	1.72 bilhões de dólares	37,6%
2	Minério de titânio	493 milhões de dólares	10,8%
3	Madeira processada	481 milhões de dólares	10,5%
4	Coque	456 milhões de dólares	9,99%
5	Sementes oleosas	404 milhões de dólares	8,86%

Fonte: o autor (2021)³⁹.

Entre os cinco principais produtos exportados por Moçambique para a China (2000-2018), todos são produtos primários. Dois são minerais, dois correspondem a exploração florestal e um ligado a agricultura. Fica clara uma forte dependência de Moçambique quanto aos seus recursos naturais ao se relacionar com a China. Organizando por setores, os principais produtos exportados por Moçambique para a China correspondem, respectivamente, a produtos de madeira (madeira processada e não processada); produtos minerais (minério de titânio, coque, minério de nióbio); produtos vegetais (majoritariamente, sementes oleosas e, em uma fração pequena, itens como chás e leguminosas secas); metais (alumínio bruto, ferroliga, cobre bruto, cobre refinado e sucata de aço); e produtos têxteis (algodão bruto, algodão preparado, fibras de coco e outros vegetais) (OEC. 2021).

Quadro 4 – Principais produtos importados por Moçambique da China (2000-2018)

Produto	Valor	Porcentagem
Telefones	336 milhões de dólares	3,82%
Veículos de construção de grande porte	268 milhões	3,04%
Petróleo refinado	256 milhões de dólares	2,91%
Fertilizantes minerais ou químicos mistos	249 milhões de dólares	2,83%
Vagões de carga ferroviária	210 milhões de dólares	2,39%

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do OEC (2021).

³⁹ Elaborado pelo autor com base em dados da OEC (2021).

Ao se comparar com as exportações de Moçambique para a China, percebe-se que os principais produtos importados estão inseridos em uma lista de mercadorias bastante diversificada. O artefato mais importado entre 2000-2018 corresponde a apenas 3,82% do montante total, enquanto a madeira não-processada, produto mais exportado do país africano para a China, representa 37,6% da quantidade total dos itens exportados por Moçambique para o gigante asiático. Somado a porcentagem de madeira processada, recursos florestais caracterizam quase metade de toda exportação moçambicana para a China (48,1%) em, praticamente, duas décadas.

Dividido por setores, a maior porção dos produtos importados por Moçambique da China são maquinários (telefones, veículos de construção, baterias, equipamentos de *broadcasting*, fios isolados); outras áreas de destaque são a dos metais (aço laminado revestido, estruturas de aço, ferramentas de jardinagem, tubos de aço fundido, aço laminado a quente); produtos têxteis (peças de vestuário); transporte (vagões de carga ferroviária, motocicletas, caminhões, tratores, reboques); e produtos químicos (fertilizantes minerais ou químicos mistos, medicamentos, pesticidas, fertilizantes nitrogenados) (OEC, 2021).

Então, nas trocas comerciais sino-moçambicanas há uma repetição do padrão Norte-Sul: o país em desenvolvimento vende produtos primários com baixo valor agregado e a potência, por sua vez, vende produtos manufaturados. Enquanto o principal produto exportado pelo país africano para a China é madeira não-processada, o importado é telefone, ou seja, maquinário. Essa conjuntura fica ainda mais aparente nos produtos do setor têxtil – presente entre as principais áreas de exportação e importação. Moçambique vende algodão bruto e compra o produto final: peças de vestuário. Mas este quadro de venda de matérias prima e compra de maquinário também está alinhado ao padrão geral de exportação\importação de Moçambique com todos os parceiros internacionais.

Na visão de Samir Amin (1976), a economia mundial corresponde a um sistema de economias autocêntricas – o centro, as quais, em um processo de maximização de seus ganhos, definem uma especialização internacional desigual e trocas desiguais para as economias extrovertidas – a chamada periferia. Então, a periferia está em uma conjuntura em que o seu crescimento é restringido, pois foi submetida a uma especialização desigual, onde sua função é fornecer ao centro uma força de trabalho de baixo custo, produtos agrícolas e matéria-prima. Dentro do sistema econômico internacional, a maneira a qual as trocas comerciais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento se constituem e a forma como os valores dos produtos de cada parte do globo são definidos abrem espaço para a transferência de uma parcela

do valor produzido na periferia para o centro. Por sua vez, essas transferências seriam o motivo para as limitações de investimento dos países em desenvolvimento, por exemplo.

Além disso, na perspectiva aminiana, a questão das trocas desiguais não envolve apenas o tipo de produtos que são produzidos e comercializados, mas as diferenças estruturais de cada região (AMIN, 1976). Desde o período colonial, quando Portugal terceirizou parte da soberania de Moçambique a empresas de outras potências, a economia do país começou a ser moldada a partir de interesses externos. Após o fim da guerra civil e a adesão do país às instituições de Bretton Woods, formou-se um quadro de abertura ao capital internacional. Isto é, com base no entendimento que o capital externo era vital para o país, Moçambique formulou seu plano de desenvolvimento focado na atração de investimentos internacionais. Por conseguinte, os principais investimentos externos que se instalaram no país desde então se concentram em extrativismo no setor mineral-energético e na exploração das florestas. Com isso, criou-se uma estrutura econômica em Moçambique voltada à exportação de produtos primários, delineada a partir dos interesses dos investidores externos, que no caso dos megaprojetos, são majoritariamente países do Norte. E a falta de capital e tecnologia para investir em uma transformação estrutural faz com que o país continue a ser dependente desses investimentos.

Então, as trocas desiguais entre Moçambique e a China são resultado de uma conjuntura que vai além das especificidades das relações sino-africanas. O país africano e o asiático compartilham uma história semelhante enquanto ex-colônias que passaram por um decisivo movimento de libertação nacional. No entanto, enquanto a China conseguiu passar por uma transformação estrutural, as circunstâncias nas quais Moçambique estava inserido o tornaram um país com uma matriz produtiva focada em produtos primários.

Para aprofundar o estudo das áreas temáticas do envolvimento chinês em Moçambique, selecionamos duas para uma análise mais detalhada. A primeira é a presença chinesa no setor madeireiro moçambicano, tendo em vista que a madeira se caracteriza enquanto o principal produto de exportação de Moçambique para a China. A outra é a presença chinesa no setor de infraestrutura, considerando a consistência entre as duas bases de dados analisadas e como o setor apareceu em segundo lugar nas duas.

4.4.2 A madeira moçambicana e a China

As importações de produtos florestais africanos pela China se caracterizam enquanto apenas uma pequena parcela do volume total das importações desse tipo feitas pelos chineses em todo o mundo. Em torno de 70% das importações de produtos de madeira da China são

fornecidas por países da região Ásia-Pacífico (KATSIGRIS, 2004). Para grande parte dos países africanos exportadores desse produto, os mercados europeus representam o principal destino. Em 2011, por exemplo, a África exportou 3,6 milhões de m³ de produtos de madeira natural – oriundos de florestas – para a União Europeia, o volume exportado para a China foi de 2,7 milhões de m³ (SUN, 2014).

No entanto, essa força dos mercados europeus varia de acordo com as regiões e países do continente africano, países da África Ocidental e Central tendem a exportar mais para a Europa, realizando pouco comércio com a China nesse setor (SUN, 2014). O caso moçambicano é diferente, pois a madeira figura como um dos principais produtos de exportação de Moçambique, graças à sua facilidade e baixo custo de exploração. Por sua vez, os chineses são uns dos importadores mais importantes dessa *commodity*. Entre 1997 e 2011, em torno de oitenta e oito por cento da madeira vendida por Moçambique foi para a China (SUN, 2014). Entre 1994 a 2001, o principal comprador da madeira Moçambicana era a África do Sul, porém a partir de 2001, em um contexto já pós-FOCAC, a China começou a ocupar esse lugar (CONCEIÇÃO, 2015).

Com o intuito de fomentar o setor industrial e induzir os importadores a construírem estações de processamento no país, Moçambique proíbe a exportação de madeira não tratada. No entanto, o que acontece é exatamente o contrário. Grande parte da exportação de madeira do país é de madeira não tratada, pois é feita por meios ilegais. A derrubada das árvores é feita pela população, que leva os produtos até as zonas portuárias para serem vendidas. Parte da legislação moçambicana referente a exploração dos recursos florestais garante licenças a cidadãos para o corte e venda de espécies nativas. No entanto, há uma dificuldade em supervisionar as operações realizadas por esses indivíduos, graças a sua quantidade. Com a baixa fiscalização, eles acabam derrubando muito mais madeira do que o permitido (ROSINHA, 2009).

E o comércio China-Moçambique segue essa tendência, a qual a maioria das madeiras exportadas são do tipo não processada. Isso se configura enquanto uma desvantagem para a Moçambique, pois não fomenta as indústrias em nível local, a criação de vagas de trabalho e apresenta poucos impactos positivos nas condições de vida e bem-estar social das populações moçambicanas. A venda dessa madeira não processada acaba sendo muito mais vantajosa para a parte chinesa (CORREIA, 2010).

A exploração dos recursos florestais moçambicanos pelos chineses tem levantado um debate fervoroso por parte da sociedade civil de Moçambique. As discussões mostram preocupação com a forma em que a madeira está sendo explorada. Uma das hipóteses é que, de

maneira transigente com os empresários chineses, a elite política moçambicana apoiaria a exploração excessiva e ilegal da madeira no país. Por exemplo, ao analisar a exploração de madeira na Zambézia, Mackenzie (2006) aponta conexões entre membros da família de Joaquim Chissano – o segundo presidente de Moçambique, Bonifácio Gruveta – antigo comandante na luta anticolonial e ex-governador da Zambézia, com a pilhagem e exportação de madeira para a China. Em um relatório sobre o comércio ilegal de madeira chinês, a Agência de Investigação Ambiental indicou uma suposta ligação entre o antigo ministro da agricultura moçambicano – José Condungua Pacheco, com a venda ilegal de madeira para a China (EIA, 2012).

Então, a exploração acelerada e a compra de madeira ilegal moçambicana se colocam enquanto um impasse das relações sino-moçambicanas. No entanto, esse é um problema que não pode apenas ser posto sob responsabilidade dos chineses. As deficiências dos arranjos institucionais moçambicanos devem ser levadas em consideração, pois as problemáticas que envolvem a acumulação primitiva das elites políticas moçambicanas não têm origem na cooperação com os chineses, mas está relacionada a maneira a qual o país africano formulou sua organização institucional, a partir do apoio financeiro e técnico dos países do Norte global (MABUCANHANE, 2015, p. 23).

Ademais, essas práticas as quais Moçambique acaba sendo “lesado”, como a compra de madeira ilegal, são realizadas por muitas empresas, não se resumindo às chinesas. Por exemplo, o Centro de Integridade Pública (CIP) moçambicano, órgão voltado a boa governança, transparência e integridade, expôs em um relatório questões problemáticas nos acordos de multinacionais estadunidense e italiana – Anadarko e Eni, para o projeto de Gás Natural Liquefeito, na província de Cabo Delgado (CIP, 2015). Alguns dos termos contratuais problemáticos apresentados por essas empresas são que essas infraestruturas estarão a serviço de concessionárias, as quais requerem que elas sejam de regime exclusivo. Ou seja, toda a região junto com as infraestruturas construídas tem que ser utilizada de forma exclusiva pelo projeto de gás. Além disso, as multinacionais também se recusaram a utilizar a Base Logística de Pemba – que era um dos critérios do acordo. A base foi edificada a partir de um grande investimento público, e Anadarko e Eni eram os principais clientes esperados para utilizar a infraestrutura, a recusa por parte das multinacionais transforma a infraestrutura em um “elefante branco” (NHAMIRE, 2016).

Em um relatório de 2014, a CIP revela que, quanto a exploração de areias pesadas de Moma realizado pela empresa irlandesa Kenmare entre 2008 e 2011, a empresa teve uma receita de 326,7 milhões de dólares com a exportação de minerais de Moçambique, no entanto, os

impostos pagos ao país africano somaram 3,5 milhões. (CIP, 2014). Outras empresas apresentarem esse tipo de comportamento, seja na compra de madeira ilegal ou na evasão fiscal, não justifica as ações chinesas, mas expõe que são situações que se enquadram em um contexto de deficiências das instituições moçambicanas.

Em 2009, Maputo afiliou-se a Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa, referente a disponibilização ao público de dados dos contratos com empresas do setor, como os de pagamento de impostos ao Estado, por exemplo. Essa adesão foi um esforço de regulamentar a extração dos recursos naturais moçambicanos. Em 2020, foi divulgado que mesmo fazendo parte da Iniciativa, 42% das empresas do setor não publicam informações fiscais de interesse público (SILVA, 2020). De qualquer forma, é preciso criar ferramentas internas de controle, bem como combater a corrupção para fazer a regulação do setor prosperar e garantir que a economia moçambicana se beneficiará com a exploração dos seus recursos florestais (CHICHAHA, 2010).

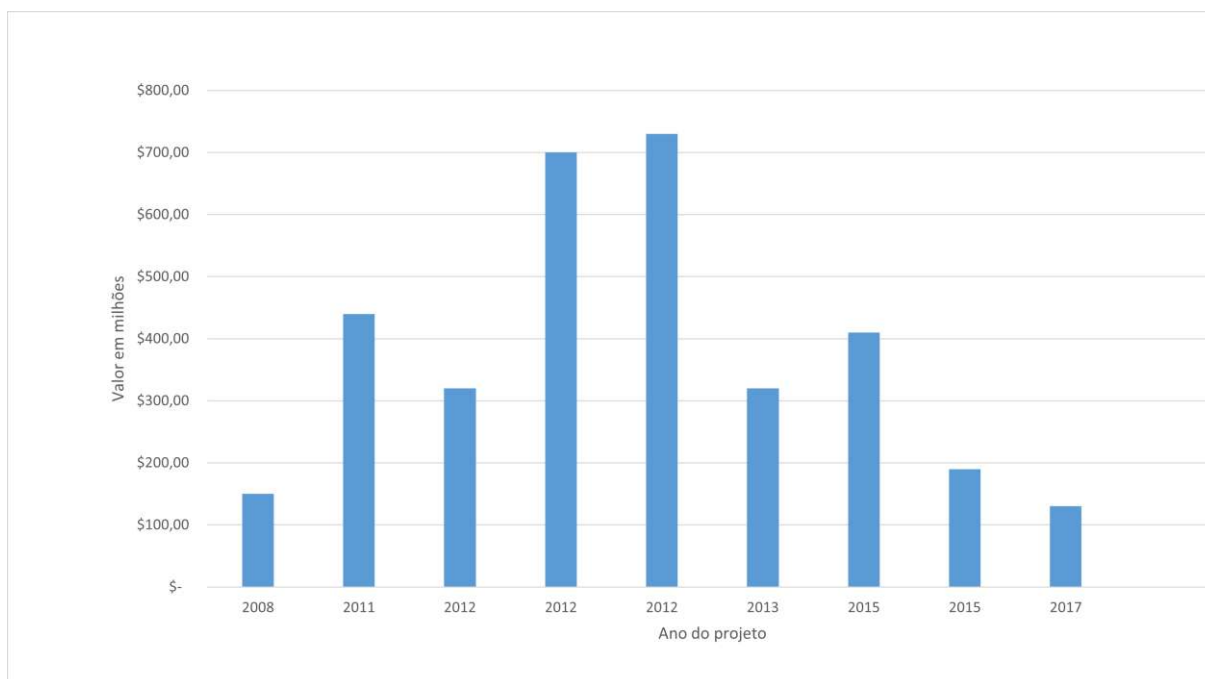
Inclusive, vale ressaltar que a problemática do contrabando de madeira não é uma questão que aflige apenas a Moçambique. É uma conjuntura encontrada em quase todos os países que têm um setor de exploração florestal forte. O comércio ilegal de madeira tem recortes internacionais, com grande parte desse produto comercializada no mercado mundial é oriunda de práticas ilegais (CHICHAHA, 2010).

4.4.3 A China no setor de construções moçambicano

Décadas de hesitação dos doadores tradicionais em investir em infraestrutura no continente africano tornou os investimentos nesse setor algo crucial (GRIMM, 2014). Por sua vez, a China tem visado setores em África em que o capital privado e oficial dos países ocidentais costuma ser escasso. Dessa forma, empresas e bancos chineses têm investido grandes montantes de dinheiro em infraestrutura física, área de grande importância para os africanos, mas que tem sido negligenciada pelos doadores tradicionais (MOSS; ROSE, 2006).

Em Moçambique esse padrão se repete, pois grande parte das infraestruturas do país foram destruídas durante a guerra civil. Então, Maputo vê com bons olhos o envolvimento chinês na construção de estradas, trilhos, pontes, e nos chamados “projetos de prestígio”, estádios, hotéis e centros de conferência (WETHAL, 2017).

Gráfico 4 – Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique (2008-2017)



Fonte: o autor (2021)⁴⁰.

Como apontado anteriormente, as principais empresas chinesas no setor de infraestrutura moçambicano são as multinacionais *China Communication Construction Company* e a *State Construction Engineering*. Nos anos analisados, nenhum projeto teve um investimento menor que 100 milhões de dólares e 2012 foi o ano que o país africano recebeu mais capital chinês nesse setor.

Desde 2006 a China adquiriu uma posição de relevância dentro do setor de construções em Moçambique, apesar dessa área contar com uma forte presença de empresas ocidentais e sul-africanas, em uma conjuntura que tem raízes na época colonial (CORREIA, 2010). Frente a esse cenário de conexões econômicas de longa data, a China adotou uma estratégia focada em suas vantagens econômicas comparativas. Isto é, na oferta de baixo custo, por meio da utilização de mão de obra barata e custos gerenciais baixos. Assim, a utilização de mão de obra chinesa pouco qualificada é uma das diferenças centrais entre as multinacionais do país asiático e as empresas multinacionais ocidentais e sul-africanas, em África. O governo chinês também utiliza uma diplomacia simbólica e econômica para garantir seu espaço no mercado africano e, consequentemente, moçambicano. Isso se concretiza através uma ampla atenção diplomática, apoio a projetos de prestígio e assistência ao desenvolvimento por meio juros baixos e doações diretas (ALDEN; DAVIES, 2006, p. 90).

⁴⁰ Elaborado pelo autor com dados do AEI (2020).

No período de pós-conflito em Moçambique, isto é, por volta do final dos anos 1990, a China pouco participou das obras no país, devido aos laços moçambicanos com os parceiros tradicionais ocidentais. Como esses países financiavam as obras, havia condicionalidades sobre quem poderia participar dos processos de licitação. Por exemplo, na licitação para a construção da ponte no rio Zambeze – com custos de investimento em 80 milhões de dólares, financiada pela Suécia, Itália e União Europeia, apenas empresas da União Europeia podiam participar do processo. Então, a China ganhou espaço nesse mercado quando o governo moçambicano estava encabeçando os processos de licitação. O financiamento chinês de obras de infraestrutura por meio de empréstimos ou ajuda também facilitou a sua entrada nesse setor em Moçambique (BOSTEN, 2006).

Como dito, as empresas chinesas não se limitam a realizar obras em Moçambique apenas quando elas são financiadas pelo seu país. Nas ocasiões em que as construções de infraestruturas são custeadas por outros atores internacionais ou governamentais moçambicanos e existem processos de licitação abertos, as empresas chinesas tentam se enquadrar no que está sendo pedido e enviar suas propostas (CORREIA, 2010).

De acordo com os requisitos para o recebimento de empréstimos concessionais em um banco chinês⁴¹, empresas chinesas devem ser contratadas para executar as obras financiadas com o dinheiro do banco. Essa é uma prática comum até entre os empréstimos concessionais dos doadores tradicionais (BOSTEN, 2006; DAVIES *et al*, 2008). E se caracteriza como uma porta de entrada para as empresas chinesas se estabelecerem nos países beneficiários e poderem participar de licitações nesses mercados que não estejam relacionadas a acordos de empréstimos concessionais. Além dessa exigência de contratação de empresas chinesas, outro requisito dos empréstimos concessionais chineses é a compra, no valor não menor que 50% do contrato, de equipamentos, materiais, tecnologia e serviços provenientes da China (DAVIES *et al*, 2008, p. 19).

No entanto, é importante ressaltar que a administração pública moçambicana tem conhecimento desses desafios dos empreendimentos de infraestrutura conduzidos pelos chineses no país (WETHAL, 2017). Apesar disso, os prazos de entrega das obras, a qualidade dos serviços e os preços abaixo do mercado – em torno de 25 a 50 por cento mais baratos, colocam a China um passo à frente dos seus concorrentes nas licitações públicas organizadas pelo governo de Moçambique. Nomeadamente, os adversários chineses dentro deste segmento do mercado moçambicano são empreiteiras portuguesas e sul-africanas com muitos anos de

⁴¹ À exemplo, o *Exim Bank*, *China Development Bank* e o *China Construction Bank*.

história no país. As empresas do país asiático, a partir das licitações abertas feitas pelas autoridades moçambicanas, se destacam na construção de estradas, pontes, recapacitação de redes de distribuição de água e saneamento básico. Como as empresas chinesas também realizam essas obras de menor porte, as empreiteiras moçambicanas acabam sendo colocadas em uma posição de fragilidade com a presença asiática, uma vez que não conseguem competir com os preços chineses (CORREIA, 2010).

Ulrikke Wethal (2017), baseada em entrevistas com figuras da administração pública de Moçambique sobre a implementação de grandes projetos de infraestrutura no país, aponta que a velocidade com que os chineses conseguem entregar os projetos impressiona a administração pública moçambicana, pois entendem que a rapidez da entrega está relacionada ao tempo que em a obra começará a funcionar em prol do país. A autora realizou entrevistas com representantes dos ministérios moçambicanos relacionados à negociação e implementação dos projetos: o Ministério das Obras Públicas e Habitação, o Ministério das Finanças, o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

E com as décadas de condicionalidades impostas pelos doadores tradicionais, Maputo enxerga com bons olhos não ter que se submeter sua direção política à dos financiadores. A partir de sua política de não-interferência em assuntos domésticos, Wethal (2017) expõe que a China é encarada pelos membros do governo moçambicano como mais atenta a soberania dos seus parceiros do que os doadores tradicionais, dos quais a ajuda vem atrelada a uma série de condições.

Além disso, projetos de infraestrutura são “tangíveis”. Ou seja, é possível constatar que “algo está acontecendo”. Em seu longo relacionamento com os doadores tradicionais, os moçambicanos receberam uma grande quantidade de assistência, porém sem conseguir perceber uma diferença visível (WETHAL, 2017, p. 15). E como os países ocidentais são resistentes ao financiamento de projetos de infraestrutura, ao negociar com a China, Moçambique percebe como uma “vitória” a entrega rápida de uma infraestrutura (WETHAL, 2017).

De acordo com o *Exim Bank* chinês, os empréstimos concessionais são concedidos para: (1) financiar projetos de manufatura, de construção de infraestrutura e de bem-estar social no país mutuário, que possam gerar retornos econômicos e sociais favoráveis; (2) financiar a compra de produtos eletrônicos e mecânicos, conjuntos completos de equipamentos, tecnologia, serviços e outros bens chineses pelo país mutuário (CORKIN, 2013, p. 64). Como apontado anteriormente, com base nos requisitos para empréstimos concessionais dos bancos chineses, as empreiteiras chinesas têm que receber o contrato para a construção da infraestrutura

financiado pelo empréstimo e, não menos de 50%, das compras do contrato com relação a equipamentos, materiais, tecnologia ou serviços devem vir da China (DAVIES *et al*, 2008).

Dessa forma, mesmo que, por exemplo, o *Exim Bank* chinês abranja o financiamento dos projetos voltados a retornos econômicos e sociais favoráveis em outros países, o seu engajamento em obras de infraestrutura em países em desenvolvimento está relacionado a criação de caminhos nos quais esses países possam adquirir as mercadorias e serviços chineses. Isso é semelhante as práticas de qualquer outro banco de exportação/importação. No entanto, os seus empréstimos não têm como requisitos reformas estruturais nos países beneficiários, diferente dos empréstimos de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Além das exigências da contratação de empreiteiras e compra de produtos chineses, a única ressalva da China é que os empréstimos sejam empregados nos setores de infraestrutura, projetos sociais ou industriais (CORKIN, 2013).

Mesmo que a China molde o seu envolvimento a partir da não-interferência nas políticas e prioridades dos países beneficiários dos seus empréstimos, as condicionalidades econômicas relacionadas às contratações e fornecimento de produtos se configuram enquanto barreiras para Moçambique negociar o aperfeiçoamento das capacidades locais. Então, a situação é balanceada a partir da entrega rápida das construções, que representam ser uma “vitória” dos moçambicanos, já as condições econômicas refletem uma “vitória” para os chineses (WETHAL, 2017). A China se coloca enquanto uma possibilidade diferente dos doadores e investidores tradicionais, porém Moçambique tem poucas opções de financiamento para projetos de infraestrutura, isso faz com que os chineses tenham mais espaço para decidir os pormenores dos empreendimentos devido a essa posição dependente de Moçambique (WETHAL, 2017).

Ao negociar com a China para realização de projetos de infraestrutura, Maputo está ciente de que um dos principais desafios dos empreendimentos de construção chineses é a sua baixa associação com as empresas locais e a escassez de vagas de trabalho para profissionais qualificados moçambicanos, pois empresas locais não são subcontratadas e apenas o fornecimento dos materiais mais básicos é oriundo de Moçambique e, apesar do uso da mão de obra local ser considerável, correspondem a trabalhadores informais em posições de baixa qualificação (WETHAL, 2017).

No entanto, partindo do princípio de que Moçambique não é um sujeito passivo em sua relação com a China, é preciso lançar luz sobre o papel das elites políticas nacionais nas negociações com o país asiático. Michael Hansen *et al* (2014), ao analisar a trajetória do conteúdo e das práticas políticas em três países africanos – Tanzânia, Uganda e Moçambique,

argumenta que as elites locais têm pouco incentivo para apoiar o desenvolvimento de vínculos entre as empresas locais e empresas internacionais relacionadas a investimentos externo (como o fornecimento local de funções e atividades, treinamento e orientação de empresas locais, engajamento na capacitação local), caso as empresas domésticas não sejam relevantes para a sobrevivência da elite dominante. Então, as elites dominantes dão preferência a empresas locais que já conquistaram parte do mercado, pois conseguem delas apoio para às suas estratégias de sobrevivência (HANSEN *et al*, 2014). Há exemplos que mostram que, quando as elites políticas moçambicanas tiveram interesse, empresas locais trabalharam em parceria com empresas chinesas para aprimorar suas capacidades. Tal como a empresa moçambicana INSITEC-Constroi que se associou a uma construtora chinesa para melhorar a qualidade e eficiência dos seus serviços. Inclusive, construíram juntas um novo edifício para Instituto Nacional de Comunicações moçambicano (HALON; MOSSE, 2010). Isso indica que, apesar de estar em uma posição dependente com pouco margem de manobra, a elite política moçambicana tem espaço para negociar com os chineses maiores conexões com as empresas locais e uma maior construção de capacidades, porém às vezes não é do seu interesse.

Em resumo, quanto às infraestruturas, a China investiu em Moçambique mais do que qualquer outro país. Esse tipo de investimento traz benefícios para o país africano, pois dinamiza a economia e melhora a qualidade de vida dos cidadãos (MABUCANHANE, 2015). Mas há algumas ressalvas. A China disponibiliza financiamento para projetos de suma importância para os moçambicanos sem condicionalidades políticas, que por muito tempo foram deixados de lado pelos ajuda oficial e investidores dos doadores tradicionais, no entanto, algumas questões, como o não uso de fornecedores locais, subcontratação e transferência de habilidades de trabalhadores locais, acabam sendo problemáticas para a parte moçambicana, pois não fomenta o desenvolvimento e fortalecimento do setor nacional (WETHAL, 2017).

A despeito de utilizar mão de obra moçambicana, principalmente, em funções de baixa qualificação, uma das chamadas vantagens comparativas dos projetos liderados por chineses é o uso de trabalhadores oriundos do país asiático tanto em posições que alta quanto de baixa qualificação. É argumentado que a contratação de trabalhadores chineses possibilita o barateamento dos projetos (BOSTEN, 2006), porém o não uso de mão de obra local implica tanto na continuidade do desemprego, quanto na sua não-qualificação.

Os bancos chineses têm requisitos específicos para fornecer os financiamentos e para como os recursos devem ser utilizados, o que reduz as possibilidades e margem de negociação de Maputo na definição dos detalhes dos projetos de infraestrutura. No entanto, o setor de construções moçambicano, dominado por empresas portuguesas e sul-africanas, é

substancialmente fraco (ALDEN; DAVIES, 2006; CORREIA, 2010). Essa debilidade do setor faz com que as elites políticas moçambicanas não insistam em garantir uma maior integração e capacitação entre as empreiteiras chinesas com o setor de construções local (HANSEN *et al*, 2014). Então, ao cooperar com a China no setor de infraestruturas, as condições estruturais de assimetria e dependência não são modificadas. Os chineses concedem um pacote de financiamento, equipamentos e conhecimento; elementos que Moçambique carece. E a elite política moçambicana, aparentemente, se conformam com o quadro de dependência moçambicano nas negociações, determinando que a “vitória” moçambicana, na cooperação com a China no setor de construções, é a entrega rápida das infraestruturas (WETHAL, 2017); tendo em vista que, sem o capital externo, não seria possível realizar as obras e os parceiros tradicionais negligenciaram o setor por décadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente, o objetivo central dessa dissertação é analisar se as relações sino-moçambicanas se enquadram no padrão das relações Norte-Sul. “Padrão das relações Norte-Sul” é aqui entendido como um termo guarda-chuva que engloba tanto a cooperação Norte-Sul institucionalizada (com as condicionalidades na oferta de ajuda, exigência de contratação de empresas e serviços dos países do Norte e vínculos verticalizados) quanto a ideia de trocas desiguais entre o Norte e o Sul global.

Então, após esta explanação acerca das características do envolvimento chinês em África e, especificamente, do relacionamento do gigante asiático com Moçambique, concluímos, em resposta a nossa questão de pesquisa (as relações sino-moçambicanas seguem o padrão de relação Norte-Sul?) que, apesar de compartilhar similaridades na maneira que se relaciona com Moçambique com os países do Norte, as relações sino-moçambicanas não seguem o padrão das relações Norte-Sul.

Não seguem, porque o ponto principal das relações Norte-Sul é a questão das condicionalidades. Historicamente, a política externa chinesa para a África preza pela autonomia e não-interferência nos assuntos domésticos. Algo que começou a ser construído na Conferência de Bandung e perpassou todas as fases do relacionamento sino-africano: no apoio aos movimentos de libertação nacionais dos anos 1950-1980, durante o enfraquecimento dos laços nos anos 1980 e na fase de revitalização iniciado nos anos 1990. Ao focar no histórico das relações sino-moçambicanos, também não encontramos indícios de imposições políticas pelos chineses a Moçambique.

Com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, fiéis representantes das teorias liberais, Maputo recebeu o apoio financeiro que precisava, tendo em vista a situação de caos social que o país se encontrava após mais de uma década de um conflito armado. No entanto, o apoio financeiro só veio a partir da adesão a uma série de condicionalidades, que levaram Moçambique a mudar drasticamente suas estruturas econômicas. Em termos políticos, a República Popular da China tem um discurso e postura expressivos sobre a ausência de condicionalidades em suas relações com outras nações. Baseados no princípio da não-intervenção e soberania nacional, os chineses constroem uma política externa que busca não intervir nos assuntos internos de outros países. Esse é um discurso que ecoa substancialmente no continente africano, haja vista a história de África com a dominação direta colonial ainda muito recente e a imposição, por parte dos doadores internacionais tradicionais, de condições políticas – regimes democráticos, por exemplo, para o recebimento de ajuda.

Ao contrário do seu discurso de não-condicionalidade, na prática, a China tem uma condição para manter relações com outros Estados: a “política de apenas uma China”. Então, caso o país africano queira manter relações com a República Popular da China, ele precisa cortar seus laços com Taiwan. Apesar disso, frente ao padrão das relações dos países africanos com as nações do Norte global, as lideranças africanas enxergam com bons olhos a prática de não condicionalidades chinesa, pois encontram no país asiático um parceiro comercial e diplomático de peso, capaz de ofertar financiamentos-chave para o continente sem a cobrança de mudanças que envolvem reformas nesses países.

Apesar de não seguir o padrão das relações Norte-Sul, é preciso fazer algumas ressalvas à maneira como a China se relaciona com a África e, especialmente, com Moçambique. A presença chinesa no setor de construção de infraestruturas moçambicano é saliente. À exemplo do programa *New Deal*, do presidente estadunidense Franklin Roosevelt, a área de construções e obras públicas pode ser utilizada para impulsionar a economia, através do aumento do número de pessoas empregadas em projetos do setor e a reverberação que esse crescimento no número de indivíduos com renda tem no restante da economia. No caso moçambicano, como o setor tem uma forte presença do investimento externo chinês, mesmo que o governo aumente a quantidade de gastos para fomentar a criação de vagas de emprego, encontra algumas barreiras para que sua economia se beneficie desses gastos, isso porque os projetos financiados por bancos da China exigem uma série de condições econômicas, como a obrigatoriedade de contratação de empreiteiras chinesas e utilização de não menos que 50% do capital obtido na compra de materiais e serviços oriundos do país asiático.

Por um lado, os Estados do continente africano, apesar de terem à sua disposição uma grande quantidade de recursos naturais, encontram uma barreira em seu caminho: a carência de infraestruturas. Mesmo tendo muitos recursos, o seu potencial de exportação é reduzido graças a esses problemas estruturais. Por outro lado, os altos fluxos de exportações de produtos chineses geram uma demanda expressiva por matérias primas. As potencialidades da China enquanto uma das grandes economias do mercado internacional, em termos tecnológicos e de capital, leva o país a investir em outras regiões. Percebe-se uma interdependência entre esses atores. Para manter sua produção, a China precisa dos recursos africanos. Os rendimentos com as exportações de matérias primas aumentam as receitas os países de África e, indiretamente, acabam por voltar ao continente na forma dos produtos de baixo custo vendidos pelos chineses que, por conseguinte, são acessíveis e capazes de melhorar a qualidade de vida das populações africanas.

No entanto, a despeito dessa ideia de interdependência e complementariedades econômicas, é aparente que o modelo de cooperação China-Moçambique não é algo novo. A antiga divisão internacional do trabalho, transformou os países africanos em exportadores de produtos primários para os países do centro global. Em níveis diferentes, observamos nas relações sino-moçambicanas uma continuidade dessas práticas. Seja nas exportações de produtos primários para China e nas importações de produtos manufaturados chineses. Ou a partir do financiamento e execução das obras de infraestrutura em Moçambique, onde grande parte dos recursos investidos voltam à China, tendo em vista a contratação de empreiteiras e mão de obra chinesas, bem como com a compra de equipamentos, materiais, tecnologia e serviços provenientes da China. Então, é aparente uma verticalidade nas relações sino-moçambicanas. Não é igual ao padrão de dependência encontrado nas relações Norte-Sul, no entanto, ainda é presente.

É uma verticalidade que é presente, mas que tem a sua origem em uma conjuntura que ultrapassa as especificidades das relações sino-africanas. Desde o período colonial, a economia moçambicana vem sendo construída a partir de interesses externos. Nos anos mais recentes, com a adesão do país às instituições de Bretton Woods, criou-se um quadro de abertura ao capital internacional, baseado na visão de que o capital externo era essencial para o país. Consequentemente, esse modelo defendido pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional trouxe para Moçambique investimentos externos, de países essencialmente do Norte, concentrados em extrativismo no setor mineral-energético e na exploração das florestas. Então, formou-se uma estrutura econômica no país inclinada à exportação de produtos primários, moldada a partir dos interesses dos investidores externos dos países do Norte. Como dito, as trocas desiguais entre Moçambique e a China são resultado de uma conjuntura que vai além das especificidades das relações sino-africanas.

Para financiar projetos, a China exige uma série de condições econômicas. Esses requisitos diminuem, substancialmente, as possibilidades de Moçambique conseguir acordos mais benéficos para si. Porém, é preciso levar em consideração que Moçambique não é um sujeito passivo nas relações sino-moçambicanas. Enquanto a potência econômica, a China acaba tendo o poder de barganha. No entanto, as capacidades institucionais do Estado africano bem como os interesses de suas elites políticas também exercem um papel importante na definição dos ganhos possíveis a partir dos laços com a China e na garantia de acordos que não sejam desfavoráveis à parte moçambicana.

Um dos princípios norteadores da política externa chinesa para o continente africano é a ideia de benefícios-mútuos. Apesar disso, nas relações entre dois Estados nacionais não é

possível uma igualdade matemática de ganhos. Por exemplo, ao cooperar com a China no setor de construção de infraestruturas, a dinâmica de assimetria e dependência das relações de Moçambique com outros Estados não é alterada. Os chineses concedem um pacote de financiamento, equipamentos e conhecimento atrelado a exigências econômicas; Moçambique, por sua vez, carece e precisa desses recursos e, por isso, tem que aceitar as condições. Ainda assim, a elite política moçambicana enxerga o financiamento chinês no setor de infraestruturas do país como algo benéfico. Isso porque a visão de “ganho” não é necessariamente matemática. Para Moçambique, como apontado por Wethal (2017), o “ganho” em sua cooperação com a China no setor de construções está na entrega rápida das infraestruturas, uma vez que, sem o capital chinês, não seria possível realizar as obras e os parceiros tradicionais negligenciaram o setor por décadas. Já para a China, o “ganho” está nas condições econômicas que fomentam a economia nacional chinesa.

O ponto principal do neocolonialismo, à luz de Kwame Nkrumah (1967) é que o Estado sob o domínio neocolonial segue as formalidades que definem uma nação como soberana. No entanto, seu sistema econômico e político é regulado por uma força exterior. Dessa forma, o neocolonialismo é a continuidade do domínio exterior sobre a África. Essa dominação utiliza métodos e práticas mais brancos que as empregadas na fase colonial e pode se apresentar de diferentes maneiras. Com maior frequência, através da utilização dos meios econômicos e monetários, como por pagamentos para custear administração do Estado, pelo controle do câmbio a partir da exigência de um sistema bancário que seja administrado pela nação imperialista, os Estados neocoloniais também podem ser obrigados a comprar, exclusivamente, os produtos manufaturados da potência imperialista.

Em grande parte dos casos, o Estado que exerce o domínio colonial diz respeito à antiga potência colonial que já controlava aquele território antes da independência. Mas isso não é uma lei, outras configurações também são possíveis. Nkrumah (1967) expõe que, no neocolonialismo, o capital estrangeiro é utilizado em nome do benefício do país que está praticando o controle. Por isso, não é utilizado na melhora das condições socioeconômicas da nação explorada.

Em Moçambique, é possível visualizar essa dinâmica neocolonial em várias esferas político-econômicas do país. Composto em sua maioria por países do Norte, inclusive, por Portugal, antigo colonizador moçambicano, o grupo G19 exerce uma pressão significativa no país, por fornecer uma grande parcela do orçamento do Estado. Moçambique também teve que investir em projetos estruturais para atender as condições básicas para as atividades dos megaprojetos. Dessa forma, o país destinou grandes montantes de dinheiro público para a

construção de grandes obras de infraestrutura, como a construção de sistemas elétricos de alta tensão e expansão de zonas portuárias. Obras caras, de grandes escalas, mas que, no fim das contas, não são favoráveis para a diversificação econômica e interligação do país (CASTELBRANCO, 2012). Ao analisar as relações sino-moçambicanas, não encontramos indícios que apontem que a China realize esse tipo de controle neocolonial sobre Moçambique. No setor de infraestrutura, que tem forte presença chinesa e muitas das obras são financiadas com o capital chinês, há exigências para a contratação de empreiteiras e compra de produtos chineses, mas a China não define a forma a qual o dinheiro deve ser utilizado, como em um projeto que vá beneficiar direta ou indiretamente algum negócio chinês no país. A única ressalva da China é que os empréstimos sejam empregados nos setores de infraestrutura, projetos sociais ou industriais, deixando para Moçambique a autonomia de escolher onde o dinheiro deve ser empregado.

Na perspectiva de Nkrumah (1967), o sistema neocolonial opera em dois níveis, um interno e outro externo. Por um lado, estão as corporações e potências internacionais impondo seu poder. Por outro, algumas elites políticas nacionais africanas que não teriam o interesse de promover a industrialização e o desenvolvimento dos seus países, pois estariam empenhadas em dar continuidade ao *status quo* e conservar as relações que as mantêm no poder. No que tange ao envolvimento chinês no setor madeireiro moçambicano, autores como Mackenzie (2006) e EIA (2012), apontam que a elite política moçambicana seria transigente com os empresários chineses e apoiaria a exploração excessiva e ilegal da madeira. No entanto, não é possível visualizar até que ponto os chineses estariam cooptando ou sequer tentando cooptar as elites políticas africanas. Vale ressaltar que as dinâmicas das elites políticas do país africano foram construídas a partir de sua relação com as potências ocidentais.

Desde o apoio fornecido a Moçambique na luta anticolonial, a China tem contribuído substancialmente para a melhora das condições socioeconômicas do país africano, com investimentos nas áreas de saúde, agricultura, militar e apoio técnico e financeiro. Em suma, a China tem muito a oferecer aos moçambicanos. E Moçambique está abraçando as oportunidades que as relações sino-moçambicanas o podem oferecer. Isso é perceptível em como o país está tentando aprimorar a sua infraestrutura, essencial para o seu desenvolvimento econômico, em seu relacionamento com o gigante asiático. E apesar das relações sino-moçambicanas não estarem inseridas na dinâmica de troca de investimentos em infraestrutura por acesso a exploração de Petróleo, ambas as partes encontraram maneiras de satisfazer os seus interesses e “ganhos” nesse relacionamento.

De qualquer forma, é preciso de Moçambique diversifique a sua economia, de maneira a transformar o seu padrão de importação e exportação. Enquanto uma economia baseada no setor extrativista e na comercialização de produtos primários, é esperado que a China só venha a comprar dos moçambicanos esse tipo de produtos. A questão da dependência da sua economia tem raízes históricas e internacionais, superar essa conjuntura não é uma tarefa fácil. Um caminho seria a utilização das receitas da exploração dos recursos naturais do país.

Em resumo, nós entendemos que as relações sino-moçambicanas não seguem o padrão Norte-Sul, porque a relação da China com o país africano não é baseada na imposição de condicionalidades políticas e a dinâmica de trocas desiguais dos vínculos comerciais entre os dois países é fruto de uma conjuntura que está para além das especificidades da presença chinesa em África e, em especial, em Moçambique. No entanto, reforçamos que mais pesquisas precisam ser desenvolvidas sobre essa temática. A falta de dados consistentes e transparentes sobre o investimento chinês em Moçambique, englobando setores, valores e características dos acordos, pode estar encobrindo variáveis importantes para a categorização das relações sino-moçambicanas. No mais, é uma relação que ainda está se desenvolvendo e, consequentemente, está em transformação.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye. **The curse of Berlim**: Africa after the cold war. Oxford University Press: New York, 2013.

AEI, American Enterprise Institute. **China Global Investment Tracker**. 2020. Disponível em: < <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>> Acessado em 05/02/2021.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Londres, Zed Books, 2007.

ALDEN, Chris. China in Africa. **Survival: global politics and strategy**, v. 47, n. 3, p. 147-164, 2005.

ALDEN, Chris; ALVES, Ana. China and Africa's natural resources: The challenges and implications for development and governance. **Governance of Africa's resources programme**, occasional paper, n. 41, 2009.

ALDEN, Chris; ALVES, Cristina. History & identity in the construction of China's Africa policy. **Review of African political economy**, v. 35, n. 115, p. 43-58, 2008.

ALDEN, Chris; DAVIES, Martyn. A profile of the operations of Chinese multinationals in Africa. **South African journal of international affairs**, v. 13, n. 1, p. 83-96, 2006.

AMIN, Samir. Underdevelopment and dependence in Black Africa—origins and contemporary forms. **The Journal of Modern African Studies**, v. 10, n. 4, p. 503-524, 1972.

AMIN, Samir. Understanding the political economy of contemporary Africa. **Africa Development**, v. 39, n. 1, p. 15-36, 2014.

AMIN, Samir. **Unequal development**: an essay on social formations of peripheral capitalismo. Sussex: The Harvester Press, 1976.

ANCHARAZ, Vinaye. David v. Goliath: Mauritius facing up to China. **The European Journal of Development Research**, v. 21, n. 4, p. 622-643, 2009.

ANSHAN, Li. China's engagement in Africa: singular interest or mutual benefit. **Expert Roundtable on Resource Governance in Africa in the 21st Century**, Heinrich Böll Foundation, Berlin, 2007.

ANSHAN, Li. China's new policy toward Africa. In: ROTBERG, R. I. (Ed). **China into Africa: trade, aid, and influence**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2008. p. 21-49.

ANTÓNIO, N. S.; MA, S. China's special economic zone in Africa: context, motivations and progress. **Euro Asia Journal of Management**, v. 25, n. 1/2, p. 79-103, dezembro, 2015.

BAIROCH, Paul. **Economics and world history: myths and paradoxes**. Chigado: The Chigado Press, 1995.

BERTOCCHI, Graziella; CANOVA, Fabio. Did colonization matter for growth?: An empirical exploration into the historical causes of Africa's underdevelopment. **European economic review**, v. 46, n. 10, p. 1851-1871, 2002.

BM, Banco Mundial. **PIB per capita – Moçambique**, 2020. Disponível em: <
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=MZ>> Acessado em
05/02/2020.

BOSTEN, Emmy. China's engagement in the construction industry in Southern Africa: the case of Mozambique, *paper* preparado para o **Asian and other drivers of global change workshop**. São Petersburgo, Rússia. 2006.

BRAUTIGAM, Deborah. **Chinese aid and african development: exporting green**. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CAIXETA, M. B.. **Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional**: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CASTEL-BRANCO, Carlos. “**Moçambique é refém de si mesmo**”: economista moçambicano Castel-Branco avalia os megaprojetos. [Entrevista concedida a] BARROSO, Marta. *Deutsche Welle*, publicado em 06/10/2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-ref%C3%A9m-de-si-mesmo-economista-mo%C3%A7ambicano-carlos-nuno-castel-branco-avalia-os-megaprojetos/a-16255633>> Acessado em 02/01/2021.

CASTEL-BRANCO, Carlos. Problemas estruturais de industrialização: a indústria transformadora. In: CASTEL-BRANCO (ed.). **Moçambique**: perspectivas económicas. Maputo: Imprensa Universitária, 1994.

CASTEL-BRANCO, Carlos; OSSEMANE, Rogério. Crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento econômico em Moçambique. In: BRITO, L.; CASTEL-BRANCO, C.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (Org.). **Desafios para Moçambique 2010**. PERES-SOCTIP: Maputo, 2010.

CHEMANE, Vasco Alberto. Parceria Moçambique-China: cruzamento de estratégias *seeking* em contexto de globalização financeira (um olhar aos resultados do período 2001-2016). **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 60-80, jan./mar., 2019.

CHEMINGUI, Mohamed A.; BCHIR, Mohamed H. The future of African trade with China under alternative trade liberalization schemes. **African Development Review**, v. 22, p. 562-576, 2010.

CHICHAVA, Sérgio. Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010). In: CHICHAVA, S.; ALDEN, C. (Org.). **A Mamba e o Dragão**: relações Moçambique- China em perspectiva. Maputo: IESE, 2012. p. 33-48.

CHICHAVA, Sérgio. Moçambique na rota da China: uma oportunidade para o desenvolvimento?. *In*. BRITO, L.; CASTEL-BRANCO, C.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (Org.). **Desafios para Moçambique 2010**. PERES-SOCTIP: Maputo, 2010.

CHICHAVA, Sérgio. Mozambique and China: from politics to business? **Instituto de Estudos Sociais e Económicos**, Discussion Paper, n. 5, 2008. Disponível em < <http://www.iese.ac.mz/publicacoes-cadernos/> > Acessado em 29/06/2018.

CHIDAUSHE, Moreblessings. China's grand re-entrance into Africa – mirage or oasis? *In*: MANJI, F.; MARKS, S. (Ed) **African perspective on China in Africa**. Oxford: Fahamu, 2007. p. 107-118.

CHIDAUSHE, Moreblessings. China's grand re-entrance into Africa–mirage or oasis?. *In*: MANJI, Firozi; MARKS, Stephen (Eds). **African perspectives on China in Africa**, Nairobi: Fahamu, p. 107-118, 2007.

CHRISTIE, Iain – **Samora: Uma Biografia**. 1ª Ed., Maputo, Editora Ndija, 1996.

CIP, Centro de Integridade Pública. **Exploração das areias pesadas de Moma: nem impostos, nem desenvolvimento econômico e social local**, n. 12, novembro, 2014. Disponível em: < <https://cipmoz.org/2014/11/18/explorac%C3%A7%C3%A3o-das-areias-pesadas-de-moma-nem-impostos-nem-desenvolvimento-económico-e-social-local/> > Acessado em 25/01/2021.

CIP, Centro de Integridade Pública. **Multinacionais asseguram termos generosos**, n. 02, fevereiro, 2015. Disponível em: < <https://cipmoz.org/2015/02/02/analise-do-decreto-lei-de-Ing-do-rovuma-multinacionais-asseguram-termos-generosos/> > Acessado em 25/01/2021.

CONCEIÇÃO, Francisco. **Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

CORKIN, Lucy. **Uncovering African Agency: Angola's Management of China's Credit Lines**. Oxford: Ashgate, 2013.

CORREIA, Cláudia. **Modelo de cooperação da China para África: análise de um estudo de caso em Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão). Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2010.

CUCO, Arcénio Francisco; VIANA, Jefferson Pecori. Modelos de inserção internacional na África e as consequências internas e internacionais de sua aplicação. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 2, 2016.

CUNGUARA, Benedito; HANLON, Joseph. Poverty is not being reduced in Mozambique. **Crisis States Research Centre**, working papers series 2 (74), 2010.

DAS, Shaheli. Evolution of China's Foreign Policy Towards Africa. **Liberal Studies**, v. 1, n. 2, p. 283-301.

DAVIES, Martyn *et al.* How China delivers development assistance to Africa. **Centre for Chinese Studies**, University of Stellenbosch, 2008.

DENT, Christopher M. **China and Africa development relations**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

DIOW, Diadié; LESSOUA, Albert. Natural resources exports, diversification and economic growth of CEMAC countries: On the impact of trade with China. **African Development Review**, v. 25, n. 2, p. 189-202, 2013.

DIAZ, José. Limites da cooperação internacional: o caso de Moçambique. **Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência**, n. 24, jul/dez, p. 44-64, 2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, UNICAMP, 2007.

DUTRA, Sandra EC et al. Cooperação internacional para o desenvolvimento sob uma nova perspectiva. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 2, n. 10, p. 56-83, 2010.

EIA, Agência de Investigação Ambiental. **Appetite for destruction: China's trade in illegal timber**. 29/11/2012. Disponível em: <<https://eia-international.org/report/appetite-for-destruction-chinas-trade-in-illegal-timber/>> Acessado em 29/01/2021.

ELU, Juliet; PRICE, Gregory. Does China transfer productivity enhancing technology to Sub-Saharan Africa? Evidence from manufacturing firms. **African Development Review**, v. 22, p. 587-598, 2010.

ENI. **Eni sells a 20% share of Area 4 in Mozambique to CNPC and signs a Joint Study Agreement for cooperation for the development of the Rongchang shale gas block in China**. 14/03/2013. Disponível em: <<https://www.eni.com/en-IT/media/press-release/2013/03/eni-sells-a-20-share-of-area-4-in-mozambique-to-cnpc-and-signs-a-joint-study-agreement-for-cooperation-for-the-development-of-the-rongchang-shale-gas-block-in-china.html>> Acessado em 05/02/2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State, **Lua Nova**, n. 24, set, p. 85-116, 1991.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1965.

Farnham: Ashgate, 2013.

FOCAC. **Declaração de Pequim sobre o Fórum de Cooperação China-África**, 2000a. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t157833.htm>>. Acessado em: 05/10/2020.

FOCAC. **Programa de Cooperação China-África sobre o Desenvolvimento Econômico e Social**. 2000b. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zyzl/hywj/t157834.htm>> Acessado em: 05/10/2020.

FONSECA, Danilo. Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon. **Revista África e Africanidades**, ano 7, n. 19, abr., 2015.

FRIEDMAN, Edward. How economic superpower China could transform Africa. **Journal of Chinese Political Science**, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2009.

FRY, Michael; GOLDSTEIN, Erik; LANGHORNE, Richard (Ed.). **Guide to international relations and diplomacy**. Nova Iorque: Continuum, p. 9, 2002.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. **The Economic History Review**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953.

GARCIA, Francisco Proença. **Análise Global de uma Guerra Moçambique, 1964-1974**. Lisboa: Prefácio, 2003.

GIOVANNETTI, Giorgia; SANFILIPPO, Marco. Do Chinese exports crowd-out African goods? An econometric analysis by country and sector. In HENSON, S; FIONA, Y. (Eds): **The Power of the Chinese Dragon**. London: Palgrave Macmillan, p. 10-41, 2016.

GOUNTIN, V. Maurice. China's assistance to Africa, a stone bridge of Sino-African relations. **China-Africa links Workshop, Center on China's Transnational Relations**, The Hong Kong University of Science and Technology, v. 8, 2006.

GRIMM, Sven. China–Africa Cooperation: promises, practice and prospects. **Journal of Contemporary China**, v. 23, n. 90, p. 993-1011, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, p. 10-43, 2018.

HAIFANG, Liu. China's development cooperation with Africa: historical and cultural perspectives. In: CHERU, C.; OBI, C. (Ed). **The rise of China and India in Africa**. Nova Iorque: Zed Books, p. 53-62, 2010.

HANLON, Joseph; MOSSE, Marcelo. Mozambique's elite—finding its way in a globalized world and returning to old development models. **World Institute for Development Economic Research**, working paper, n. 105, 2010.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **Há mais bicicletas- mas há desenvolvimento?**.

Maputo: CIEDIMA, 2008.

HANSEN, Michael W. *et al.* The political economy of local content in African extractives:

Lessons from three African countries. **Proceedings of the 46. Årsmøde i Dansk Selskab for Statskundskab**, 2014.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial e colonialismo, *In*: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, ABA Publicações, p. 45-58, 2014.

HIRST, Mónica; ANTONINI, Blanca. Pasado y presente de la Cooperación Norte-Sur para el Desarrollo. **Documento de Trabajo**. Buenos Aires: UTDT, 2009.

ISAACMAN, Barbara; ISAACMAN, Allen. **Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982**. Colorado: Western Press, 1983.

Jacques, Martin. **When China rules the world**: The end of the western world and the birth of a new global order. Penguin Books, 2009.

JAFAR, Silvestre Jafar. Preença chinesa em Moçambique, 2000-2015: hetero-identidades, “neocolonialismo”, “apartheid” sócio-laboral? *In*: OLIVIERI, Chiara; SANTOSA, Antonio O. (ed). **Descolonizando identidades, Pertenencia y Rechazo de/desde el Sur Global**. Granada: Instituto de Migraciones, 2017.

KAPLINSKY, R., MORRIS, M.. **Dangling by a thread**: how sharp are the Chinese scissors?. Centre for Social Science Research: University of Cape Town, 2006.

KAPLINSKY, Raphael. What does the rise of China do for industrialisation in Sub-Saharan Africa?. **Review of African political economy**, p. 7-22, 2008.

KATSIGRIS, Eugenia *et al.* The China forest products trade: overview of Asia-Pacific supplying countries, impacts and implications. **International Forestry Review**, v. 6, n. 3-4, p. 237-253, 2004.

KEET, Dot. South-South strategic bases for Africa to engage with China. In: CHERU, C.; OBI, C. (Ed). **The rise of China and India in Africa**. Nova Iorque: Zed Books, 2010. p. 21-33.

KLARE, Michael; VOLMAN, Daniel. America, China and the scramble for Africa's oil. **Review of African political economy**, v. 33, n. 108, p. 297-309, 2006.

KOJIMA, Kiyoshi. The “flying geese” model of Asian economic development: origin, theoretical extensions, and regional policy implications. **Journal of Asian Economics**, v. 11, n. 4, p. 375-401, 2000.

KOLSTAD, Ivar; WIIG, Arne. Better the devil you know? Chinese foreign direct investment in Africa. **Journal of African Business**, v. 12, n. 1, p. 31-50, 2011.

KRAUSE, Matthias; KAUFMANN, Friedrich. Industrial policy in Mozambique. discussion paper, **Deutsches Institut für Entwicklungspolitik**, 2011.

KRISTOF, Nicholas. **A reassessment of how many died in the military crackdown in Beijin**. *The New York Times*, 1989. Disponível em: <
<https://www.nytimes.com/1989/06/21/world/a-reassessment-of-how-many-died-in-the-military-crackdown-in-beijing.html>> Acessado em 24/20/2020.

KUO, Steven CY. Beijing's understanding of African security: context and limitations. **African security**, v. 5, n. 1, p. 24-43, 2012.

LACERDA, J.; RIBEIRO, M.; LYRA, M. **Política Internacional Contemporânea: questões estruturantes e novos olhares**. Brasília: EDUFT, 2020.

LALBAHADUR, Aditi; OTTO, Lisa. Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development. **South african foreign policy and african drivers programme**, occasional paper, n. 106, nov., 2013.

LANGAN, Mark. **Neo-colonialism and the poverty of ‘development’ in Africa**. Palgrave Macmillan, 2018.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese foreign policy: an introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

LASSOU, Philippe; HOPPER, Trevor. Government accounting reform in an ex-French African colony: The political economy of neocolonialism. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 36, p. 39-57, 2016.

LÊNIN, Wladimir. O imperialismo, fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

MABUCANHANE, Nelson Laura. A nova era de cooperação Moçambique-China: debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais. **Espaço e Economia**, n. 7, 2015.

MACKENZIE, Catherine. **Forest governance in Zambézia: chinese takeaway!**. Relatório final para o Fórum das Organizações não-Governamentais da Zambézia, 2012. Disponível em: < <http://coastalforests.tfcg.org/mozambique.html> > Acessado em 31/01/2021.

MARYSSE, Stefaan; GEENEN, Sara. Win-win or unequal Exchange? The case of sino-congolese cooperation agreements. **The journal of modern african studies**, v. 47, n. 3, p. 371-396, setembro, 2009.

MASSANGAIE, Arnaldo. **A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCORMICK, Dorothy. China & India as Africa's new donors: The impact of aid on development. **Review of African political economy**, v. 35, n. 115, p. 73-92, 2008.

MILANI, C.; SUYAMA, B.; LOPES, L.. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

MILANI, Carlos. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. *In*. SOUZA, André (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

MOÇAMBIQUE. **Boletim oficial da República**: Publicação oficial da República de Moçambique, 4º suplemento, série I, n. 34, p. 25-26, 30 de agosto, 2010. Disponível em: <<https://gazettes.africa/gazettes/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-4-dated-2010-08-30-no-34>> Acessado em 10/01/2021.

MOHA, Giles; LAMPERT, Ben. Negotiating China: Reinserting African Agency into China–Africa Relations. **African Affairs**, 112 (446), p. 92-110, 2013.

MOHAN, Giles; POWER, Marcus. New African choices? The politics of Chinese engagement. **Review of African Political Economy**, 35(115), p. 23-42, 2008.

MOHAN, Giles; POWER, Marcus. New African choices? The politics of Chinese engagement. **Review of African Political Economy**, v. 35, n. 115, p. 23-42, 2008.

MORIN, E. Para um pensamento do sul. *In*. MORIN, E. (Ed). **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

MOSS, Todd; ROSE, Sarah. China ExIm Bank and Africa: new lending, new challenges. **Center for Global Development Notes**, v. 3, 2006.

MOYO, Dambisa. **Dead aid**: Why aid is not working and how there is a better way for Africa. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2009.

Moyo, Dambisa. **Winner take all**: China's race for resources and what it means for the world. Basic Books (AZ), 2012.

MRERPCh, Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China. **Joint Communiqué between the Popular Republic of China and the Republic of Mozambique**. 08/02/2007. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t298175.shtml> Acessado em 04/01/2021.

MUCANZE, Nelson; CORREA, André. Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos. **Reflexões Econômicas**, Ilhéus (BA), n.3. v.1, p.19-52, Abril/Set, 2017.

MUIANGA, Maria; NORFOLK, Simon. Investimento chinês no setor florestal moçambicano, **IIED Relatório do país**, 2017.

MUNEMO, Jonathan. Examining imports of capital goods from China as a channel for technology transfer and growth in Sub-Saharan Africa. **Journal of African Business**, v. 14, n. 2, p. 106-116, 2013.

NAIDU, Sanusha; DAVIES, Martyn. China fuels its future with Africa's riches. **South African journal of international affairs**, v. 13, n. 2, p. 69-83, 2006.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Empire, global coloniality and African subjectivity**. Berghahn Books, 2013.

NHAMIRE, Borges. **Moçambique**: Multinacionais exigem contratos demasiado generosos. [Entrevista concedida a] GOMES, Karina. *Deutsche Welle*, publicado em 06/07/2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-multinacionais-exigem-contratos-demasiado-generosos/a-19381330>> Acessado em 25/01/2021.

NKRUMAH, Kwame. **A Luta de classes em África**. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

NKRUMAH, Kwame. O neocolonialismo em África. In: SANCHES, Manuela (org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

NKURMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1967.

OBIORAH, Ndubisi. Who's afraid of China in Africa? Towards an African civil society perspective on China-Africa relations. In: MANJI, F.; MARKS, S. (Ed). **African perspective on China in Africa**. Oxford: Fahamu, p. 35-56, 2007.

OECD, Organization of Economic Complexity. **Mozambique**. 2021. Disponível em <<https://oec.world/en/profile/country/moz/>> Acessado em 08/02/2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução A/64/222**: Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation. Nova Iorque: 2009. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/64> . Acessado em 08/10/2020.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Mapa de Moçambique**. 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/mozambiq.pdf>>. Acesso: 22/03/2021.

RENZIO, Paolo de; HANLON, Joseph. Contested sovereignty in Mozambique: The dilemmas of aid dependence. **Global Economic Governance Programme**, working paper, University of Oxford, , 2007.

ROCHA, John. A new frontier in the exploitation of Africa's natural resources: the emergence of China. In: MANJI, F.; MARKS, S. (Ed) **African perspective on China in Africa**. Oxford: Fahamu, p. 15-34, 2007.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Washington, DC: Howard University Press, 1981.

RODRIGUES, Anselmo; MIGON, Eduardo. Do acordo geral de paz (1992) às eleições gerais em 1994: o processo de paz conduzido em Moçambique. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 277-302, 2019.

ROSINHA, Maria. **A China em África**: Parceria igual o desigual (os casos de Angola e Moçambique). Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Lisboa. 2009.

ROTBURG, Robert I. **China into Africa**: trade, aid, and influence. Cambridge: Brookings Institution Press, 2008.

RPC, República Popular da China. **China's african policy**. Pequim, 2006. Disponível em <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/zgdfzcc/t481748.htm>> Acessado em 20/10/2020.

RPC, República Popular da China. **China's second Africa policy paper**. Johannesburgo, 2015. Disponível em <https://www.chinadaily.com.cn/world/XiattendsParisclimateconference/2015-12/05/content_22632874.htm> Acessado em 20/10/2020.

SAMBO, Michael Godet. Panorama, reflexões e desafios do IDE da China em Moçambique no contexto dos BRICS. In. CHICHAVA, Sérgio (Org.). **Desafios para Moçambique 2019**. Maputo: NORPRINT, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SCHERER, Mathias Inacio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, p. 263-287, 2016.

SIGAÚQUE, Eduardo. **Capitalismo africano dependente**: estudo histórico estrutural da economia moçambicana entre o período de 1985-2015. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.

SILVA, Romeu. Indústria extrativa em Moçambique tornou-se mais transparente na última década. **Deutsche Welle**, publicado em 21/10/2020. Disponível em: <

<https://www.dw.com/pt-002/ind%C3%B3ria-extrativa-em-mo%C3%A7ambique-tornou-se-mais-transparente-na-%C3%B3ltima-d%C3%A9cada/a-55350302>> Acessado em 31/02/2021.

SITOE, Dalton. Mais capacitação e mais produção para os agricultores. **Revista Macau**, publicado em 06 de agosto de 2019. Disponível em <
<https://www.revistamacau.com/2019/08/06/mais-capacitacao-e-maior-producao-para-os-agricultores/> <https://www.revistamacau.com/2019/08/06/mais-capacitacao-e-maior-producao-para-os-agricultores>> Acessado em 26/01/2021.

SOARES, Cristiana. China entrega Estádio Nacional a Moçambique. **Rádio França Internacional**, publicado em 17/01/2011. Disponível em: <
<https://www.rfi.fr/pt/africa/20110117-china-entrega-estadio-nacional-mocambique>> Acessado em 31/01/2021.

SOUTHALL, R., & Melber, H. (Eds.). **A new scramble for Africa?: imperialism, investment and development**. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2009.

SUN, Xiufang. Forest products trade between China and Africa: an analysis of import export statistics. **Forest trends report series**, 2014.

TAYLOR, Ian. **China and Africa: engagement and compromise**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

TAYLOR, Ian. China's foreign policy towards Africa in the 1990s. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 3, p. 443-460, 1998.

TO be young, gifted and black. Interprete: Nina Simone. Compositores: Nina Simone e Weldon Irvine. *In*. BLACK gold. Interprete: Nina Simone. [S. L]: RCA Records, 1970, 1 CD, faixa 7.

TULL, Denis M. China's engagement in Africa: scope, significance and consequences. *The Journal of Modern African Studies*, v. 44, n. 3, p. 459-479, 2006.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Estudo sobre a política de investimento**: Moçambique. Nações Unidas, 2012. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/investment-policy-review-mozambique> Acessado em 25/01/2021.

VADELL, Javier Alberto; LOPES, Bárbara; CARDOSO, Daniele. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 81-99, 2013.

VIEIRA, Sérgio. Vectores da política externa da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1975). **Estudos moçambicanos**, v. 7, p. 29-56, 1990.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia E Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 41-68, 2014.

WANG, J. Y. **What drives China's growing role in Africa?**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2009.

WANG, Jianwei; ZOU, Jing. China Goes to Africa: a strategic move?. **Journal of Contemporary China**, v. 23, n. 90, p. 1113-1132, 2014.

WEKESA, Bob. China's Africa new policy 2015: new policy for new circumstances. **Africa-China Reporting Project**, Johannesburg, 24 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://africachinareporting.co.za/2015/12/chinas-africa-policy-2015-new-policy-for-new-circumstances/> Acessado em 19/08/2020.

WETHAL, Ulrikke. Passive hosts or demanding stakeholders? understanding Mozambique's negotiating power in the face of China. **Forum for development studies**. Routledge, p. 493-516, 2017.

WU, Chenchen. China's Foreign Policy towards Africa. **The School of Government and International Affairs**, Durham University, 2008.

ZAKARIA, Fareed. **The post-american world**: and the rise of the rest. 2 ed. Penguin Books, 2011.